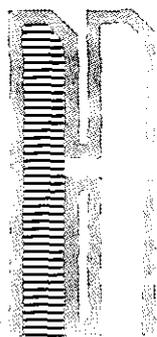




# DIÁRIO



## República Federativa do Brasil

# DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XLVIII — Nº 104

SEXTA-FEIRA, 18 DE JUNHO DE 1993

BRASÍLIA — DF



## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 119ª SESSÃO, EM 17 DE JUNHO DE 1993

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Discurso do Expediente

SENADOR CID SABÓIA DE CARVALHO — Revisão constitucional.

##### 1.2.2 — Comunicação

Do Senador Epitácio Cafeteira, indicando, na qualidade de Líder do Partido Progressista Renovador — PPR, os nomes dos Senadores Carlos De'Carli, Moisés Abrão e Affonso Camargo, para as funções de Vice-Líderes.

##### 1.2.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se terça-feira, dia 22-6-93, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

##### 1.3 ORDEM DO DIA

Parecer nº 140/93, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Mensagem nº 161/93 (nº 185/93, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Antonio Fábio Ribeiro, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Suplente de Ministro Classista Temporário, representante dos empregadores, no triênio de 1993 a 1996, na vaga decorrente do término da investidura de Alfredo Peres da Silva. **Aprovado.**

Parecer nº 154/93, de 1993, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Mensagem nº 174/93 (nº 234/93, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Geraldo Aguiar de Brito Vianna, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Suplente de Ministro Classista Temporário, representante dos empregadores, em complementação ao triênio de 1992 a 1995, na vaga

decorrente do falecimento de Osório Coelho Guimarães Filho. **Aprovado.**

Parecer nº 167/93, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Mensagem nº 194/93 (nº 275/93 na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do General-de-Exército Luiz Guilherme de Freitas Coutinho, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do General-de-Exército Haroldo Erichsen da Fonseca. **Aprovado.**

##### 1.4 — ENCERRAMENTO

#### 2 — ATA DA 120ª SESSÃO, EM 17 DE JUNHO DE 1993

##### 2.1 — ABERTURA

##### 2.2 — EXPEDIENTE

##### 2.2.1 — Ofício do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

— Nº 214/93, de 16 do corrente, comunicando a aprovação das emendas do Senado nº 2 a 5, 7 a 9, com correção de redação e 10 a 23, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1993 (nº 965/91, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências.

##### 2.2.2 — Aviso do Ministro da Saúde

— Nº 369/93, de 16 do corrente, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 493, de 1993, de autoria do Senador Áureo Mello.

##### 2.2.3 — Comunicação da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 213, de 1993 (nº 325/93, na origem), de 15 do corrente, através da qual o Presidente da República comunica o envio de um contingente de 19 observadores eleitorais para ajudar a Administração Transitória das Nações Unidas no Camboja (UNTAC) a monitorar as eleições gerais que serão realizadas naquele país.

**EXPEDIENTE****CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****MANOEL VILELA DE MAGALHÃES**

Diretor-Geral do Senado Federal

**AGACIEL DA SILVA MALA**

Diretor Executivo

**CARLOS HOMERO VIEIRA NINA**

Diretor Administrativo

**LUIZ CARLOS BASTOS**

Diretor Industrial

**FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA**

Diretor Adjunto

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

**ASSINATURAS**

Semestral ..... Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

**2.2.4 — Discursos do Expediente**

**SENADOR NEY MARANHÃO**, como Líder — Encaminhando à Mesa requerimento solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações que menciona, a ser lido na presente sessão.

**SENADOR RUY BACELAR** — Recuperação imediata das ferrovias brasileiras e adoção de um sistema intermodal de transportes para a retomada do crescimento econômico.

**SENADOR JOSAPHAT MARINHO** — Plano Verdade, anunciado pelo Ministro da Fazenda, visando à estabilização da economia.

**2.2.5 — Leitura de projeto**

Projeto de Lei do Senado nº 76/93, de autoria do Senador César Dias, que altera a redação de dispositivos da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que “dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências”.

**2.2.6 — Requerimentos**

Nº 586/93, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando ao Ministro da Educação informações que menciona.

Nº 587/93, de autoria do Senador Ney Maranhão, solicitando ao Ministro da Fazenda informação que menciona.

Nºs 588 e 589/93, de autoria do Senador Alfredo Campos, solicitando que sejam considerados como licença autorizada os dias 15 e 16 de junho do corrente mês. **Aprovados.**

Nº 590/93, de autoria do Senador Esperidião Amin, solicitando licença para afastar-se dos trabalhos da Casa, no dia 18 do corrente mês. **Aprovado.**

**2.2.7 — Comunicações da Presidência**

Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 325, de 14 de junho de 1993, que “dispõe sobre a remuneração de cargos de provimento em comissão da Advocacia-Geral da União, dá nova redação ao caput do art. 1º da Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, revoga a Lei nº 8.200, de 28 de junho de 1991, e dá outras providências”, e estabelecimento do calendário para a sua tramitação.

Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 326, de 14 de junho de 1993, que “dá nova redação ao art. 30 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991”, e estabelecimento do calendário para sua tramitação.

**2.3 — ORDEM DO DIA**

Requerimento nº 517, de 1993, do Senador Irapuan Costa Júnior, solicitando, nos termos regimentais, a convocação do Ministro de Estado do Trabalho, Walter Borelli, para prestar, perante o Plenário do Senado Federal, informações sobre redução de encargos sociais que pesam sobre a mão-de-obra e critérios para nomeação de cargos no ministério, de forma a esclarecer inúmeras notícias veiculadas nos últimos dias na imprensa nacional. **Retirado**, nos termos do Requerimento nº 591/93. **Ao Arquivo.**

Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 1991, que dá nova redação ao inciso II do art. 40 da Constituição Federal. **Votação adiada**, nos termos do Requerimento nº 592/93, para audiência da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania.

Projeto de Lei do Senado nº 2, de 1992, que altera a redação da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, que dispõe sobre os estágios de estudos de estabelecimentos de ensino médio ou superior. **Apreciação sobrestada**, após parecer de plenário favorável nos termos do substitutivo que oferece e abertura de prazo de cinco sessões ordinárias para recebimento de emendas.

**2.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia**

**SENADOR LAVOISIER MAIA** — A problemática da seca no Nordeste, em particular, no Rio Grande do Norte. Plano de estabilização econômica do Governo.

**SENADOR ÁUREO MELLO** — Homenagem à memória do ex-Senador Fábio Lucena.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY** — Liberação de recursos federais para o metrô de Brasília e Linha Vermelha do Rio de Janeiro.

**SENADOR FRANCISCO ROLLEMBERG** — Avaliação sobre a experiência da implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente no transcurso de seu 3º aniversário.

**SENADOR LOURIVAL BAPTISTA** — Posse da nova presidência do TSE — Tribunal Superior Eleitoral, e a responsabilidade da coordenação das eleições de 1994.

Transcrição, nos Anais do Senado, da notícia publicada no jornal *Correio Braziliense*, edição de 16-6-93, intitulada "Pertence assume TSE e defende modernização".

**SENADOR PEDRO TEIXEIRA** — Plano econômico anunciado pelo Ministro Fernando Henrique Cardoso e reformulação partidária. Demissão do Ministro Nuri Andraus e a ganância dos banqueiros.

**SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO** — Omissão do Governador de Alagoas, impedindo a liberação de recursos federais de emergência aos flagelados da seca, em face da falta de prestação de conta da primeira parcela recebida.

**SENADOR JUTAHY MAGALHÃES** — Plano de Ação Imediata do Governo.

**SENADOR VALMIR CAMPELO** — Expectativas positivas em relação ao plano de estabilização econômica do Governo. Sugestões ao Governo para a formulação de um programa de desenvolvimento auto-sustentado no fortalecimento das empresas de pequeno porte.

**2.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão**

**2.4 — ENCERRAMENTO**  
**3 — ATO DO PRESIDENTE**

Nº 354, de 1993

**4 — ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO**

Nº 10, DE 1993

**5 — MESA DIRETORA**

**6 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS**

**7 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

## Ata da 119ª Sessão, em 17 de junho de 1993

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

*Presidência do Sr. Chagas Rodrigues*

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRs. SENADORES:

Affonso Camargo \_ Alfredo Campos \_ Aluizio Bezerra \_ Álvaro Pacheco \_ Amir Lando \_ Bello Parga \_ Beni Veras \_ Carlos Patrocínio \_ César Dias \_ Chagas Rodrigues \_ Cid Sabóia de Carvalho \_ Darcy Ribeiro \_ Dario Pereira \_ Dirceu Carneiro \_ Divaldo Suruagy \_ Eduardo Suplicy \_ Elcio Álvares \_ Epitácio Cafeteira \_ Esperidião Amin \_ Eva Blay \_ Flaviano Melo \_ Francisco Rollemberg \_ Gilberto Miranda \_ Guilherme Palmeira \_ Henrique Almeida \_ Humberto Lucena \_ Hydekel Freitas \_ Iram Saraiva \_ Irapuan Costa Júnior \_ Jarbas Passarinho \_ João Calmon \_ João Rocha \_ Jonas Pinheiro \_ Josaphat Marinho \_ José Richa \_ Júlio Campos \_ Jutahy Magalhães \_ Juvêncio Dias \_ Lavoisier Maia \_ Levy Dias \_ Louremberg Nunes Rocha \_ Lourival Baptista \_ Lucídio Portella \_ Luiz Alberto Oliveira \_ Magno Bacelar \_ Márcio Lacerda \_ Marco Maciel \_ Mário Covas \_ Marluce Pinto \_ Mauro Benevides \_ Nabor Júnior \_ Nelson Wedekin \_ Ney Maranhão \_ Onofre Quinan \_ Pedro Simon \_ Pedro Teixeira \_ Rachid Saldanha Derzi \_ Ronaldo Aragão \_ Ronan Tito \_ Ruy Bacelar \_ Teotônio Vilela Filho \_ Valmir Campelo \_ Wilson Martins.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — A lista de presença acusa o comparecimento de 63 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Não há oradores inscritos.

**O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO** — Sr. Presidente, aproveitando este início de sessão, enquanto os nossos colegas se achegam ao Plenário, eu gostaria de usar da palavra, se V. Exª me permitir.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Antes de conceder a palavra a V. Exª, a Presidência deseja comunicar aos Srs. Senadores que as matérias serão votadas a partir das 12h.

Logo que V. Exª termine de usar da palavra, nós iremos suspender a sessão para que, a partir das 12h, os Srs. Senadores compareçam ao Plenário, a fim de realizarmos a votação referente a escolha de autoridades.

Tem a palavra o nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

**O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO** (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, depois desse aviso dado por V. Exª, nós temos um pouco mais de tranquilidade para poderemos esboçar o tema que nos traz à tribuna neste instante.

Quero registrar, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que atualmente no Brasil se desenvolvem os mais importantes seminários, travam-se debates, discute-se, há discursos, há teses, há artigos em revistas técnicas, respeitantes àquilo que se convencionou chamar de revisão constitucional. Há mesmo uma preocupação em distinguir revisão constitucional de reforma constitucional.

Sabe V. Exª, como Presidente desta Casa, que no momento dirige esta sessão, cuidadoso jurista que é, que não é pacífico o entendimento advindo da leitura dos arts. 2º e

3º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

Há quem pretenda ler separadamente esses dois artigos e, na verdade, há aqueles que entendem que não é possível a leitura de um artigo independente da leitura do outro artigo para uma mesma compreensão. Assim, os mais renomados juristas deste País que atuam na área do Direito Público notadamente, mais especificamente na área do Direito Constitucional, entendem que a revisão constitucional está restrita ao resultado do plebiscito ferido pela mesma disposição da Constituição Federal.

Eu digo a mesma disposição, porque entendo como uma só disposição o art. 2º e o art. 3º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal. V. Exª há de convir que, neste momento, a Constituição Federal é ameaçada exatamente por uma interpretação mais aberta, menos científica, uma leitura distante da hermenêutica, do art. 2º e do art. 3º transitórios da Constituição Federal. Por que a Constituição ameaçada? Porque muitas das conquistas desta Constituição não foram assimiladas pelas elites. Muitas forças vivas do capitalismo, notadamente, não admitem a existência de determinados direitos consagrados na letra constitucional brasileira: Há muita intolerância, notadamente, com o art. 5º, com o art. 7º, há intolerância com os direitos funcionais, os arts. 37 e seguintes da Constituição Federal; e uma das maiores intolerâncias, Sr. Presidente, é para com o sistema financeiro, tal como foi previsto na Constituição da República. Isso parece até uma ironia, Sr. Presidente, Srs. Senadores, porque na verdade, o artigo que trata especificamente do Sistema Financeiro Nacional não entrou em vigor também por uma questão: está ou não em vigor, precisa ou não da lei que tratará da matéria, regulamentando o assunto. Muito embora eu me perfilhe entre os que entendem que é necessária a regulamentação do artigo que prevê o Sistema Financeiro Nacional, por que a Constituição Federal diz que, ao se elaborar essa futura lei, ter-se-á em conta tais princípios? Então, é claro que se espera a legislação pertinente a essa questão.

Sr. Presidente, de quem é a iniciativa dessa regulamentação? Será iniciativa parlamentar? Será iniciativa de um Deputado Federal? Será iniciativa de um Senador da República ou essa iniciativa deve caber ao Poder Executivo?

Um dia, estive ali, naquela tribuna, quando era Ministro da Fazenda, o Dr. Maílson da Nóbrega, um dos grandes pecados do nosso companheiro José Sarney, que senta aqui. O Sr. Maílson da Nóbrega foi cobrado por mim, daquela tribuna, quando indaguei porque o Poder Executivo não mandava a propositura atinente ao Sistema Financeiro Nacional, uma vez que o Sistema Financeiro Nacional é íntimo do Poder Executivo; o Sistema Financeiro Nacional delinea o Banco Central, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, os bancos regionais, os bancos particulares e o mais que houver nesse sistema, inclusive as cooperativas, que tanto cuidado deram aos Constituintes para que continuassem existindo após o Texto constitucional.

Durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, fui o Presidente da Subcomissão do Sistema Financeiro — e o Relator dessa Subcomissão era o nobre Deputado de então Fernando Gasparian. Sabemos como foi a nossa luta nessa Subcomissão, contudo, uma das mais brilhantes, das mais eficientes, uma das que melhor resultado apresentou naqueles trabalhos. No entanto, esse artigo, resultante exatamente desse trabalho, jamais foi regulamentado.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para solicitar ao atual Ministro da Fazenda, Senador Fernando Henrique Cardoso, solicitar ao Presidente da República, solicitar às autoridades do Poder Executivo que se apressem na elaboração desse projeto de lei e dessa mensagem, peças que devem chegar, o quanto antes, ao conhecimento da Câmara dos Deputados.

Querem revisar a Constituição com a aptidão de alterar tudo por um **quorum** baixíssimo e fácil de alcançar, o que significa dizer que matérias importantes como essa ficam sem o menor resguardo, sem o menor cuidado, ao abandono.

Daí por que registro, neste momento, posições como a da Ordem dos Advogados do Brasil contra essa revisão. Posições como da Igreja Católica, através de seus bispos, contra essa revisão. Posições sindicais contra essa revisão. Porque a revisão é desejada libertinosamente. Uma revisão livre, fácil, para, de um modo ainda mais fácil, excluir-se da Carta Constitucional o que foi difícil conquista do povo perante os Srs. Constituintes.

Quero lembrar, Sr. Presidente, da ilegitimidade a que podem submeter a Carta. Porque os que se elegeram depois de 1986 não têm mandato para escrever Constituição, mas têm mandato para revisar, segundo pronunciamento popular. E o pronunciamento popular, Srs. Senadores, foi confirmando as instituições. O povo não alterou, através do plebiscito, uma vírgula nas instituições brasileiras. Disse sim à República; disse sim ao Presidencialismo, derrotando os parlamentaristas como eu. Mas, na verdade, a estrutura do País mereceu o sim, mereceu a confirmação do eleitorado brasileiro que, votando maciçamente no presidencialismo e na República, disse não à qualquer revisão constitucional.

Mesmo assim, por um espírito acomodador, por um espírito de camaradagem do brasileiro, é possível admitir-se um pouco de revisão no aperfeiçoamento do presidencialismo, excluindo-se da mecânica do presidencialismo o que restou de parlamentarismo na história dos projetos que foram elaborados para que surgisse a Constituição. Porque se deu um fato interessante, Sr. Presidente: estava tudo preparado para o parlamentarismo. A Comissão de Sistematização dissera sim ao parlamentarismo, quando, no entanto, mais tarde, em plenário geral, triunfou o presidencialismo, inclusive com a capitulação de muitos companheiros nossos, que mudaram de posição, pressionados, àquela época, por várias forças estranhas à Assembléia Nacional Constituinte. Mas quando o presidencialismo triunfou, quando o presidencialismo venceu a segunda etapa, a Constituição já estava quase que completamente elaborada. Ou mais perfeitamente dizendo, já estava pronta, em todos os seus aspectos atinentes aos Três Poderes. Por isso, ela é um tanto quanto parlamentarista ainda, apesar do triunfo da propositura presidencialista, que resultou no Texto Constitucional.

Por isso, há de se admitir uma revisão, para que se estude nela o modo de se expurgar o parlamentarismo, depois que o povo diz, claramente, que quer o presidencialismo.

Sr. Presidente, o que assusta aos bispos, o que assusta aos religiosos deste País, o que assusta aos sociólogos, o que assusta aos advogados, é que muitos retrógrados se candidatarão, gastaram dinheiro, compraram cadeiras nessa corrupção eleitoral descarada que há no Brasil, exatamente para virem aqui, em nome do retrocesso, desestimular as conquistas sociais que estão na Carta Magna. Mas foi uma despesa em vão. O País não vai tolerar essa investida contra as conquistas do povo.

Revisar o mandado de segurança, o mandado de segurança coletivo, a ação popular, o mandado de injunção? Não. Revisar os direitos do funcionário público, difícil conquista, ao longo dos anos? Revisar as conquistas dos trabalhadores? Dar um novo Estatuto à empregada doméstica, porque os que gostam do retrocesso não se acostumam a ver em suas domésticas cidadãs brasileiras. É isso que queremos fazer? Queremos retroceder nas conquistas dos que defenderam o ensino e a educação? Vamos seguir, na Constituição, a farsa que chegou ao Poder Executivo, que dilapidou os cofres da Nação e agora quer dilapidar a ordem jurídica, para mais fácil ser a atividade privada por sobre o Estado para se alcançar o resultado escuso de nenhum controle do capitalismo sobre a população pobre? É isso que se pretende no Brasil, neste exato momento?

São perguntas, Sr. Presidente, que estou fazendo agora, porque, para determinado segmento, assistido pelo ouro e pelo dólar, é interessante que não haja ordenamento nenhum; é interessante que o Direito em si seja restrito; é interessante que o Estado não tenha dimensões.

Quando se falou em redução do Estado, Sr. Presidente, encontrou-se uma atmosfera favorável, porque, afinal de contas, o nosso Estado era inchado, era grande demais, por exorbitância dos anos que se seguiram a 1964, quando, para compensar a impopularidade em determinados setores da República, era preciso ter órgãos em todos os lugares: órgão para o livro, órgão para o teatro, órgão para o cinema, órgão para as estradas, órgão para os portos, órgãos em todos os pontos e em todos os lugares, para ocupar todo e qualquer espaço com o próprio Estado, já que não era possível ocupar com a população, com o povo, com a simpatia popular.

Era preciso reduzir o Estado, mas há sempre os sábidos, os pródigos em esperteza, e isso resultou nas privatizações, que hoje resultaram em uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem como Relator o brilhante integrante desta Casa, o nosso querido companheiro Amir Lando, que já brilhara em outra missão idêntica.

Veja bem V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que a privatização foi uma oportunidade para assaltar o patrimônio do povo com falsas avaliações, com valores indevidos dados aos bens do povo que estavam sendo leiloados. Os ladrões se achegaram à República e lograram êxito nesta operação. Duvido que se explique à Nação, seja qual for o Presidente da República que esteja no exercício do cargo, duvido que se explique à Nação os números, toda a operação numérica da privatização ocorrida neste País. O menor dos leilões não terá uma explicação lícita, Sr. Presidente.

As privatizações são os caminhos do roubo, do crime, da delinquência. Esse o caminho encontrado lá fora, no Poder Executivo, e que agora querem encontrar perante o Congresso Nacional para, bicameralmente, assaltar os direitos do povo nas letras de nossa Constituição.

Que revisão constitucional é essa, autorizada por quem, se não há autorização no texto da Constituição, se o plebiscito foi sim às instituições? Que revisão é essa? De onde sai essa revisão? Revisão para cassar a estabilidade do servidor público?

Sr. Presidente, isso é fascismo, fascismo doentio, e comprovo isso cientificamente. Vou à Enciclopédia Italiana escolher o verbete do fascismo, escrito pelo próprio Mussolini; vou a qualquer enciclopédia, vou à enciclopédia das Ciências Sociais, editada na Inglaterra; vou a qualquer grande enciclopédia brasileira, trago o verbete sobre o fascismo, e desafio

que não enquadrem nesse verbete essa luta pela retomada das conquistas dos servidores públicos perante o Estado.

Fiquemos a imaginar que envelhecer será um desespero, que o cidadão comprovadamente envelhecerá no dia em que for despedido do seu emprego. A estabilidade é vista de modo muito interessante. Ela parece uma exacerbação, parece um exagero, uma superconcessão do legislador. Mas não querem encolher o Estado? Por que só encolhem o Estado para favorecer o capitalismo? Por que não se encolhe o Estado para reconhecer o direito do povo que ficará na área do seu recuo?

Encolher o Estado para facilitar o funcionamento empresarial, encolher o Estado para facilitar o trânsito do capital, encolher o Estado para que todas as iniciativas não tenham o menor controle da lei; mas aumentar o Estado para afligir os lares, para não deixar a família do servidor público ter tranqüilidade, saber que o chefe da família, ao envelhecer, perderá o seu emprego, saber que a mulher, que tem mil discriminações, mais depressa será despedida do emprego público, mesmo havendo ingressado por concurso.

É fascismo! A insegurança do cidadão é fascismo! Quando se pretende que o cidadão não tenha segurança alguma diante do Estado, é fascismo! É essa a filosofia fascista. Duvido que me provem o contrário, porque vou à minha biblioteca e mexo nas enciclopédias mais importantes de qualquer país do mundo para demonstrar isto em plenário.

É fascismo, Sr. Presidente, e me espanta que, nesta hora, o Governo do Senhor Itamar Franco, um libertário, um homem que, nesta Casa, lutou pelas causas mais nobres, foi intransigente nos momentos mais difíceis, um dia possa ter aqui uma proposta para se retomar a conquista que a cidadania teve diante do Estado. Isso me espanta!

Sei que essa idéia ainda não é dele, mas sei que essa idéia já foi esposada, estranhamente, por Luiza Erundina, uma defensora dos trabalhadores; do mesmo modo que essa idéia era defendida por um trapalhão, Sr. João Santana, e agora por um homem culto, Fernando Henrique Cardoso.

**O Sr. Ronan Tito** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO** — Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Ronan Tito** — Nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, estou ouvindo, com a maior atenção, o discurso de V. Ex<sup>a</sup> No entanto, temos que analisar todo esse pronunciamento dentro de um contexto. No mundo todo, nobre Senador, o funcionário público tem uma certa estabilidade. Entretanto, no mundo dito civilizado ou desenvolvido, temos observado que algumas prerrogativas que tem o funcionário público, os trabalhadores das empresas privadas não os têm. Podemos tomar como exemplo os países da Europa, onde o funcionário público não pode fazer greve, não pode sindicalizar-se e aí vem a estabilidade, que é conseguida através de concurso e o acesso à carreira normal. Vivemos aqui um presidencialismo caboclo, o latino-americano, que nada tem a ver com o presidencialismo, digamos, dos Estados Unidos da América do Norte, que é a matriz do presidencialismo, onde, quando se troca o Presidente da República, troca-se também o porteiro do prédio, sob o pretexto de que é um cargo de confiança. Numa avaliação feita por um estudioso brasileiro sobre a questão de cargos de confiança, o Brasil tem, na área da Presidência da República, mais de 30 mil cargos de confiança. Vejamos: nós damos estabilidade para um tipo de funcionário, mas há outro tipo, o funcionário de cargo em confiança. É daí que começam a nascer as mazelas: damos

ao trabalhador da iniciativa privada, o direito de sindicalizar-se, o direito de greve, mas não concedemos a ele o direito à estabilidade; enquanto damos ao funcionário público o direito de sindicalizar-se, o direito de greve, mais o direito à estabilidade. Senador, não conheço país no mundo em que o funcionário público tendo estabilidade, tenha direito de sindicalizar-se e direito à greve. Eu diria até — e ontem conversei com alguns Senhores, que têm muito conhecimento do mercado internacional — que o funcionário público é penalizado no mundo todo com baixo salário, mas é premiado com a segurança. Os salários do funcionário público, no mundo todo, em comparação com os salários da iniciativa privada, são mais baixos — não tão mais baixos quanto os do Brasil — mas, em compensação, eles têm a segurança do emprego, têm os fundos de pensões que nós estamos aqui a criticar, mas é uma fonte de poupança muito grande e nenhum País pode crescer sem poupar. Eu estaria pronto a votar a favor da estabilidade do funcionário, mas se não concedêssemos a ele o direito à greve; por uma questão de isonomia nós também teríamos que dar estabilidade ao trabalhador da empresa privada: dois pesos e duas medidas, aí também não funciona. Quanto a V. Ex<sup>a</sup> falar sobre favorecermos as empresas, se o regime é capitalista, temos que criar condições para que elas se fortaleçam, para que possam gerar empregos. Nós só sairemos desse salário de miséria, que estamos vivendo, no dia em que este País tiver, na verdade, uma política de pleno emprego. Não o Estado criando emprego. O “Estado-Mãe” é uma invenção de meados do século passado, foi Marx que criou o “Estado-Mãe”. Mas nós vimos que esse “Estado-Mãe” feneceu. E agora temos que pensar: se estamos num regime de mercado temos que fortalecer as nossas empresas. O Estado, não mais ele como promotor do desenvolvimento, mas como indutor do desenvolvimento. Quero dar um exemplo a V. Ex<sup>a</sup>, que infelizmente acontece em meu Estado e não deve acontecer no Estado de V. Ex<sup>a</sup> Posso dar esse testemunho: nós aumentamos, através da nossa Constituinte e através de emendas sucessivas, a participação das prefeituras no bolo de arrecadação. Chegou um momento neste País, à época da ditadura, que o percentual que cabia às prefeituras era hoje, chegamos a 22,5 e atingiremos a 25, de acordo com que prescreve a Constituição. No entanto, todas as Prefeituras do Norte de Minas, as do Jequitinhonha, estão falidas. Por que? Porque quiseram usar esse recurso para empregar. Então, vê-se as prefeituras cheias de empregos. Acho que seria muito mais salutar se induzíssemos, através das empresas, o crescimento, e o orientássemos para que o Estado deixasse de ser “pai e mãe”. E o “Estado-Pai e Mãe” não só feneceu na Rússia, como também no Brasil. Nós temos que pensar e fazer uma opção séria. Se queremos pensar no Estado-mãe, no Estado que ampara o cidadão, desde o início até o final, então, iremos dispensar todas as empresas e colocar o Estado como produtor. Eu gostaria de prevenir: mulher mais ou menos grávida não existe. A opção tem que ser feita. A revisão constitucional está aí. Devemos optar por um regime de mercado para ser inserido nesse mundo de hoje. As fronteiras estão se apagando ou nós vamos nos fechar na nossa economia e colocar o Estado como o produtor, o gerador de riqueza, ou o Estado que, ao invés de arrecadar impostos, arrecadará dividendos das suas empresas estatais. Eu levo esse meu pensamento à reflexão de V. Ex<sup>a</sup>, devido à seriedade e ao brilhantismo do seu discurso, aditando alguns dados para que V. Ex<sup>a</sup> nos ajude a pensar, com o brilho da sua inteligência e, principalmente, para a lucidez dos seus argumentos, nos pre-

paremos, todos, para a nossa revisão constitucional. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte e peço desculpas por ter-me alongado muito no aparte.

**O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO** — Nobre Senador Ronan Tito, o aparte de V. Ex<sup>a</sup> é da maior valia para mim e eu vou respondê-lo no que fica em minha lembrança. Devo dizer ao nobre companheiro que as comparações com o Direito de outro país perfazem uma arte que notabilizou Clóvis Beviláqua — o Direito Comparado. Mas esse Direito Comparado não é para gerar um direito surgido de uma imitação, mas apenas para comparar os dispositivos porque, por esse modo, comparamos as culturas. O Direito é o reflexo da cultura.

Um dos grandes estudos do Direito está naquilo que falei ontem, aqui, naquela parte introdutória: a fonte da lei, a fonte do direito. Sabemos que há a fonte da lei e que esta, por sua vez, juntamente com a jurisprudência, com a doutrina, vai ser a fonte do direito; mas a lei tem uma fonte que é cultural: são os costumes, **ethos, mores**.

No Brasil, o direito de greve ao servidor público poderá se tornar, no futuro, algo sem a menor compreensão, se não formos à história, porque o direito de greve do funcionário público foi uma resposta cultural aos anos ditatoriais em que, tirada a liberdade da cidadania, restou o funcionalismo público sem um instrumento para o seu protesto, para as suas posições de classe, as suas posições de estamento serem levadas ao Estado. Deu-se ao servidor público a equivalência do servidor privado, parecendo um exagero — é verdade — essa resposta cultural. Os costumes brasileiros, a moral do brasileiro, naquele momento, obrigavam a que houvesse uma resposta do legislador para permitir um instrumento a um estamento importante da sociedade brasileira. Por isso, a Constituinte concedeu o direito de greve, cujo exercício pode não estar sendo satisfatório, afinal de contas o serviço público abrange a saúde, a educação, abrange tanta coisa vital que muitos não assimilam o direito de greve, mas culturalmente ele teve a sua justificativa no momento da Constituição, Senador Ronan Tito, quando tínhamos uma resposta a dar aos anos de ditadura.

Então, a sociedade brasileira tinha respostas a dar aos anos de ditadura, daí por que aparece isso que V. Ex<sup>a</sup> realça no seu aparte. O direito de greve parece excessivo quando o funcionalismo chega à estabilidade que parece um direito maior capaz de abrançar outras reivindicações.

**O Sr. Ronan Tito** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO** — Concedo o aparte ao nobre Senador Ronan Tito, com muito prazer.

**O Sr. Ronan Tito** — Esse esclarecimento de V. Ex<sup>a</sup> aplaca um pouco o complexo de culpa desse parlamentar, por que fui eu que relatei o direito de greve que hoje existe no Brasil. Devo dizer que quando olho para o direito de greve, que foi obra minha e depois referendado pelo Congresso Nacional, sinto um certo complexo, mas quando V. Ex<sup>a</sup> faz essa explicação, aplaca um pouco esse complexo do seu colega. No entanto, nós não podemos, nobre Senador — fui o autor do art. 3º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para a revisão da Constituição —, governar este País olhando no espelho retrovisor, temos de limpar o pára-brisa e olhar para frente. Na verdade, fizemos uma Constituição, no passado, que reagia à ditadura, era reativa. Nós precisamos fazer uma revisão constitucional e espero que façamos pró-ativa, olhando para o futuro, não mais reativa; porque, se ficarmos a vida toda olhando para aquele período negro que V. Ex<sup>a</sup>

tão bem descreveu, corremos o grande risco de trombar o carro olhando apenas pelo retrovisor.

**O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO** — Senador Ronan Tito, não devemos ter complexo nem glória de nenhum dispositivo que tenha passado pelas nossas mãos, porque nossas mãos, naquele momento, veículos de nossa mente, seres da nossa alma, comandados de nossa alma, tudo isso não passa de um reflexo da sociedade. Temos a procedência da sociedade, vivemos nela, e o que fazemos é dentro desse universo moral. A nossa autoria só é uma autoria até determinado momento, mas temos até uma mediunidade, um intermeio entre a sociedade e o poder. Então, V. Ex<sup>a</sup> não faria hoje o direito de greve do servidor público, por mais que o quisesse, depois dessa experiência, porque já há uma nova sistemática social, um novo pensamento, um novo quadro. Somos expressões desse quadro social. Não nos libertamos disso. Nós aqui somos instrumentos, meros instrumentos; não nos podemos desagregar dessa filiação que temos desde o momento do nosso nascimento até o momento da nossa morte. Mas nunca poderíamos tirar a estabilidade do servidor público, porque o servidor privado não a tem; porque aí seria nivelar pelo menos, seria nivelar por baixo. Na verdade, devemos estudar estabilidades outras, estabilidades sociais, estabilidades de vida para o servidor da rede privada, já que não pode a lei determinar a estabilidade de alguém perante uma pessoa privada. Só o setor privado, o próprio empregador poderia conceder essa estabilidade; isso, sob o ponto de vista da filosofia do Direito; sob o ponto de vista legal, seria tão excessivo que não conseguiria ser um dispositivo eficaz.

O aparte de V. Ex<sup>a</sup> alcançou momentos importantíssimos, mas, pelo adiantado da hora, não poderei responder-lhe neste momento. Porém, prometo que voltarei a esta tribuna para novamente dialogarmos e podermos, então, confrontar esses pontos de vista.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que os arts. 2 e 3 das Disposições Transitórias nasceram de uma fusão. E, hoje, toda a doutrina do Direito declara bem. Não importa o que queríamos fazer, quando escrevemos a norma; o que importa é que depois de escrita ela tem uma vida própria, e essa vida será o seu contato com a realidade social. Posso escrever algo, acreditando que alcançarei um determinado resultado; é essa a minha intenção como legislador. O Senado aprova o que quero; a Câmara aprova, também, o que sugeri; todos temos a mesma intenção, mas aquela norma escrita, no seu contato com a sociedade, para que tenha a eficácia social, sofre uma transformação de imediato. Por isso, a nossa autoria, em qualquer dispositivo, seja um dispositivo bom, capaz de nos fazer chegar à área do arrependimento, tudo isso se desvincula inteiramente da nossa personalidade. Esses dispositivos passaram a ser maiores que nós; são do Direito, não são mais nossos. A nossa autoria pouco valerá para nos incriminarmos ou para nos gloriarmos; para a nossa glória ou para a nossa tristeza. Nem temos glória nem tristeza com nenhum dispositivo. A mecânica do Direito é que determina a existência, a continuidade do que está escrito, quando chega notadamente aos tribunais, quando chega ao juízo dos que, por profissão, devem prolatar sentenças.

V. Ex<sup>a</sup> trouxe ao meu discurso temas dos mais importantes que, por si só, justificariam um pronunciamento de minha

parte, ora discordando, ora concordando, mas sem nunca afetar a enorme admiração que tenho pela conduta de V. Ex<sup>a</sup>, inclusive por esse reconhecimento de que é preciso incentivar o setor privado. Assim também penso! Mas não a ponto de retirarmos o Estado para que ele nem parâmetro seja. Creio que ele deve ter a força de ser o parâmetro.

**O Sr. Ronan Tito** — Para que não fique incompleto o meu pensamento, quero dizer que não sou favorável a um Estado mínimo; sou favorável ao Estado forte, ao Estado soberano, ao Estado juiz, ao Estado árbitro.

**O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO** — Nesse ponto, somos por igual.

**O Sr. Ronan Tito** — Porém, não sou favorável ao Estado empresário, porque ele se tem mostrado ineficiente; só isso.

**O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO** — Não tenha dúvida. O Estado empresário, nunca! Agora, o Estado na Educação, o Estado na Saúde, para parâmetro, não tenha dúvida. E será uma tristeza verificarmos a sua retirada desses setores que acabo de citar. Mas, quando o Estado deixa de competir com a indústria e o comércio, aí concordo com o Senador Ronan Tito. Mas, em tudo isso, no Estado forte, exemplar, no seu tamanho certo, que tenha dignidade o servidor público, porque não há Estado sem servidor público; não há Estado sem administração pública, nem administração pública sem gente. O ser humano em primeiro lugar.

Erram aqueles, como o Presidente do Banco Central, certos parlamentares amigos nossos, certos economistas que pensam que a condição humana não vale nada, o que vale é a economia. O que é a economia sem gente? A economia sem o ser humano? A economia sem a existência humana? A economia sem a dignidade do homem? Isso não existe, Sr. Presidente.

Quero aproveitar o final deste meu pronunciamento para fazer um apelo ao Presidente da República, para que mande a regulamentação do Sistema Financeiro Nacional — aproveitando a presença mais que brilhante do Senador Fernando Henrique Cardoso na Pasta da Fazenda —, e que se dobre e mande apurar também, administrativamente, o escândalo das privatizações. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — A Presidência vai suspender esta sessão extraordinária por cinco minutos.

Pediria aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes que venham ao plenário, porque, a partir das 12h5 min, retomaremos nossos trabalhos no sentido de apreciar a indicação de autoridades.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 12h05min, a sessão é reaberta às 12h06 min.)

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Está reaberta a sessão extraordinária que se destina à votação de autoridades indicadas pelo Senhor Presidente da República.

Solicito aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes que venham ao Plenário, pois vamos iniciar a votação referente à apreciação de autoridade.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

**PARTIDO PROGRESSISTA REFORMADOR (PPR)**

Brasília, 16 de junho de 1993.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 66, do Regimento Interno do Senado Federal, indico a Vossa Excelência, conforme relacionado abaixo, os nomes dos Senadores que deverão compor as Vice-Lideranças do Partido Progressista Reformador — PPR.

Senador Carlos D'Carli

Senador Moisés Abrão

Senador Affonso Camargo

Por oportuno, antecipo a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração. Senador **Epitácio Cafeteira** — Líder do PPR.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — O expediente lido vai à publicação.

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se na próxima terça-feira, dia 22 do corrente, às 19h, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de vetos presidenciais.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — As matérias constantes da pauta da presente sessão, de acordo com o disposto no art. 383, alíneas g e h, do Regimento Interno, devem ser apreciadas em sessão pública, sendo a votação em escrutínio secreto.

**O Sr. Marco Maciel** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL — PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, se eventualmente não for possível alcançar o **quorum** necessário à apreciação da matéria, eu gostaria de, antecipadamente, encaminhar a V. Ex<sup>a</sup> uma sugestão para que a Mesa sobre ela possa refletir.

Tenho a impressão, Sr. Presidente, de que poderíamos realizar sessão extraordinária hoje à tarde, desde que terminássemos a sessão ordinária um pouco mais cedo. Acredito que, havendo um entendimento político entre a Mesa presidida por V. Ex<sup>a</sup> e os colegas Senadores, seria possível — repito — encerrarmos a sessão extraordinária um pouco mais cedo. Examinadas as matérias da sessão extraordinária, esta prosseguiria com a pauta, sendo assegurada a palavra aos oradores inscritos para a sessão ordinária.

Acredito que não haveria prejuízo para os trabalhos da Casa; pelo contrário, permitiria que o Senado se manifestasse sobre essas matérias, que são de competência privativa desta Casa, que se deverá pronunciar com a desejada diligência. Essa a sugestão que levo à Mesa, mesmo porque há — eu diria mais do que praxe — o preceito regimental de acordo com o qual as sessões são realizadas à tarde. Há também a vantagem de, à tarde, o **quorum** ser mais elevado, sobretudo por volta de 16h.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Nobre Líder Marco Maciel, a sugestão de V. Ex<sup>a</sup> foi, de certo modo, atendida. O Sr. Presidente do Senado já determinou a inclusão das três mensagens na sessão ordinária de hoje, caso não haja número para que sejam votadas nesta sessão extraordinária.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Passa-se à

**ORDEM DO DIA**

**Item 1:**

Votação, em turno único, do Parecer nº 140, de 1993, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Mensagem nº 161, de 1993 (nº 185/93, na origem), de 19 de abril do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Antonio Fábio Ribeiro, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Suplente de Ministro Classista Temporário, representante dos empregadores, no triênio de 1993 a 1996, na vaga decorrente do término da investidura de **Alfredo Peres da Silva**.

Passa-se à votação, que se procederá em escrutínio secreto.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

**VOTAM OS SRS. SENADORES**

Álvaro Pacheco  
Bello Parga  
Beni Veras  
César Dias  
Chagas Rodrigues  
Cid Sabóia de Carvalho  
Darcy Ribeiro  
Dario Pereira  
Divaldo Suruagy  
Eduardo Suplicy  
Elcio Álvares  
Esperidião Amin  
Eva Blay  
Francisco Rollemberg  
Flaviano Melo  
Guilherme Palmeira  
Iram Saraiva  
Jarbas Passarinho  
João Rocha  
Josaphat Marinho  
José Richa  
Júlio Campos  
Jutahy Magalhães  
Juvêncio Dias  
Lavoisier Maia  
Levy Dias  
Lourival Baptista  
Lucídio Portella  
Márcio Lacerda  
Marco Maciel  
Mário Covas  
Mauro Benevides  
Nabor Júnior  
Nelson Wedekin

Onofre Quinan  
Pedro Simon  
Pedro Teixeira  
Ronaldo Aragão  
Ronan Tito  
Saldanha Derzi  
Wilson Martins.

*O Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Lucena, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Votaram SIM 43 Srs. Senadores.

Total de votos: 43.

A indicação foi aprovada.

A Presidência comunicará ao Senhor Presidente da República o resultado da votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Solicito aos Srs. Senadores a permanência em plenário, porque ainda temos duas votações de indicação de autoridades.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — **Item 2:**

Votação, em turno único, do Parecer nº 154, de 1993, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Mensagem nº 174, de 1993 (nº 234/93, na origem), de 5 de maio do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Geraldo Aguiar de Brito Vianna, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Suplente de Ministro Classista Temporário, representante dos empregadores, em complementação ao triênio de 1992 a 1995, na vaga decorrente do falecimento de Osório Coelho Guimarães Filho.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão ordinária do dia 2 do corrente.

Passa-se à votação, que deverá ser procedida em escrutínio secreto.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

"VOTAM OS SRS. SENADORES"

Alfredo Campos \_ Álvaro Pacheco \_ Bello Parga \_ Beni Veras \_ César Dias \_ Chagas Rodrigues \_ Cid Saboia de Carvalho \_ Darcy Ribeiro \_ Dario Pereira \_ Divaldo Suruagy \_ Eduardo Suplicy \_ Elcio Alvares \_ Eptácio Cafeteira \_ Esperidião Amin \_ Eva Blay \_ Francisco Rollemberg \_ Flaviano Melo \_ Guilherme Palmeira \_ Iram Saraiva \_ Jarbas Passarinho \_ João Rocha \_ Jonas Pinheiro \_ Josaphat Marinho \_ José Richa \_ Júlio Campos \_ Jutahy Magalhães \_ Juvêncio Dias \_ Lavoisier Maia \_ Levy Dias \_ Lourival Baptista \_ Lucídio Portella \_ Magno Bacelar \_ Márcio Lacerda \_ Marco Maciel \_ Mário Covas \_ Marluce Pinto \_ Mauro Benevides \_ Nabor Júnior \_ Nelson Wedekin \_ Onofre Quinan \_ Pedro Simon \_ Pedro Teixeira \_ Ronaldo Aragão \_ Ronan Tito \_ Saldanha Derzi \_ Wilson Martins.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Votaram SIM 47 Srs. Senadores.

Total de votos: 47.

A indicação foi aprovada.

A Presidência comunicará ao Senhor Presidente da República o resultado da votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — **Item 3:**

Votação, em turno único, do Parecer nº 167, de 1993, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Mensagem nº 194, de 1993 (nº 275/93, na origem), de 24 de maio do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do General-de-Exército **Luiz Guilherme de Freitas Coutinho**, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do General-de-Exército Haroldo Erichsen da Fonseca.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão ordinária do dia 2 do corrente.

Passa-se à votação, que se procederá em escrutínio secreto.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

"VOTAM OS SRS. SENADORES"

Alfredo Campos \_ Aluizio Bezerra \_ Álvaro Pacheco \_ Bello Parga \_ Beni Veras \_ César Dias \_ Chagas Rodrigues \_ Cid Saboia de Carvalho \_ Darcy Ribeiro \_ Dario Pereira \_ Divaldo Suruagy \_ Eduardo Suplicy \_ Elcio Alvares \_ Eptácio Cafeteira \_ Esperidião Amin \_ Eva Blay \_ Francisco Rollemberg \_ Flaviano Melo \_ Guilherme Palmeira \_ Iram Saraiva \_ Jarbas Passarinho \_ João Rocha \_ Jonas Pinheiro \_ Josaphat Marinho \_ José Richa \_ Júlio Campos \_ Jutahy Magalhães \_ Juvêncio Dias \_ Lavoisier Maia \_ Levy Dias \_ Lourival Baptista \_ Lucídio Portella \_ Magno Bacelar \_ Márcio Lacerda \_ Marco Maciel \_ Mário Covas \_ Marluce Pinto \_ Mauro Benevides \_ Nabor Júnior \_ Nelson Wedekin \_ Onofre Quinan \_ Pedro Simon \_ Pedro Teixeira \_ Ronaldo Aragão \_ Ronan Tito \_ Saldanha Derzi \_ Valmir Campelo \_ Wilson Martins.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Votaram SIM 49 Srs. Senadores.

Total de votos: 49

A indicação foi aprovada.

A Presidência comunicará ao Senhor Presidente da República o resultado da votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Humberto Lucena) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 30 minutos.)

## Ata da 120ª Sessão, em 17 de junho de 1993

### 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

#### Presidência dos Srs. Chagas Rodrigues e Carlos Patrocínio

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo \_ Alfredo Campos \_ Aluizio Bezerra \_ Alvaro Pacheco \_ Amir Lando \_ Bello Parga \_ Beni Veras \_ Carlos Patrocínio \_ César Dias \_ Chagas Rodrigues \_ Cid Saboia de Carvalho \_ Darcy Ribeiro \_ Dario Pereira \_ Dirceu Carneiro \_ Divaldo Suruagy \_ Eduardo Suplicy \_ Elcio Álvares \_ Eptácio Cafeteira \_ Esperidião Amin \_ Eva Blay \_ Flaviano Melo \_ Francisco Rollemberg \_ Gilberto Miranda \_ Guilherme Palmeira \_ Henrique Almeida \_ Humberto Lucena \_ Hydekel Freitas \_ Iram Saraiva \_ Irapuan Costa Júnior \_ Jarbas Passarinho \_ João Calmon \_ João Rocha \_ Jonas Pinheiro \_ Josaphat Marinho \_ José Richa \_ Júlio Campos \_ Jutahy Magalhães \_ Juvêncio Dias \_ Lavoisier Maia \_ Levy Dias \_ Louremberg Nunes Rocha \_ Lourival Baptista \_ Lucídio Portella \_ Luiz Alberto Oliveira \_ Magno Bacelar \_ Márcio Lacerda \_ Marco Maciel \_ Mário Covas \_ Marluce Pinto \_ Mauro Benevides \_ Nabor Júnior \_ Nelson Wedekin \_ Ney Maranhão \_ Onofre Quinan \_ Pedro Simon \_ Pedro Teixeira \_ Rachid Saldanha Derzi \_ Ronaldo Aragão \_ Ronan Tito \_ Ruy Bacelar \_ Teotônio Vilela Filho \_ Valmir Campelo \_ Wilson Martins.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — A lista de presença acusa o comparecimento de 69 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do expediente.

É lido o seguinte:

#### EXPEDIENTE

##### OFÍCIO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 214/93, de 16 do corrente, comunicando a aprovação das emendas do Senado nos 2 a 5, 7 a 9, com correção de redação e 10 a 23, ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1993 (nº 965/91, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. (Projeto enviado à sanção em 16-6-93).

##### AVISO DO MINISTRO DA SAÚDE

Nº 369/93, de 16 do corrente, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 493, de 1993, de autoria do Senador Áureo Mello.

As informações foram encaminhadas, em cópias, ao Requerente.

O Requerimento vai ao arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — O Expediente lido vai à publicação.

A Presidência recebeu a Mensagem nº 213, de 1993 (nº 325/93, na origem), de 15 do corrente, através da qual o Presidente da República comunica o envio de um contingente de 19 observadores eleitorais para ajudar a Administração Transitória das Nações Unidas no Camboja (UNTAC) a monitorar as eleições gerais que serão realizadas naquele país.

O expediente será despachado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para conhecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Há oradores inscritos.

**O Sr. Ney Maranhão** — Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder, para uma breve comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Tem V. Exª a palavra.

**O SR. NEY MARANHÃO** (PRN — PE. Como Líder, para uma comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, estou encaminhando à Mesa, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requerimento solicitando ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda informações se a aprovação do Projeto de Resolução nº 47/93, originário do Ofício nº S-42/93 que se transformou na Resolução nº 49, de 1993, afetará o Plano de Ajuste Fiscal anunciado pelo Governo no último dia 14 do corrente.

Desejo saber, ainda, se os demais Estados poderão gozar dos mesmos benefícios que receberão São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. É este o requerimento que entrego à Mesa neste instante, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — O requerimento de V. Exª vai ao exame da Mesa na forma regimental.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o nobre Senador Ruy Bacelar.

**O SR. RUY BACELAR** (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, mais uma vez venho à tribuna desta Casa para tratar de assunto afeto ao rol de minhas mais intrínsecas preocupações e motivo de meus constantes pronunciamentos como Parlamentar que se recusa a calar diante de quadro tão prolongado de inquietude.

Peço a atenção dos eminentes colegas para a questão dos transportes no Brasil, vital para o desenvolvimento econômico e social do País, e de fundamental importância para o dinamismo da vida de milhões de brasileiros.

Não há de se negar, nem os especialistas no assunto, os técnicos do setor, nem mesmo os leigos, pessoas simples, que, a despeito de desconhecem as implicações profundas dos transportes na vida nacional, experimentam, a cada dia, a necessidade de se locomoverem de sua residência para o trabalho, para a escola, para o hospital.

Não negam, também, os milhares de brasileiros que, morando em diferentes rincões do solo pátrio, produzem bens para a geração da riqueza nacional. Sabem eles que dependem dos transportes para o recebimento de insumos e matérias-primas e que dependerão, novamente, dos transportes para o escoamento e distribuição dos produtos aos centros de consumo. Os transportes estão na ponta anterior e posterior da cadeia produtiva.

No entanto, Srs. Senadores, apesar de sobejamente conhecedores da importância vital dos transportes para a dinâmica da vida de qualquer país, estamos na constrangedora posição de assistirmos, ano após ano, ao esfacelamento do nosso sistema ferroviário, à deterioração do nosso setor rodoviário e ao sucateamento da nossa estrutura de navegação hidroviária.

Contra tais descaminhos tenho me pronunciado reiteradas vezes, e tantas mais o farei quantas forem necessárias, para alertar as consciências dos nossos dirigentes quanto aos equívocos das políticas traçadas para a área dos transportes no País.

Lembram-se os ilustres colegas desta Casa de que, ainda em março de 1989, por ocasião do anúncio da desativação de trens mistos das linhas de Iaçú, no meu Estado, a Monte Azul, em Minas Gerais, e de Alagoinhas a Senhor do Bonfim, na Bahia, refutei a decisão da Superintendência Regional da Rede Ferroviária Federal, que, em vez de agir para reclamar as verbas indispensáveis para a manutenção segura do transporte de passageiros e cargas, ameaçada em virtude da deterioração das linhas de trens, partia para a opção conformista e socialmente injusta de desativação pura e simples desses ramais ferroviários.

Na ocasião, levantei argumentos de ordem social ao definir essas linhas como de evidente imperativo regional, por interligarem treze cidades baianas e deixá-las com a desativação à mercê do isolamento, dado serem os trens o único meio de transporte à disposição de seus moradores.

Já em 1990, na expectativa de um novo governo, recém-instalado, rumar o País para os propalados caminhos da modernidade, e na confiança de ver a Nação brindada com um programa de transportes exemplar, reivindiquei, num longo pronunciamento, a aplicação urgente de recursos eficientes para a recuperação da infra-estrutura de transportes, apontando inclusive as ações prioritárias para colocar o Brasil, e particularmente o Nordeste, nos devidos trilhos, se me permitem a figura retórica, no tocante ao sistema ferroviário.

Não tive pejo, na ocasião, de classificar a situação da ferrovia baiana como agonizante. Detalhei em palavras e números os problemas relacionados tanto à infra-estrutura quanto os relacionados à superestrutura, para os quais pedia, também, tratamento imediato.

Com os olhos voltados para o futuro, conferi especial ênfase ao projeto da Ferrovia Transnordestina, por ter a firme convicção de constituir ela — reproduzindo as minhas palavras — um elemento indutor de desenvolvimento para toda a sua área de influência, porquanto a sua grande função será a de promover o escoamento da produção Norte e Nordeste para o Centro-Sul, além do escoamento, através dos portos de Recife, Suape, Salvador e Fortaleza, da produção do oeste baiano e do norte de Minas Gerais que se destina à exportação.

Passados alguns meses, novamente me pronunciei contra a ameaça do fechamento ou da erradicação de 5 mil quilômetros da malha ferroviária, com efeitos diretos sobre o Nordeste

e com graves desdobramentos sociais, como o desemprego de grande número de ferroviários.

Defendi, mais uma vez, uma profunda discussão acerca da nossa matriz de transportes, para se fazer cumprir a vontade nacional e, mais uma vez, bati-me na defesa do nosso patrimônio ferroviário, erigido à custa de tantos sacrifícios da Nação, ao ver anunciado, pela Rede Ferroviária Federal, o fim das 32 linhas de passageiros operantes no País.

Contrapus a orientação do setor de transportes brasileiro à de países mais adiantados e defendi a modernização do setor ferroviário.

**O Sr. Josaphat Marinho** — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. RUY BACELAR** — Tem V. Ex<sup>a</sup> o aparte.

**O Sr. Josaphat Marinho** — Nobre Senador, em apoio às suas observações, consigne-se que, infelizmente, o abandono do sistema ferroviário vem pelo menos desde os governos do movimento militar de 1964. A partir daí, começou o abandono de um excelente sistema de transportes, sobretudo porque menos oneroso, principalmente para os mais pobres, do que as demais formas de condução das pessoas e das mercadorias.

**O SR. RUY BACELAR** — V. Ex<sup>a</sup> tem razão, nobre Senador Josaphat Marinho. Há muito estamos presenciando o desprezo em relação a essa grande modalidade de transporte, que está implantada, sobretudo nos países desenvolvidos. Para citar alguns números, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que a Argentina, com uma área territorial bem inferior à do Brasil, possui 36 mil quilômetros de ferrovia. O Brasil, com 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados, possui 30 mil quilômetros. Isso significa que a Argentina tem 20% a mais de ferrovias do que o Brasil. Os Estados Unidos, com uma área territorial similar à do Brasil, têm hoje 300 mil quilômetros de ferrovia, e o Brasil apenas 30 mil, correspondendo apenas a 10%. Com a Rússia, então, nem podemos fazer comparação. Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador.

Continuando, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a situação atual do nosso sistema rodoviário é calamitosa. Exige, sem mais tardar, o acionamento de projetos prioritários de recuperação, racionalização, modernização e expansão, para, no mínimo, viabilizar a integração dos vários sistemas de transporte, atendendo aos parâmetros mais modernos de movimentação intermodal. Vimos assistindo, nas últimas décadas, uma série de desacertos na política de transportes adotadas. Reportemo-nos ao final da década de 50. A partir de então, a prevalência da participação das rodovias nos transportes de passageiros e de cargas relega as ferrovias a segundo plano. Passam a ocorrer perdas de dotações orçamentárias. Tornam-se deficitários vários ramais e ligações, motivando tal direcionamento, entre outros fatores, à depreciação dos preços internacionais do petróleo e à distância média de transporte muito inferior à atual. No entanto, mesmo alterado esse quadro, principalmente com os chamados choques do petróleo, o primeiro em 1973, seguido do de 1979, e com a expansão das fronteiras produtivas, muito pouco se fez para aumentar a cota participativa das ferrovias e hidrovias na distribuição do movimento de cargas no País.

Ao contrário, a sobrecarga no setor de transporte rodoviário, por caminhões e carretas, passou a exigir a concessão de subsídios à produção de óleo diesel — com um previsível prejuízo econômico e social —, e trouxe um acelerado desgaste aos pavimentos rodoviários, originando forte pressão nos com-

balidos cofres públicos para a manutenção e recuperação das estradas. Em consequência da má conservação das estradas, computa-se hoje o acréscimo de 60% no consumo de combustíveis e a duplicação do tempo médio das viagens. Como resultado final, o custo operacional do transporte rodoviário no Brasil verifica-se sobreonerado em cerca de 40%, segundo fontes do próprio Ministério dos Transportes.

Podem perceber os Srs. Senadores que se desencadeia aí uma seqüência de prejuízos. Para o consumidor dos bens e produtos transportados, o ônus é a elevação do preço final do produto; para o País, o ônus é a perda da competitividade da produção nacional. A despeito dos contínuos desfavorecimentos do setor ferroviário, ele ainda responde por 22,5% do total de cargas transportadas no País, situando-se acima dos 17% relativos ao transporte hidroviário. A maior parte do total de cargas movimentadas fica com o sistema rodoviário, responsável por 56,5% do total. Apesar da acentuada involução das décadas de 60 e 70, os índices atuais, ostentados pelo setor ferroviário, aproximam-se dos números de que dispunha o setor nos anos 50.

**O Sr. Ney Maranhão** — Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. RUY BACELAR** — Concedo um aparte ao nobre Senador Ney Maranhão.

**O Sr. Ney Maranhão** — Nobre Senador Ruy Bacelar, V. Exª traz um tema muito importante, na tarde de hoje, para o nosso País. Em um País de dimensão continental como o nosso não podemos, de maneira nenhuma, ter uma grande safra, porque essa safra será transportada por rodovias, e o custo final da mercadoria será bastante elevado, computando-se, no caso, os preços dos pneus, do petróleo e do álcool que, a cada dia, se elevam mais. Veja V. Exª o exemplo da China. A China, nobre Senador, tem, hoje, uma safra de 700 a 800 milhões de toneladas de grãos. Sabemos que naquele país os problemas são parecidos com os nossos, com um maior grau de dificuldades, já que dispõe de apenas 18% de sua terra para plantar. Dezesseis por cento da terra é plantada, o que significa 7,8% da agricultura do planeta, e praticamente 95% dessa safra é escoada através de ferrovias. Na China, V. Exª encontrará estradas de rodagem em péssimas condições, mas encontrará também ferrovias de Norte a Sul, de Leste a Oeste. Como V. Exª muito bem diz, quando terminou a Segunda Guerra Mundial, tínhamos um crédito imenso com a Inglaterra, depois do esforço de guerra que tivemos, fornecendo matéria-prima, e nos entregaram estradas de ferro sucateadas, praticamente ferros velhos. Além disso, como V. Exª sabe, tivemos o problema das diferentes bitolas. No Canadá, nos Estados Unidos, na China e na União Soviética, existe uma bitola só, que corta todo o país, o que não acontece no Brasil. Então, Senador, não há economia, não há aquilo que chamamos de um trabalho sério, principalmente para o abastecimento, e isso me preocupa, como preocupa V. Exª. Como dizia o grande líder chinês Mao Tsé-Tung: "Povo de barriga cheia não pensa em revolução", mas trazer essa mercadoria sobre pneus, Senador, é uma coisa impossível. Está aí o resultado: numa safra de 70 milhões de grãos, conseguimos perder 25 a 30% no campo, muitas vezes por falta de transporte. Portanto, Senador Ruy Bacelar, congratulo-me com V. Exª. Acho que o Congresso tem que ouvir atentamente o seu pronunciamento e que V. Exª deve continuar a bater nesta mesma tecla para que a Nação se conscientize de que temos que recuperar as nossas estradas de ferro, porque o exemplo está estampado no mundo: os países de dimensão

continental somente resolvem seus problemas econômicos via estradas de ferro. Parabéns a V. Exª

**O SR. RUY BACELAR** — Agradeço ao nobre Senador Ney Maranhão, e incorporo, com muita satisfação, seu aparte ao meu pronunciamento. V. Exª tem toda razão, quando diz que um país com a dimensão territorial do Brasil não pode carregar a sua produção somente nas costas do caminhão. Defendemos um sistema intermodal, onde a ferrovia seja o traçado maior, interligado através de rodovias e também de hidrovias. Este sistema intermodal é que vai fazer com que o Brasil progrida, cresça, e fazer com que a nossa produção tenha competitividade no mercado internacional.

Agradeço a V. Exª o aparte.

Reportando-nos ao transporte de passageiros, veremos que a involução é acentuadamente crescente. Excetuando-se o transporte metroviário urbano, a participação das ferrovias no transporte de pessoas reduziu-se, hoje, para menos de 2,3%, enquanto que, em 1960, aproximava-se dos 19% do total de pessoas transportadas.

Recordam-se os nobres colegas as inúmeras vezes em que os inúmeros anúncios ou ameaças de fechamento de ligações de passageiros ou desativação de trens, ou ainda de fechamento de parte da malha ferroviária me fizeram altear a voz em defesa da manutenção, recuperação e expansão do sistema ferroviário. Em todas essas oportunidades, eu aduzia elementos, não só de caráter econômico, mas também de caráter social, levantando argumentos e dados que evidenciavam o prejuízo de tais medidas para a população, atingida em sua necessidade básica de deslocamento. Em muitos casos, os trens eram o único meio de transporte na região.

Em oportunidade anterior, nesta mesma tribuna, qualifiquei a situação do sistema ferroviário brasileiro como sendo de extrema carência. Volto a fazê-lo, hoje, Srs. Senadores, porque, a despeito de ter-se observado nos últimos anos um pequeno renascimento das ferrovias — encontrando-se algumas em construção, outras em operação recente; outras ainda em fase de recuperação —, elas permanecem ainda em estado de carência.

**O Sr. Lavolsier Maia** — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Ruy Bacelar?

**O SR. RUY BACELAR** — Ouço o aparte do nobre Senador Lavolsier Maia.

**O Sr. Lavolsier Maia** — Quero me associar, nobre Senador Ruy Bacelar, ao pronunciamento de V. Exª, transmitindo-lhe a minha mais irrestrita solidariedade. V. Exª trata de um assunto de grande interesse, para o Brasil, para todas as suas regiões. O sistema ferroviário nacional precisa, assim como o rodoviário também, do apoio do Governo Federal. As ferrovias no Nordeste estão em estado de abandono. No Nordeste há um ramal interligando a cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, à cidade de Sousa, na Paraíba, bem como a rodovia Transnordestina, ambas se encontram em estado de terrível precariedade. No ano passado, no Governo do ex-Presidente Collor, tentaram desativá-las, mas com a minha palavra, nesta tribuna, contando com a solidariedade dos Senadores nordestinos, o ramal voltou a funcionar, depois de mais de 50 anos prestando serviços à comunidade nordestina. A interligação do sistema ferroviário, rodoviário e hidroviário deve, cada vez mais, se fortalecer. No entanto, não podemos somente fortalecer o transporte rodoviário deixando o ferroviário de lado, até porque este tem um custo mais baixo, tanto para cargas como para transporte de passageiros.

Nos países desenvolvidos do mundo, o transporte principal é o ferroviário e nós não podemos, nesta hora, deixar de trazer a nossa palavra de advertência para que não se abandone o sistema ferroviário nacional, principalmente o nordestino. Por isso, receba o meu apoio, a minha solidariedade. Vamos lutar para o fortalecimento integral dos transportes, não deixando de lado o sistema ferroviário nacional.

**O SR. RUY BACELAR** — Junto, com muita satisfação, o seu aparte ao meu pronunciamento, nobre Senador Lavoisier Maia. V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão, pois é preciso haver uma mobilização nacional.

Se os meios de comunicação levarem em consideração a situação calamitosa do setor ferroviário do Brasil, tenho certeza absoluta de que a revolta do povo sacudirá esta Nação. Darei um exemplo do que se passa no meu Estado da Bahia. Lá, devemos ter mais de 90 máquinas, hoje, apenas 20 e poucas estão em circulação. As outras estão encostadas, o mato tomando conta por falta de peças, sucateadas, acabadas, liquidadas. E da maneira que está, dentro de 2, 3 ou 4 anos acaba o sistema ferroviário da Bahia, e quero crer que do Nordeste também.

Essa proporção, creio, ocorrer em todo o Brasil. É dinheiro do povo jogado no mato, é dinheiro do povo desperdiçado por falta de visão dos nossos governantes que não entenderam ainda que a ferrovia é fator de desenvolvimento. Não entenderam ainda que a ferrovia, num País de tamanho do nosso, é fator de redução de preço, tanto para o produtor quanto para o consumidor. Significa que um sistema ferroviário vai melhorar a situação de miséria e fome em que vive o povo brasileiro.

Nobre Senador Lavoisier Maia, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o aparte, na certeza que todos nós haveremos de nos mobilizar para abrir os olhos de nossos governantes.

**O Sr. Magno Bacelar** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador Ruy Bacelar?

**O SR. RUY BACELAR** — Com prazer, ouço V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Magno Bacelar.

**O Sr. Magno Bacelar** — Antes da retomada do raciocínio de V. Ex<sup>a</sup>, também gostaria de associar-me ao discurso de V. Ex<sup>a</sup> nesta Casa na tarde de hoje.

A preocupação de V. Ex<sup>a</sup>, ano passado, foi alvo de discurso do nobre Senador Chagas Rodrigues, que hoje preside nossa sessão, que defendeu as ferrovias e nos alertava para o fechamento das estradas de ferro no Estado do Piauí. Naquela ocasião também me manifestei com relação ao mesmo problema no Estado do Maranhão. O mal, nobre Senador, é que inúmeras rodovias foram criadas paralelamente às ferrovias, parece-me, no intuito de eliminar totalmente o sistema de transporte por ferrovia no Brasil. O Maranhão tem uma BR paralela à estrada de ferro que o liga ao Estado do Piauí e que, em decorrência disso, levou à falência, ao abandono inúmeras cidades que floresceram ao longo da estrada de ferro. Um País como o nosso, com grandes dificuldades, não pode se dar ao luxo de optar pelo transporte de custo mais elevado, que necessita da importação de petróleo em quantidades cada vez maiores, aumentando o endividamento externo, tão-somente pela promoção, pela propaganda feita pelos trustes internacionais, pelas grandes corporações produtoras de veículos. Não se pode atribuir a outra fonte senão essa. E no momento em que o Ministro dos Transportes, que é do Partido de V. Ex<sup>a</sup>, fala e combate tanto o desperdício, deixar que

essas máquinas, que essas rodovias sejam sucateadas, é o maior exemplo de desperdício deste País. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. RUY BACELAR** — Incorporo o aparte de V. Ex<sup>a</sup> ao meu pronunciamento, associando-me a sua preocupação, e que é de todos nós, no sentido de que os Governos voltem os seus olhos para reativar e recuperar o setor ferroviário do País.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, dando prosseguimento ao meu pronunciamento, chamo a atenção dos prezados Companheiros para o seguinte: o Brasil possui atualmente pouco mais de 30.000 km de ferrovias, dos quais apenas cerca de 2.000 estão eletrificados. Já possuímos muito mais, pois foram erradicados muitos quilômetros de ferrovias neste País. Hoje, o País possui pouco mais de 30.000 km de ferrovia. Para um País de dimensões continentais, com 8.5 milhões de quilômetros quadrados, nossos 30.000 km de ferrovias são absolutamente inexpressivos. Comparando-se nosso sistema ferroviário com o de outros países, poderemos ter a medida de nossa precariedade. Os Estados Unidos, por exemplo, com extensão territorial próxima a nossa, operam mais de 300.000 km de ferrovias.

Isso equivale, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a mais de 10 vezes o que possuímos. Façamos outra comparação: a Argentina, 3 vezes menor, em área, que o Brasil, possui 36.000 km de ferrovias, ou seja, sua malha é 20% superior à brasileira. Em volumes transportados, também nossa situação revela precariedade. Em 1986, as ferrovias brasileiras transportaram, em média, 100 bilhões de toneladas por quilômetros úteis. Os Estados Unidos transportaram, no mesmo ano, um trilhão e quinhentos bilhões de toneladas por quilômetro útil, a Rússia transportou, naquele mesmo ano, três trilhões e setecentos bilhões.

Em termos percentuais não chegamos a 3% da produção soviética e a 6% da norte-americana. Além de reduzida, a malha ferroviária brasileira apresenta uma série de problemas, de construção anterior à década de 50, apresenta dificuldades técnicas decorrentes no seu traçado, da diferenciação de bitolas, mas principalmente da falta de manutenção adequada. Há uma série de fatores que confluem, portanto, para que o custo do transporte de cargas no Brasil atinja o dobro da média dos países do Primeiro Mundo.

A repercussão desse encarecimento chega até o bolso do consumidor, que adquire o produto inflacionado pelo preço do transporte, e como já anunciei anteriormente, fazendo o Brasil perder posição na competitividade por mercados internacionais.

A opção pelas rodovias foi feita numa época em que as condicionantes econômicas, sociais e políticas eram diferentes das atuais. Hoje, além de estarmos inseridos em outro cenário histórico, estamos conscientes de que há um novo fator a ser incorporado na formulação de qualquer política: a questão ambiental.

Também quanto a esse aspecto, reforça-se a revisão da opção rodoviária dada a divulgação dos riscos causados pela emissão de gases poluentes provindos dos canos de descargas de ônibus, caminhões e automóveis. Além de mais econômico, o transporte por ferrovias contribui para a preservação do meio ambiente.

Como percebem V. Ex<sup>as</sup>, as análises que vimos fazendo sobre a matriz do transporte brasileiro, nos conduzem a uma política de transporte direcionada para o fortalecimento de maior participação das hidrovias e ferrovias, mormente na movimentação de cargas. É bastante para justificar tal direcio-

namento evocar as dimensões territoriais do País, as potencialidades de navegabilidade de nossas águas — quase 40 mil km de vias navegáveis —, as condições comparativas de economia, segurança e preservação do meio ambiente proporcionadas pelas ferrovias e hidrovias.

*Mas temos de ainda aduzir um fator: a necessidade de integração das várias modalidades de transportes para que se venha obter a utilização operacional de toda a cadeia de transporte. Não podemos nos esquecer que o mundo vive hoje a necessidade de expansão do comércio, principalmente internacional. A diminuição dos custos dos produtos, sob essa ótica, adquire caráter. Cada vez mais a eficiência global do transporte é requisito fundamental, tomando-se como parâmetros avaliativos o tempo despendido no deslocamento da carga, o custo desse deslocamento e a qualidade do serviço realizado.*

Dado que a intermodalidade pressupõe o controle e a integração das atividades, procedimentos e funções de toda a cadeia de transportes, provocando considerável diminuição das interrupções dos deslocamentos de cargas, os parâmetros que mencionei anteriormente passam a ter melhor resposta.

**O Sr. Bello Parga** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. RUY BACELAR** — Com muito prazer, eminente colega.

**O Sr. Bello Parga** — Nobre Senador Ruy Bacelar, é com enorme satisfação que ouço esse importante pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> que refere a necessidade de o País se voltar para as alternativas de transportes mais baratas e até mesmo mais eficientes, como é o caso das ferrovias e das hidrovias. Nesta oportunidade, aproveito para aduzir, não só em termos de barateamento mas também de incentivo à produção, que no sul do meu Estado a produção de soja, que é um cultivo recente, já triplicou e alcançou uma produção anual de 85 mil toneladas, pela simples existência da Ferrovia de Carajás e pela interligação do trecho existente da Ferrovia Norte-Sul entre as cidades de Açailândia e Imperatriz, no Maranhão. Somente esse trecho de 110 km já permitiu a integração rodoferroviária. Em termos de preço, os agricultores da região estão conseguindo vender a saca de soja por 9.50 dólares, ou seja, 2 dólares acima da cotação média alcançada até 1991, quando a safra era escoada apenas por rodovia. O transporte ferroviário reduziu o custo do frete da soja em 30%, pois para percorrer mil quilômetros, entre Balsas e São Luís, exclusivamente por rodovias, o custo da tonelada fica em 26 dólares, e na combinação entre rodovia — de Balsas a Imperatriz — e ferrovia — de Imperatriz a São Luís — o custo cai para 18.60 dólares. Parlamentares da nossa região, do meu Estado e dos Estados de Tocantins e de Goiás, estão se mobilizando para apresentar, no Orçamento a ser organizado este ano para o exercício de 1994, recursos para a construção dos trechos Imperatriz, no Maranhão, e Colinas, em Tocantins, do ramal norte da Ferrovia Norte-Sul, e no ramal sul, entre Senador Canedo e Itaboraí, em Goiás. É preciso que as palavras de V. Ex<sup>a</sup> encontrem eco nos estudos do Governo Federal, notadamente no Ministério dos Transportes, pela importância vital e estratégica da ferrovia na região central do País, promovendo a integração nacional e, mais do que isso, dinamizando a economia agrícola dessas regiões. Felicito V. Ex<sup>a</sup> pela oportunidade e pela profundidade do pronunciamento desta tarde.

**O SR. RUY BACELAR** — Nobre Senador Bello Parga, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte. V. Ex<sup>a</sup> mencionou a triplicação

da produção da soja em função da ferrovia em seu Estado em apenas 100 km de ferrovia. A soja é um produto de exportação; carregar soja em caminhões encarece brutalmente o custo do produto, ao passo que apenas nesse pequeno trecho que V. Ex<sup>a</sup> mencionou há uma redução de preços da ordem de 30%, até São Luís. Quando houver uma ferrovia que ligue o Leste ao Oeste e ao Pacífico, em quanto o nosso produto será competitivo no mercado internacional, sobretudo para abastecer a China, o Japão e todos os países asiáticos?

V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão. É necessário que esta Casa e o povo brasileiro se conscientizem e se organizem no sentido de exigir do Governo uma maior atenção a nossa malha ferroviária, recuperando e implantando milhares de quilômetros, além dos muitos que já temos de ferrovia, para que este País possa ser a grande Nação que todos nós almejamos.

**O Sr. Josaphat Marinho** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. RUY BACELAR** — Pois não. Tem o aparte V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Josaphat Marinho.

**O Sr. Josaphat Marinho** — Senador Ruy Bacelar, V. Ex<sup>a</sup> se referiu à soja e, ilustre representante da Bahia que é, sabe o quanto também sofre o nosso Estado. Sendo hoje um produtor de relevo, no plano da soja, se tivéssemos ferrovias que pudessem ligar o oeste baiano com Juazeiro, por exemplo, e daí se fazer o seu transporte até o Porto de Salvador, quanto lucraria o nosso Estado, quanto lucraria a economia do País. Mas nos falta essa ferrovia, e dela, também, o Governo Federal não cuida.

**O SR. RUY BACELAR** — V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão. O oeste baiano, hoje, produz mais de 800 milhões de toneladas de soja e tem como pólo as cidades de Barreiras, Correntina, São Desidério e toda aquela vasta e rica região.

Estamos lutando pela Ferrovia Transnordestina, para levar a soja a Juazeiro; de Juazeiro, a Porto Suape, em Pernambuco, e ao Ceará, ou, então, carrear essa produção para o Porto de Salvador, enquanto não temos uma ferrovia que ligue diretamente a Campinhos, via Brumado, ou coisa similar.

*Mas, infelizmente, os nossos governantes, não só os de agora mas também os anteriores, têm deixado perder o que já conseguimos, e nos parece difícil recuperar o que temos se o povo não se organizar e cobrar, com muito rigor, a atenção do Governo para essa modalidade de transporte.*

**O Sr. Carlos Patrocínio** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. RUY BACELAR** — Concedo o aparte ao nobre Senador Carlos Patrocínio, com muito prazer.

**O Sr. Carlos Patrocínio** — Eminente Senador Ruy Bacelar, mais uma vez V. Ex<sup>a</sup> aborda tema de importância fundamental para o desenvolvimento do nosso País. Deixarei uma pergunta no ar: a quem interessa construir somente rodovias neste País? Deverá haver segmentos interessados em que não se reative a construção do sistema ferroviário e hidrovial. Então, todos os governantes que já passaram pelo Poder, os atuais e os que ainda passarão, sabem que temos que criar mecanismos para baratear os nossos produtos, para que possamos competir com o comércio internacional. Aqui, sempre defendemos o modal ferroviário e as ligações intermodais das hidrovias com as ferrovias e com as rodovias. Mas, hoje, só se constrói rodovias no nosso País e, quando a malha rodoviária se deteriora, temos que gastar uma fortuna incalculável para colocá-las em funcionamento. Efetivamente, não se pen-

sa mais em construir ferrovias ou consertar aquelas que já existem. Quem faz este aparte neste momento, nobre Senador, já se utilizou da Estrada de Ferro Central do Brasil, lá no norte de Minas Gerais, na fronteira com a Bahia, terra de V. Ex<sup>a</sup>, através da Leste Brasileira, quando ia estudar em Belo Horizonte, em Uberaba. Aquele era um transporte barato, de acordo com as nossas possibilidades financeiras. Lembro-me bem, quando encerravam-se as férias, o comboio ia cheio de estudantes, mais de mil, e tínhamos condições de viajar naquelas ferrovias. Mas parece-me que hoje ninguém tem tempo para mais nada; o tempo transformou-se em algo imprescindível; cada minuto que se perde parece que se está perdendo uma quantia muito grande em dinheiro. E não se investiu em tecnologia, porque já existe o trem-bala no Japão e em outros países mais desenvolvidos. Portanto, faço coro com o eminente Senador Bello Parga, quando disse o que já se propiciou de aumento da produção de toneladas de grãos no sul do Maranhão, principalmente através da Ferrovia Norte-Sul, os 107 km que ligam Imperatriz a Açailândia, cujo trecho que demanda para Tocantins, apesar de adiantado nos seus trabalhos, está-se deteriorando porque há dois anos que não se faz nada. A ponte sobre o Rio Tocantins está lá com 12 pilares construídos. Evidentemente que isso é dinheiro jogado fora. Acredito que ninguém irá retomar essa obra, mesmo porque agora teremos cortes no Orçamento, e sei que vão cortar aquilo que diz respeito ao incremento do setor ferroviário em nosso País, porque certamente vão falar que isso não é prioridade nacional. Também pego uma carona no aparte do eminente Senador Josaphat Marinho, pois conheci recentemente a região de Barreiras, onde está-se produzindo soja, como em Balsa, no Maranhão, com uma produtividade fabulosa. Se tivermos esses modais ferroviários e hidroviários, haveremos de competir em condições de igualdade com os grandes produtores mundiais, como Rússia, Estados Unidos e outros países. Então, a quem interessa somente construir rodovias em nosso País? Temos que aprofundar essa discussão. Não é a primeira vez que V. Ex<sup>a</sup> traz à baila esse assunto, que devemos repetir e reprisar. Penso mesmo que até a BR-364, que demanda para o Pacífico, deveria ser transformada em ferrovia, porque ela é eminentemente de exportação, para alcançar o Japão, a Ásia, para que possamos exportar nossos produtos, já que lá se produz muito pouco. É muito oportuno esse pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, nesta oportunidade. Tenho certeza de que haveremos de voltar a esse assunto para sensibilizar, efetivamente, as autoridades do nosso País, mostrando uma vez mais que está nos modais de transporte, talvez, uma maneira de baixar a inflação, diminuir as desigualdades regionais e acabar um pouco com essa perversa distribuição de renda em nosso País. Portanto, congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RUY BACELAR** — Agradeço ao eminente Senador Carlos Patrocínio pelo aparte. Posso lhe garantir que o povo brasileiro não está interessado na construção de tantas rodovias e no desprezo em relação às hidrovias e ferrovias. Mas posso dizer que é inadmissível continuarmos no estado em que nos encontramos. V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão quando diz que a BR-364 deveria ser ferrovia, ao invés de rodovia, porque ela irá carrear toda a produção do centro do Brasil para o mercado internacional. E não poderemos transportar grandes cargas a longas distâncias em carrocerias de caminhão. Isso é uma irresponsabilidade; isso é não conhecer nada sobre transporte e suas modalidades.

Sr. Presidente, na Europa, o crescimento do transporte integrado intermodal vem se dando à porcentagem de 8% ao ano, na última década. As previsões indicam que esse tipo de transporte irá triplicar em 15 anos, com a construção do túnel sob o Canal da Mancha, a integração dos sistemas ferroviários e a eliminação das barreiras alfandegárias. Dos 14 milhões de toneladas transportados no final da década de 80, passaria para mais de 43 milhões, no ano de 2005.

Em função da reorganização geopolítica em curso na Europa, 25 países europeus assinaram, em 1991, um acordo com vistas à unificação e ao incremento do transporte integrado intermodal, em que se definia uma rede ferroviária básica, determinando número de terminais e pontos de fronteira, padrões técnicos da rede de transporte e parâmetros operacionais para trens e terminais.

Estudo recente da Confederação Nacional dos Transportes situa o Brasil, quanto à prática do transporte intermodal, em estágio inicial de desenvolvimento, voltado apenas para atender aos fluxos do comércio internacional. Esses fluxos, segundo esse documento, ligam portos às regiões produtoras/consumidoras em uma faixa de aproximadamente 500 quilômetros do litoral. Exemplo notável, apontado de intermodalismo brasileiro, é o transporte entre Manaus e a Região Sudeste, seja pelo sistema aéreo, seja através do "ro-ro cabo-clo" (rodoflúvia).

Sr. Presidente e Srs. Senadores, se estamos, de fato, empenhados na recuperação econômica e no desenvolvimento social do País, temos de pugnar por uma política de transporte que seja hábil em conciliar a promoção da integração regional com a perspectiva de diminuir os custos produtivos.

Temos de pensar urgentemente em novas formas de viabilizar a premente recuperação e a expansão de nosso sistema ferroviário, a permanente manutenção da malha rodoviária e a necessária revitalização de nosso modo hidroviário. Não podemos mais reconhecer, indefinidamente, a eterna escassez de recursos e permanecer inertes diante de um quadro aparentemente imobilizador.

Uma das alternativas que merecem consideração é a concessão para construir e operar rodovias e ferrovias. O que se realiza na Ferroeste e na Ferronorte, concedidas a um grande grupo privado e ao Estado do Paraná, objetivando o escoamento da produção de grãos de safras agrícolas, pode constituir um exemplo a ser seguido. Utilizar os investimentos do Fundo da Marinha Mercante na modernização dos equipamentos e das embarcações nacionais constitui também tarefa urgente.

O Brasil tem respondido à demanda pela produção de bens. Resta dotá-lo de uma infra-estrutura de transporte que responda, também eficazmente, em termos econômicos e sociais, pela distribuição de sua riqueza.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Josaphat Marinho.

**O SR. JOSAPHAT MARINHO** (PFL — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao coro dos aplausos às medidas prometidas pelo Ministro da Fazenda cabe juntar uma palavra de ponderação e chamamento à realidade geral. Não se trata de oposição às providências necessárias, mas de convite à prudência e à justiça social.

Em primeiro lugar, não se iluda o ilustre Ministro da Fazenda com os louvores quase irrestritos a seu anunciado

programa de ação. Sociólogo que é, há de estar atento a que, em problemas complexos e polêmicos, quais os relativos à economia e à administração, o aplauso generalizado indica, quase sempre, a falta de firmeza e de objetividade dos programas enunciados.

Todos lhes batem palmas, porque ninguém se sente atingido. Não obstante isso, a opinião geral está indiferente. Da população em conjunto não emanam elogios. O silêncio é indicativo de descrença. Atente, por isso, o ilustre Ministro, para não se enganar, no refletido juízo de Josué Montello: "o aplauso unânime apenas antecipa o grande silêncio".

Tudo isso lhe é dito desejando-lhe êxito para o bem do País e — por que não dizê-lo — para a sua felicidade política no ano de 1994. Mas a verdade é que a insegurança das medidas pode gerar decepção. Sobretudo, falta a execução imediata do que foi anunciado.

No curso de uma crise como a que experimenta o País, um ministro não substitui a outro na Pasta da Fazenda, e em face de todos os fatos correntes no País, sem dar prova cabal da execução do que programa.

Ora, já são decorridos dias e não há nenhuma providência do conhecimento do público. Nem sequer o anunciado corte de despesas se efetivou. Ao contrário, o que se diz no programa — e está na imprensa — é que o Governo remeterá ao Congresso Nacional um projeto de lei de reprogramação do Orçamento.

Reprogramar o quê? Poder-se-ia cuidar de reprogramação se o Governo fosse redistribuir recursos, se fosse variar de finalidades e de objetivos, mas o Governo quer realizar cortes para fazer economia. Para tanto não precisa pedir nada ao Congresso. Antes, o que se pede ao Executivo é energia na decisão. Faça os cortes que pretende, que julga necessários. Se o Governo não tem planos nacionais, nem regionais, nem setoriais, e o atual não os delinea, o Congresso será chamado para quê? Para cortar cifras?

A lei orçamentária é apenas autorizativa. O Governo que faça os cortes, assuma a responsabilidade, perante a opinião do País, de efetivar as reduções necessárias ou que como tal considera nas despesas. Ao Congresso é que não cabe ser co-responsável em cortes que não obedecem a planos conhecidos. Quando muito, o Governo poderia pedir ao Congresso a colaboração a propósito das despesas que decorreriam das emendas que oferecemos ao Orçamento. Para essas, o Senado e a Câmara poderiam oferecer sugestões para distinguir entre as mais necessárias, as secundárias e as desprezáveis. Fora daí, não! Se o Governo quer efetivar os cortes, que os faça sob sua responsabilidade.

Não nos cabe interferir no problema puro de economia, para efeito de equilíbrio orçamentário. Este é um problema do Governo, de sua exclusiva responsabilidade. Dentro do Orçamento, o Governo verifique o que lhe parece compatível com as exigências do País, com as necessidades da população, com as dificuldades que envolvem o quadro econômico-financeiro, promova a separação do útil e do inútil e opere os cortes. Essa é a atitude de um governo que queira ser enérgico e servir ao País num momento de dificuldade. Mas não nos cabe entrar nesse problema.

Se o Governo declara que pretende fazer uma redução de seis bilhões de dólares no Orçamento, cabe-lhe efetivá-la. Não há que titubear, não há que pedir reprogramação de Orçamento.

A lei — como disse — é meramente autorizativa. Distinga o Poder Executivo o que lhe parece indispensável, e execute!

Relegue a outro momento o que é secundário, desaconselhável ou desnecessário. Mas não há que buscar a transferência de responsabilidade da administração para o Congresso Nacional. Sem que haja planos, não nos é possível assumir tamanha co-responsabilidade.

Por outro lado, se o Governo anuncia ação contra os sonegadores, que a execute; dê ao conhecimento do País as providências que já estejam em curso para fazer com que venham ao Tesouro os recursos que lhe foram usurpados por procedimentos irregulares. Execute o processo contra os sonegadores! Isso dispensa palavras. Quem muito ameaça pouco faz ou realiza. O Governo tem os instrumentos de ação. Que os ponha em funcionamento. Mas atente o Governo em que não basta anunciar economia, nem ação contra os sonegadores; não basta cortar a "carne do Estado" a título de pôr a casa em ordem. Não recuso a necessidade dessa providência. Reconheço as dificuldades. O Estado, porém, não se institui apenas para fazer economia, nem para agir contra sonegadores; o Estado institui-se, sobretudo, como um grande instrumento capaz de criar o bem-estar da sociedade. Vale dizer, ao lado das medidas restritivas de despesas, cumpre ao Governo, é seu dever essencial, adotar aquelas outras providências que visem a proteger a comunidade em geral, sobretudo contra a ação desabrida dos exploradores da economia popular.

Cortando a "carne do Estado" para economizar, tenha o Governo a energia suficiente de, ao mesmo tempo, coibir o abuso dos aumentos sucessivos e extorsivos dos preços de todas as utilidades. Mas dessa providência não cuida o programa de ação. O Ministro da Fazenda declarou que esse é o plano da verdade. O plano da verdade, contudo, não há de reduzir-se à limitação de recursos ou aos gastos do Estado. Um plano da verdade e de verdade há de voltar-se essencialmente à proteção da economia do povo, para evitar a exploração do sistema capitalista.

É preciso que o Governo proclame e ponha em prática medidas efetivas contra o abusivo aumento de preços que aí está, em todos os ramos do comércio, inclusive naquilo que diz respeito mais de perto à sobrevivência de todo ser humano, ou seja, na venda dos remédios, dos medicamentos em geral, em que os aumentos não respeitam a existência de Governo. Ao contrário, o que se observa na elevação indiscriminada dos preços é que os exploradores cortam na carne de toda a população, sobretudo na carne emagrecida dos mais pobres, e o Governo continua indiferente.

**O Sr. Epitacio Cafeteira** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSAPHAT MARINHO** — V. Ex<sup>a</sup> tem o aparte.

**O Sr. Epitacio Cafeteira** — Nobre Senador Josaphat Marinho, solicite o aparte a V. Ex<sup>a</sup> porque tratei do assunto há poucos dias. Para ser mais preciso, na terça-feira. Eu dizia — assim como o faz V. Ex<sup>a</sup> — que as medidas anunciadas foram mais ou menos uma declaração de "mea culpa". O Governo disse que ia fazer, porque não havia feito, o saneamento das finanças; disse que procuraria, porque não estava procurando, sonegadores. Enfim, fez uma declaração de propósitos, comprometendo-se a não mais praticar o vício de gastar mais do que arrecada, assim como vinham fazendo todos os Governos anteriores. Na ocasião, abordei o aumento de preços. O que existe, na realidade, no meu entender, não é o aumento de preços, mas o apodrecimento da moeda. Se o Governo diariamente, pelo Banco Central, desvaloriza a moeda, em média 0,8% a 1%, é claro que os produtos

têm que subir. Desvalorizado o cruzeiro, o primeiro aumento é o do combustível. Em decorrência do aumento deste, vem o reajuste do transporte. Segue-se o da energia elétrica, setor básico da indústria. E, de desvalorização em desvalorização da moeda, a situação é agravada. Mencionei que o Presidente da Bolsa de Valores de São Paulo havia feito um pronunciamento no "Bom Dia, Brasil" dizendo que o Governo merecia aplausos porque diariamente corrigia o preço do dólar em relação ao cruzeiro. Segundo ele, essa medida garantia ao produtor a exportação de sua mercadoria. Ora, se ajuda o produtor, não ajuda o consumidor. O Governo encontrou uma âncora para os seus recursos a receber: criou a UFIR; de certa forma, dolarizou os impostos. Um dólar custa pouco menos de duas UFIR. Se traçarmos um gráfico, vamos ver que a UFIR, como a unidades padrões dos estados e municípios, seguem sem perder o seu poder aquisitivo. Desgraçadamente, só o dinheiro do povo é que perde, por mês, cerca de 30% do seu valor. Portanto, o comerciante — não pertencem a essa categoria, nem a estou defendendo — que não corrigir o seu preço na mesma base não conseguirá repor seus estoques. O Governo não terá autoridade moral para exigir que o preço não seja corrigido, uma vez que ele próprio desvaloriza a nossa moeda diariamente. Hoje, as nossas cédulas, nobre Senador Josaphat Marinho, já não trazem mais a esfinge de homens ilustres, trazem apenas desenhos que saem tão rapidamente de circulação — não diria que seria tão rápido como passou o último Ministro da Agricultura — mas passam tão rapidamente que, em pouco tempo, essas cédulas destinam-se às coleções e são vendidas aos quilos nas feiras. Quero me congratular com V. Ex<sup>a</sup> exatamente porque trata dessa questão crucial, além da intenção. E a intenção, nós ouvimos do Ministro Fernando Henrique Cardoso. Nós estamos esperando as medidas. Nós, não apenas Senadores, mas nós, povo; nós, que pagamos em UFIR e recebemos em cruzeiro.

**O SR. JOSAPHAT MARINHO** — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> pelo reforço que empresta às observações que venho formulando.

Mas note V. Ex<sup>a</sup> que os jornais de hoje já anunciam que "ocorrem aumentos no comércio em função do plano anunciado". Como? Não se lê, entretanto, notícia de nenhuma providência corretiva. Há, porém, uma notícia que, por sinal, entra em conflito aberto com tudo quanto declarou o ilustre Ministro da Fazenda. Desde o momento em que chegou e começou a se preparar para o exercício das funções, o nobre Ministro acentuou que ninguém esperasse medidas de impacto. S. Ex<sup>a</sup> não surpreenderia a opinião do País, nem sua população. Mas hoje o jornal **Folha de S. Paulo** traz declaração do Subsecretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Sr. Gustavo Franco, nestes termos: "A cada 48 horas haverá uma medida de impacto".

Que medidas de impacto serão essas? Ele apenas faz menção a uma: a prisão de sonegadores. Mas não é apenas disso que a população precisa. Os recursos que advierem da cobrança aos sonegadores entrarão para os cofres públicos, e deles o Governo fará o uso que lhe convier, dentro do seu plano de economia. O fato é que há uma exploração inescrupulosa no comércio, em todos os setores. Quem quer que vá a uma farmácia, a uma loja ou a um supermercado não compra nenhum produto em duas semanas pelo mesmo preço. Não se sabe, entretanto, de providência, qualquer que seja, adotada contra essa exploração do bolso do povo, sobretudo dos economicamente mais fracos.

Não basta que o Governo seja rigoroso com os estados. É preciso que o seja, também, e primordialmente, com os exploradores da economia popular. Sem dúvida, os estados devem pagar à União o que devem, mas *cumpra ao Governo* verificar, de sua parte, que essas dívidas não foram contraídas, no seu cômputo geral, pelos atuais governadores. E a preocupação do poder federal não pode ser apenas com o equilíbrio das finanças da União. Não há União forte com estados economicamente fracos e empobrecidos. Será do equilíbrio entre a situação econômica da União e a dos estados que se estabelecerá o modo necessário de resguardar o bem-estar de toda a população.

Além disso, ainda ontem lia declarações do Governador de São Paulo, argumentando que a União não lhe pode pedir o pagamento imediato sem que assuma também a responsabilidade de pagar o que deve àquele estado. Não sei do pormenor. Sei, pelo que está publicado na imprensa, que o Governo não nega, *frontalmente*, que deva. A medida não pode é ser linearmente tomada contra os Estados, porém mediante a verificação exata da situação, de sorte que não se exija de um que pague, e o outro, que pede o pagamento, falte ao cumprimento de sua obrigação recíproca.

**O Sr. Mário Covas** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSAPHAT MARINHO** — Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Mário Covas.

**O Sr. Mário Covas** — Nobre Senador Josaphat Marinho, não me consta que a União esteja querendo fazer o saneamento das suas contas às expensas do Estado. As contas que precisam ser saneadas são as do Estado — entendido aí como instituição — e não como nível de governo. E quando se fala em sanear as contas do Estado está se pensando no saneamento das contas da União, dos Estados e dos Municípios, porque é esse conjunto de contas, produzindo superávit, déficit, dívida ou créditos que, afinal, contribui ou não para o desacerto de natureza financeira. Contribui até mesmo para a possibilidade de execução de alguma política fiscal que, sob certas circunstâncias, é impossível ser realizada. Até onde entendi e pelo que ouvi, V. Ex<sup>a</sup> reclama do projeto feito por não ser ele mais extenso, V. Ex<sup>a</sup> reclama pelo fato de ele não ter atingido mais profundamente outras áreas, o que me faz pressupor que V. Ex<sup>a</sup> está de acordo quanto às medidas nas áreas que foram atingidas. Mas parece-me que o projeto — que não chega a ser um plano, é uma metodologia de ação —, a rigor, objetiva sinalizar com absoluta clareza, coisa que pela primeira vez acontece neste País. Ora, a nossa casa, o Estado, esta nós vamos cuidar de pôr em ordem. Quem fizer projeto, daqui para frente, tenha em mente que a velha desculpa de que não se paga imposto porque o Estado gasta mal, porque o Estado tem ralos, vai desaparecer. Isso não significa que se abriu mão de se atuar em outras frentes. Mas realmente gostaria que V. Ex<sup>a</sup> me explicasse o que o Estado pode fazer quando os jornais anunciam que há aumento no comércio em função do Plano. Qual é a medida do Plano que traria como consequência algum aumento no comércio? Primeiro, o fato de estar saindo no jornal não significa necessariamente que a informação seja verdadeira, são essas notícias dadas dentro desse conteúdo vago: "Há setores no comércio que já estão aumentando os preços em função do Plano". É bem verdade que preços no Brasil aumentam em função de qualquer coisa: notícias de que diminuiu a inflação,

de que aumentou a inflação — o **marketing** no Brasil é uma coisa escandalosa, quando comparado a qualquer país do mundo. Mas não me parece que o Governo esteja sendo rigoroso com o Estado, nem que o Governo esteja querendo cobrar mais do que o Estado. E quando falo em Governo, se eu imaginar que ele tem vários poderes, reconheço que este Senado, anteontem, aprovou uma rolagem de dívida, pela qual deveria haver 17% de resgate, e o reduziu para 10%. De forma que o problema não é saber quanto é, nem é querer cobrar toda a dívida. Nós, o Senado, aprovamos uma emenda constitucional que leva o Banco Central a supor e a interpretar que qualquer rolagem deveria significar 50% do pagamento da amortização, o que, evidentemente, obviamente, tem que receber um corretivo. É impossível isso acontecer. Não creio que a União queira equilibrar suas contas tomando das contas dos estados. É uma relação que pode ser a favor ou contra o Estado. Diga-se de passagem que nós, Senado, já resolvemos esse problema para o Estado. Quando votamos aqui, há três meses, uma lei relativa ao sistema elétrico, a rigor estávamos resolvendo esse problema. Aquilo que os estados dizem que é a dívida da União para com eles é, exatamente, a dívida, em nível de concessionárias, no fornecimento da produção da energia elétrica para o funcionamento da distribuição, quando se cobrou sempre tarifas que eram dimensionadas na lei de uma forma e na prática de outra. Essa diferença está contabilizada. É absolutamente normal. O Estado faz uma coisa legítima, executa uma tarefa em função da vontade popular; é legítimo que queira fazer na maior extensão possível. Por outro lado, não dá para escamotear e, em nome disso, dizer que agora está se querendo cobrar uma coisa para resgatar a posição da União. Não, o que se está querendo fazer é dar ordem a essas contas; elas podem até ser redimensionadas, e as declarações do Ministro são nessa direção. Elas podem ser renegociadas, mas é preciso que alguma negociação entre as partes seja feita e que sobretudo, feita essa negociação, o cumprimento dos termos dessa negociação, sejam eles quais forem, sejam viabilizados. É um pouco demais atribuir às palavras, aos projetos, aos anúncios, às medidas preconizadas pela Fazenda como sendo medidas pelas quais se tira do Estado e do Município para dar à União. De jeito nenhum! Mas também não dá para pedir soluções para os problemas de natureza econômica, imaginando que sejam incumbência da União e que os Estados e Municípios estão livres dela. Não! Esse é um problema nacional. E quando se fala em Estado, necessariamente, além da União, estão incluídos Estados e Municípios. Essa é uma tarefa comum. Essa não é uma tarefa que um faz contra o outro. Essa é uma tarefa que todos fazem contra o desastre. Portanto, não obstante o caráter sempre judicioso com que V. Ex<sup>a</sup> trata os problemas, parece-me que houve uma certa *demasia na afirmação* de que a União precisa fazer outras coisas. Ela não tem que pensar, nem pode pretender — coisa que, afinal, nunca pretendeu — resolver seus problemas às custas dos Estados e Municípios. Isso não está em jogo. Em nenhum instante isso consta do anúncio do plano; em nenhum instante isso está imbuído no plano; em nenhum instante isso está contido nos limites do plano.

**O SR. JOSAPHAT MARINHO** — Nobre Senador Mário Covas, se V. Ex<sup>a</sup> me tivesse ouvido desde o início, teria verificado que, em nenhum momento, afirmei que a União pretende resolver os seus problemas com o sacrifício dos Estados e Municípios.

**O Sr. Mário Covas** — V. Ex<sup>a</sup> me desculpe, mas isso eu ouvi e não precisei ouvir desde o começo para entender!

**O SR. JOSAPHAT MARINHO** — Em nenhum momento!

**O Sr. Mário Covas** — Acabei de anotar. Quando V. Ex<sup>a</sup> falou, eu anotei.

**O SR. JOSAPHAT MARINHO** — O que declarei, quando V. Ex<sup>a</sup> entrava neste plenário, é que a União não pode ser rigorosa apenas com os estados, esquecendo a exploração do poder econômico privado sobre toda a população. Isto foi o que afirmei. E não há nenhuma demasia na minha afirmativa, porque o programa anunciado por seu ilustre correligionário é uma página inteira de jornal, mas não tem um título sobre a defesa da economia popular. Não tem um! Veja V. Ex<sup>a</sup>, eu o tenho aqui: cuida de redução de despesas, de reorganização de finanças, de reorganização do aparelho fiscal da União e de vários outros assuntos, menos dos reflexos da desorganização econômico-financeira sobre a vida da população.

**O Sr. Mário Covas** — Ou seja, tudo aquilo que se fez como medida não tem a mínima influência para a população? É isso que V. Ex<sup>a</sup> diz?

**O SR. JOSAPHAT MARINHO** — As medidas anunciadas não envolvem esse problema.

**O Sr. Mário Covas** — Não envolve qual problema?

**O SR. JOSAPHAT MARINHO** — Se o Governo espera, apenas com a redução gradativa da inflação, chegar até a melhoria das condições de vida da população, até lá grande parte dela já terá morrido.

**O Sr. Mário Covas** — Então, V. Ex<sup>a</sup> acha, como eu disse no princípio, que o plano é pouco profundo? Que ele deveria ter mais coisas ainda do que tem? É isso?

**O SR. JOSAPHAT MARINHO** — Não estou discutindo se o plano tem que ser mais ou menos profundo. Primeiro que não há plano. O próprio texto diz que é um programa.

**O Sr. Mário Covas** — E o que seria um programa?

**O SR. JOSAPHAT MARINHO** — E esse programa se traduz, em verdade, num conjunto de intenções, não de medidas objetivamente estabelecidas. Tanto que ainda não houve a medida normativa ou medida de caráter administrativo que resultasse desse programa. Não há nenhuma.

Agora, dizia eu, um subsecretário do Ministério da Fazenda declara que a cada 48 horas haverá uma medida de impacto. Não enunciou nenhuma. Apenas sugeriu que poderia haver prisão de sonedores. E o que saliento exatamente é que as medidas coercitivas, as medidas restritivas de despesas são úteis, mas não são suficientes no quadro de dificuldades por que passa a população brasileira. Este é o problema. E dizia que ainda hoje o jornal assinalava que já houve aumento em função do plano. E V. Ex<sup>a</sup> me diz: "Mas o que contém o plano que possa significar motivo de aumento de despesa?" A falta de firmeza do programa, nobre Senador. A falta de objetividade, a falta de notícia imediata de providências efetivas. São essas que faltam. O Governo não se firma em palavras enfáticas, mas em providências energéticas. Até agora, houve apenas o enunciado de palavras, de promessas e de incertezas. A Nação está precisando de providências efetivas. O Governo, sem dúvida nenhuma, e eu o disse de princípio, há de precisar de reduzir despesas, há de entrar em entendimento com os

Estados para encontrar soluções. E devo até assinalar que quando faço esta observação sobre os Estados, não quero, de modo nenhum, me referir à Bahia. A Bahia, já declarou o seu Governador, aceita a solução que o Governo adotar, desde que seja uma solução igualitária para todos os estados. A única coisa que o Governo da Bahia defende é o regime de igualdade.

**O Sr. Levy Dias** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, Senador Josaphat Marinho.

**O SR. JOSAPHAT MARINHO** — Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) — Eminente Senador Josaphat Marinho, embora constrangida, a Presidência gostaria de lembrar que o tempo de V. Ex<sup>a</sup> já está ultrapassado em cerca de 17 minutos, e temos ainda a Ordem do Dia.

**O SR. JOSAPHAT MARINHO** — Procurarei adiantar, logo depois deste aparte, Sr. Presidente.

**O SR. Levy Dias** — Serei breve, Sr. Presidente. Senador Josaphat Marinho, nós percebemos que, não só no Senado, mas em todo o Congresso Nacional, existe uma enorme boa vontade para com o nosso colega de Senado e hoje Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Existe uma grande boa vontade inclusive para abrir mão de emendas, para se aceitar cortes de emendas propostas para os Estados e Municípios, desde que seja feito um corte justo, desde que seja levado a efeito um corte de despesas em todos os estados, em todos os ministérios, com justiça e transparência. E confesso, Senador Josaphat Marinho, que hoje me assustei, quando li, na primeira página do jornal *Folha de S. Paulo*, que o Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, liberou cerca de 40 milhões de dólares para dois metrô, de Brasília e do Rio de Janeiro, que, na minha avaliação, não são obras prioritárias para o nosso País. Nessa mesma matéria da *Folha de S. Paulo* de hoje, o Deputado Delfim Netto comenta que essas liberações de recursos desmoralizam o plano de cortes. Tenho certeza de que a maioria do Senado está disposta a ajudar, a contribuir, a colaborar, como eu estou, mas estas medidas me amedrontam. Por isso fiz esta interferência no pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. Se for feito com transparência, com segurança, com patriotismo e com justiça, todos darão o seu quinhão, mas que não sejam vitimados somente os Estados e os Municípios, porque acredito que em sendo feito com transparência, segurança, patriotismo e justiça, todos darão o seu quinhão; mas que não sofram as conseqüências somente Estados e municípios.

**O SR. JOSAPHAT MARINHO** — Sou-lhe grato pela intervenção, nobre Senador Levy Dias.

Queria acrescentar que, reconhecendo o dever dos estados de pagamento do que devem à União, cumpre, entretanto, assinalar que o fato de haver dívida das unidades da Federação não autoriza a suspensão do pagamento de recursos relativos a fundos que decorram da Constituição. A participação dos Estados e municípios em recursos originários do Governo Federal não pode ter suspensão por ato do Poder Executivo. As obrigações constitucionais estão acima do arbítrio governamental.

Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> me adverte sobre o tempo e devo respeitar a sua ponderação.

O Presidente da República, ao reunir o Ministério, fez do conhecimento de todos os seus principais auxiliares um

documentário sobre o primeiro governo de Roosevelt. Ora, o primeiro governo de Roosevelt ocorreu na grande depressão dos Estados Unidos. Roosevelt introduziu, nos Estados Unidos, o regime de intervenção do Estado no domínio social e econômico. A grande perspectiva do seu plano de ação, o *New Deal*, foi exatamente abandonar a política liberal e ingressar com a energia de quem queria resolver os problemas do país num plano de ação, sobretudo para favorecer a agricultura e dar proteção aos desempregados. Sua política foi eminentemente intervencionista e não uma política concessiva ou permissiva de abusos do poder econômico capitalista.

Se o Presidente Itamar Franco tornou do conhecimento de seus Ministros esse documentário, é porque pretende imitar Roosevelt. Não pode, então, paralisar-se em um programa de redução de despesas, que é em grande parte respeitável; há de ter medidas positivas, um programa de ação em benefício da população, de socorro à economia popular, sobretudo para evitar a escorchante exploração que aí está.

Não é suficiente admirar o documentário, é preciso adotar as medidas correspondentes aos exemplos vistos e aplaudidos. A população não se beneficia com o entusiasmo do Governo a um programa de ação desenvolvido no estrangeiro. A população é satisfeita com medidas efetivas, que lhe reduzam as dificuldades por que passa.

Tenha cuidado o Governo, portanto, para não vender ilusões. O nobre Ministro da Fazenda declarou que não seria um criador de ilusões. Cabe-lhe ter cuidado. Na euforia dos elogios, volte-se para a realidade social que o envolve, e não esqueça, homem inteligente que é, daquela sábia advertência do Padre Antônio Vieira: "Não há altura, neste mundo, que não seja precipício".

*Durante o discurso do Sr. Josaphat Marinho, o Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, Suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) — Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, DE 1993

Altera a redação de dispositivos da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que "dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneamentos e outros produtos, e dá outras providências."

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 58, caput, § 1º, e 66 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, passam a vigorar com a seguinte redação, remunerando-se o atual art. 66 e os subsequentes:

Art. 58. É vedada a propaganda comercial, sob qualquer forma de divulgação e meio de comunicação, de drogas e medicamentos.

§ 1º No caso de drogas e medicamentos cuja venda esteja sujeita ou não à prescrição por parte de pessoa legalmente habilitada, a propaganda ficará restrita às publicações de caráter técnico-científico que se destinem a médicos, odontólogos, veterinários e demais profissionais da área de saúde.

§ 2º O órgão competente do Ministério da Saúde procederá à fiscalização e vigilância do disposto neste artigo.

Art. 66. A infração ao art. 58 desta Lei constitui crime, sujeitando-se o agente à pena de detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

§ 1º O órgão de comunicação e a empresa produtora, independente da pena cominada no caput deste artigo, sujeitar-se-ão a multa pecuniária equivalente a até dez vezes o valor do contrato entre eles firmado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

A presente iniciativa visa à proteção da saúde da população brasileira, propondo medidas restritivas à livre veiculação de propaganda de drogas e medicamentos através dos diversos meios de comunicação, o que, indubitavelmente, constitui grave fator de risco, uma vez que desconsidera os efeitos colaterais danosos de todo e qualquer medicamento, bem como as sérias consequências advindas da automedicação, como se pode avaliar a partir do que se segue:

1. Em seu relatório sobre Farmacovigilância Internacional, elaborado em 1972, a Organização Mundial da Saúde — OMS — assevera que “no conjunto das hospitalizações, as que se devem ao medicamento podem atingir a proporção de 1/20, e não menos de 1 (um) doente hospitalizado em cada 5 (cinco) apresenta, no decurso do tratamento, uma reação aos medicamentos”.

Em relatório de 1977, a mesma OMS recomenda o “melhoramento da qualidade do consumo, da gestação e informação farmacêutica, bem como da farmacovigilância”, reconhecendo que “a informação sobre os medicamentos e os produtos farmacêuticos é a condição prévia dos cuidados a todos os níveis, se se quer assegurar um consumo farmacêutico e receituário racionais”, visto que “o emprego de todo o medicamento sem conhecimentos suficientes pode ser perigoso”.

A Drª Lynn Silver, da Escola Nacional de Saúde Pública — ENSP, da Fundação Oswaldo Cruz, em acordo estudo, revela que 42% do uso de medicamentos se fazem pela automedicação, esse fato assume graves dimensões quando se sabe que, na população em geral, 22% são alérgicos aos derivados pirazolônicos (antipiréticos e analgésicos), 9% ao antibiótico penicilina e 3% ao ácido acetilsalicílico, medicamentos largamente usados por todas as classes sociais, tanto em adultos como em crianças e idosos, o que confere ao quadro cores ainda mais sinistras, visto serem esses últimos sabidamente mais susceptíveis aos efeitos adversos e colaterais dos fármacos.

Embora não haja dados preciosos no Brasil, nos Estados Unidos da América o uso indevido de medicamentos causa 61.000 (sessenta e um mil) casos anuais de mal de Parkinson e 32.000 (trinta e duas mil) fraturas de fêmur provocadas por queda após o uso de drogas sedativas; são registrados, ainda, 163.000 (cento e sessenta e três mil) casos de perda de memória e 243.000 (duzentos e quarenta e três mil) internações anuais em virtude dos efeitos colaterais e adversos dos medicamentos.

2. A Comissão Parlamentar de Inquérito, realizada no ano de 1980, concluiu que as indústrias farmacêuticas despendem cerca de 30% de seu faturamento em publicidade de medicamentos ditos “populares”, o que, fatalmente, encarece o produto final, prejudicando o consumidor, mormente o de baixa renda, mais susceptível a essa modalidade de apelo comercial.

Pelas razões expostas, esperamos contar com o apoio dos nobres pares do Congresso Nacional para a aprovação da presente Proposição que objetiva sobretudo contribuir para uma melhor assistência à saúde em nosso País.

Sala das Sessões, 17 de junho de 1993. — César Dias.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.360, DE 23 DE SETEMBRO DE 1973

**Dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências**

Art. 58. A propaganda, sob qualquer forma de divulgação e meio de comunicação dos produtos sob o regime desta Lei somente poderá ser promovida após autorização do Ministério da Saúde, conforme se dispuser em regulamento.

§ 1º Quando se tratar de droga, medicamento ou qualquer outro produto com a exigência de venda sujeita a prescrição médica ou odontológica, a propaganda ficará restrita a publicações que se destinem exclusivamente à distribuição a médicos, cirurgiões-dentistas e farmacêuticos.

§ 2º A propaganda dos medicamentos de venda livre, dos produtos dietéticos, dos saneantes domissanitários, de cosméticos e de produtos de higiene, será objeto de normas específicas a serem dispostas em regulamento.

Art. 66. A inobservância dos preceitos desta Lei, de seu Regulamento e normas complementares configura infração de natureza sanitária, ficando sujeito o infrator ao processo e às penalidades previstos no Decreto-Lei nº 785 (\*), de 25 de agosto de 1969, sem prejuízo das demais cominações civis e penais cabíveis.

Parágrafo único. O processo a que se refere este artigo poderá ser instaurado e julgado pelo Ministério da Saúde ou pelas autoridades sanitárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, como couber.

(À Comissão de Assuntos Sociais — Decisão Terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) — O projeto lido será publicado e remetido à comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

#### REQUERIMENTO Nº 586, DE 1993

**Requero, nos termos dos arts. 50 e 49, inciso X, da Constituição Federal combinados com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministério da Educação, as seguintes informações:**

1. Qual o número de CIAC/CAIC a serem construídos constantes da meta original do Projeto Minha Gente? A referida meta foi reestimada? Em caso positivo, qual o número de CAIC que hoje consta do Programa?

2. Desde o lançamento do Projeto Minha Gente quantos CIAC/CAIC foram licitados? Quantos iniciou-se a construção e onde estão localizados? Quantos foram concluídos e onde estão localizados? Dos CIAC/CAIC licitados, quanto já foi gasto com cada um a preços correntes?

3. Considerando-se os CIAC/CAIC construídos, quais estão em funcionamento e onde estão localizados? Quem é responsável pela manutenção de cada unidade destas? O pes-

soal lotado em cada CIAC/CAIC tem vínculo empregatício com que órgão? Em termos globais, quanto vem sendo gasto com cada uma destas unidades (preços correntes), especificar de acordo com a natureza da despesa?

4. Qual o custo de cada criança em cada um dos CIAC/CAIC em funcionamento? Nas outras escolas de mesmo grau, qual o custo de uma criança?

5. O Ministério da Educação elaborou relatório do custo-benefício do Projeto Minha Gente? Em caso afirmativo, enviar uma cópia.

#### Justificação

Considerando o montante de recursos destinado ao Projeto Minha Gente, que atinge setor de expressiva importância para o desenvolvimento social e econômico do país, faz-se necessário o conhecimento dos dados básicos para a avaliação dos possíveis retornos ao investimento realizado, tornando o processo mais transparente. — Senador **Eduardo Suplicy**.

#### REQUERIMENTO Nº 587, DE 1993

Senhor Presidente,

Solicito a V. Exª nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, seja prestada, pelo Ministro de Estado da Fazenda, informação se em decorrência da aprovação do Projeto de Resolução nº 47/93, originário do Ofício nº S-42/93 que se transformou na Resolução nº 49, de 1993, afetará o Plano de Ajuste Fiscal anunciado pelo Governo no último dia 14 do corrente.

Informar, ainda, se os demais Estados poderão gozar dos mesmos benefícios que receberam São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Atenciosamente, — Senador **Ney Maranhão**.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) — Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

#### REQUERIMENTO Nº 588, DE 1993

Requeiro seja considerada como licença autorizada, nos termos do art. 13, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, minha ausência dos trabalhos da Casa, no dia 15 de junho do corrente, tendo em vista participação, como palestrante, no IX Congresso Mineiro de Vereadores, realizado em Belo Horizonte.

Sala das Sessões, 17 de junho de 1993. — Senador **Alfredo Campos**.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) — Aprovado o requerimento, fica concedida a licença solicitada, nos termos do § 1º do art. 13 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

#### REQUERIMENTO Nº 589, DE 1993

Requeiro seja considerada como licença autorizada, nos termos do art. 13, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, minha ausência dos trabalhos da Casa, no dia 16 de junho do corrente, tendo em vista participação, como palestrante, no Seminário sobre “Perspectivas da Inserção do Brasil

no Fluxo Internacional de Investimentos Estrangeiros”, promovido pela Associação Comercial de Minas Gerais, realizado em Belo Horizonte.

Sala das Sessões, 17 de junho de 1993. — Senador **Alfredo Campos**.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) — Aprovado o requerimento, fica concedida a licença solicitada, nos termos do § 1º do art. 13 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

#### REQUERIMENTO Nº 590, DE 1993

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 13, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro licença para me afastar dos trabalhos da Casa, no dia 18 do corrente mês, a fim de participar, na qualidade de palestrante, do “II ECIC — Encontro Catarinense da Indústria da Construção”, a realizar-se em Joinville.

Sala das Sessões, 17 de junho de 1993. — Senador **Esperidião Amin**.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) — Aprovado o requerimento, fica concedida a licença solicitada, nos termos do § 1º do art. 13 do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) — O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 325, de 14 de junho de 1993, que “Dispõe sobre a remuneração de cargos de provimento em comissão da Advocacia-Geral da União, dá nova redação ao “caput” do art. 1º da Lei nº 8.200, de 28 de junho de 1991, e dá outras providências”.

De acordo com as indicações das lideranças, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

#### SENADORES

##### TITULARES

1. Cid Sabóia de Carvalho — PMDB
2. Pedro Simon — PMDB
3. Francisco Rollemberg — PFL
4. Esperidião Amin — PPR
5. Beni Veras — PSDB
6. Áureo Mello — PRN
7. Nelson Wedekin — PDT

##### SUPLENTE

1. Mauro Benevides — PMDB
2. José Fogaça — PMDB
3. Bello Parga — PFL
4. Levy Dias — PPR
5. Eva Blay — PSDB
6. Ney Maranhão — PRN
7. Darcy Ribeiro — PDT

#### DEPUTADOS

##### TITULARES

##### BLOCO

1. Luciano Castro
2. Nelson Trad

**PMDB**

3. Maurílio Ferreira Lima

**PDS**

4. Ibrahim Abi-Ackel

**PDT**

5. Benedito de Figueiredo

**PSDB**

6. Helvécio Castello

**PSB**

7. Miguel Arraes

**SUPLENTE****BLOCO**

1. Paes Landim

2. Mussa Demes

**PMDB**

3. João Almeida

**PDS**

4. Francisco Dornelles

**PDT**

5. Vital do Rego

**PSDB**

6. Luiz Máximo

**PSB**

7. Luiz Piauhyllino

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 17/6 — Designação da Comissão Mista;

Dia 18/6 — Instalação da Comissão Mista;

Até 21/6 — Prazo para recebimento de emendas. Prazo para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 30/6 — Prazo final da Comissão Mista;

Até 15/7 — Prazo no Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) — O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 326, de 14 de junho de 1993, que “dá nova redação ao art. 30 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991.”

De acordo com as indicações das Lideranças, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

**SENADORES****TITULARES****PMDB**

1. Ronan Tito

2. Antônio Mariz

**PFL**

3. João Rocha

**PPR**

4. Gerson Camata

**PSDB**

5. José Richa

**PP**

6. Pedro Teixeira

**PTB**

7. Marluce Pinto

**SUPLENTE****PMDB**

1. Cid Sabóia de Carvalho

2. Flaviano Melo

**PFL**

3. Carlos Patrocínio

**PPR**

4. Moisés Abrão

**PSDB**

5. Eva Blay

**PP**

6. Meira Filho

**PTB**

7. Luis Alberto

**DEPUTADOS****TITULARES****BLOCO**

1. Osório Adriano

2. Mussa Demes

**PMDB**

3. Germano Rigotto

**PDS**

4. Delfim Netto

**PDT**

5. Élio Dalla-Vecchia

**PSDB**

6. Sérgio Gaudenzi

**PC do B**

7. Edson Menezes da Silva

**SUPLENTE****BLOCO**

1. José Falcão

2. Hilário Coimbra

**PMDB**

3. Luís Roberto Ponte

**PDS**

4. Pedro Novais

**PDT**

5. Miro Teixeira

**PSDB**

6. Luiz Pontes

**PC do B**

7. Renildo Calheiros

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 17/6 — Designação da Comissão Mista;

Dia 18/6 — Instalação da Comissão Mista;

Até 21/6 — Prazo para recebimento de emendas. Prazo para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 30/6 — Prazo final da Comissão Mista;

Até 15/7 — Prazo no Congresso Nacional.

*O Sr. Carlos Patrocínio, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Chagas Rodrigues, 1º-Vice Presidente.*

**COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:**

Albano Franco — Antônio Mariz — Aureo Mello — Carlos De'Carli — José Fogaça — José Paulo Bisol — José Sarney — Meira Filho — Moisés Abrão — Raimundo Lira.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Esgotado o período destinado ao Expediente.

Passa-se à:

**ORDEM DO DIA****Item 1:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 517, de 1993, do Senador Irapuan Costa Júnior, solicitando, nos termos regimentais, a convocação do Ministro de Estado do Trabalho, Walter Barelli, para prestar, perante o Plenário do Senado Federal, informações sobre redução de encargos sociais que pesam sobre a mão-de-obra e critérios para nomeação de cargos no Ministério, de forma a esclarecer inúmeras notícias veiculadas nos últimos dias na imprensa nacional.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

**REQUERIMENTO Nº 591, DE 1993**

Nos termos do art. 256 do Regimento Interno, requero a retirada do Requerimento nº 517 de 1993, de Convocação do Ministro de Estado do Trabalho, Walter Barelli.

Sala das Sessões, 17 de junho de 1993. — **Irapuan Costa Júnior.**

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O requerimento irá ao Arquivo.

**O Sr. Eduardo Suplicy** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eu estava avaliando como positivo o requerimento do Senador Irapuan Costa Júnior, no sentido de que aqui comparecesse o Ministro Walter Barelli para debater com os Srs. Senadores sobre os encargos sociais, que é matéria que merece um amplo debate entre os Srs. Senadores e o Ministro do Trabalho. Entretanto, com a desistência desse requerimento, que vou respeitar — embora não saiba exatamente quais as razões que levaram o Senador Irapuan Costa Júnior a retirar o seu requerimento, pelo menos no que diz respeito a esse debate, que consta da primeira parte do requerimento —, e como S. Exª não se encontra no plenário neste momento, gostaria apenas de registrar esta minha opinião, de que avalio como relevante o debate que aqui teríamos com o Ministro Walter Barelli.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Fica registrada a observação de V. Exª

**Item 2:**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 1991, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Senadores, que dá nova redação ao inciso II do art. 40 da Constituição Federal.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão ordinária de 25 de fevereiro de 1992.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

**REQUERIMENTO Nº 592, DE 1993**

Nos termos do art. 315, combinado com a alínea a, do art. 279 do Regimento Interno, requero adiamento da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 1991, a fim de que sobre ele seja ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala das Sessões, 17 de junho de 1993. — **Iram Saraiva.**

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Em votação o requerimento.

**O Sr. Mário Covas** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra a V. Exª

**O SR. MÁRIO COVAS** (PSDB — SP. Pela ordem.) — Sr. Presidente, eu não consegui ouvir qual é o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — O requerimento lido pelo Sr. 1º Secretário é sobre adiamento de votação para que seja ouvida, sobre a proposta, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O requerimento é para que seja ouvida a Comissão de Constituição e Justiça.

**O SR. MÁRIO COVAS** — Uma emenda constitucional?

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Proposta de Emenda à Constituição.

**O SR. MÁRIO COVAS** — É Proposta de Emenda à Constituição, com matéria vencida na Comissão Especial que tratou disso?

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Perfeito.

**O SR. MÁRIO COVAS** — Audiência à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, eu posso saber com que finalidade?

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Talvez o autor do requerimento pudesse prestar esses esclarecimentos, mas posso dizer a V. Exª que a Comissão Especial não chegou a emitir parecer sobre a matéria.

**O SR. MÁRIO COVAS** — E a matéria veio a plenário, sem parecer?

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Regimentalmente, poderia.

**O SR. MÁRIO COVAS** — Mas, Sr. Presidente, isso não é lógico. Não há mais Comissão. Doravante, isso é tarefa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A matéria vem a plenário para depois receber, aqui, um requerimento para voltar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania?

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Esclareço a V. Exª que a matéria foi à Comissão Especial, de acordo com as normas regimentais então vigentes, a qual não emitiu parecer no prazo regimental e improrrogável de 30 dias. Por isso foi determinada a inclusão da Proposta em Ordem do Dia.

**O SR. MÁRIO COVAS** — Isso é incompreensível.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Mas é imperativo do Regimento.

**O SR. MÁRIO COVAS** — Se, durante o interregno, quem deveria fazer isso era a Comissão Representativa, uma vez que ela não o fez, alguém deveria tê-la substituído e, certamente, não era o Plenário. Não vejo razão para isso voltar para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Não vejo lógica nisso.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Posso também esclarecer a V. Exª que, à época, o Plenário aprovou o prosseguimento da tramitação da Proposta.

**O SR. MÁRIO COVAS** — Portanto, este Plenário já aprovou que a matéria viesse a Plenário e agora quer aprovar que não vá para a Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Agora o requerimento apresentado é no sentido de que a Proposta seja encaminhada ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Tal requerimento pode ou não ser aprovado.

**O SR. MÁRIO COVAS** — Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Em votação o requerimento de audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, registrando-se o voto contrário do nobre Líder do PSDB, Senador Mário Covas.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — **Item 3:**

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2, DE 1992

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno.)

De autoria do Senador Marco Maciel, que altera a redação da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, que dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino médio ou superior. (Dependendo de Parecer.)

Nos termos do art. 140, b, do Regimento Interno, designo o nobre Senador Magno Bacelar para proferir o parecer, em substituição à Comissão de Educação.

**O SR. MAGNO BACELAR** (PDT-MA. Para proferir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto de Lei nº 2, de 1992, de autoria do Senhor Senador Marco Maciel, visa a alterar a redação da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, que dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino médio ou superior, acrescentando dispositivos que permitam determinadas ações auxiliares a agentes de integração, públicos ou privados, na execução prática do estágio.

Na Justificação da Proposição, o autor aduz as seguintes considerações:

1 — O Projeto, apresentado na Legislatura passado pelo Senador José Ignácio Ferreira, atende a solicitação de instituições voltadas para a integração Escola x Empresa.

2 — Sendo o estágio parte integrante do processo educativo e formativo dos estudantes, sua oportunidade não deve privilegiar unilateralmente os interesses das empresas ou órgãos públicos concedentes, tornando-se mecanismo destinado a suprir necessidades de recursos humanos ou de mão-de-obra barata e a disfarçar uma relação de emprego.

3 — Além disso, tanto a Lei nº 6.494/77 como o Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982, que a regulamentou,

ao tratarem das ações auxiliares dos chamados agentes de integração, deixaram em aberto a possibilidade do surgimento de organizações não comprometidas com os interesses educacionais e formativos dos estudantes, desvirtuando assim o papel delas como elementos de integração.

4 — O projeto de lei explicita a função dessas organizações sociais, a fim de garantir ao estágio a preservação de seus objetivos maiores, coibindo sua manipulação para fins subalternos.

A iniciativa do Senhor Senador Marco Maciel de desequilibrar o projeto de lei, apresentado na Legislatura passada pelo Senador José Ignácio Ferreira, justifica-se plenamente, uma vez que ao Legislativo cabe não só a feita das leis, mas também a oportuna alteração daquelas que se tenham revelado ambíguas ou falhas na sua execução.

Manifesto, segundo a Proposição em exame, é o caso da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, que ao ser regulamentada pelo Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982, provocou o surgimento de situações desvirtuadoras dos objetivos maiores e fundamentais do estágio de estudantes de nível médio e superior.

Releva ainda notar que o Senhor Senador José Ignácio Ferreira, em Projeto de Lei anterior (PLS nº 42, de 1986), também arquivado, já empreendera semelhante esforço ao explicitar, pelo acréscimo da expressão “pela empresa concedente” no final do artigo 4º da referida Lei nº 6.494, a responsabilidade das empresas concedentes do estágio para com o seguro de acidentes pessoais dos estudantes. Esse ônus fora transferido ilegalmente pelo art. 8º do Decreto regulamentador (nº 87.497/82) para a alçada dos estabelecimentos de ensino.

Ora, a correção de tais distorções, tanto as que se referem ao papel auxiliar dos agentes de integração empresa x escola, na concessão do estágio, como à transferência do ônus do seguro de acidentes pessoais dos estudantes das empresas concedentes do estágio para as instituições de ensino, deve ser promovida dentro do espírito constitucional do cumprimento da lei e não do seu desvirtuamento e indébita alteração em instância hierarquicamente inferior.

Diante do exposto, votamos favoravelmente pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 2, de 1992, de autoria do Senador Marco Maciel, na redação dada pelo presente Substitutivo:

#### PROJETO DE LEI Nº 2, DE 1992

Altera a redação da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, que “dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino médio e superior.”

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. O art. 4º da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, é acrescido da expressão “...pela empresa concedente”, ficando assim redigido:

“Art. 4º. O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza e o estagiário poderá receber bolsa, ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, ressalvado o que dispuser a legislação previdenciária, devendo o estudante, em qualquer hipótese, estar segurado contra acidentes pessoais pela empresa concedente.”

Art. 2º. Acrescente-se ao texto da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, os seguintes artigos, renumerando os demais:

“Art. 6º. A critério das Instituições de Ensino e mediante instrumento jurídico hábil, a execução prática de determinadas ações auxiliares poderá ser atribuída a agentes de integração, públicos ou privados, com personalidade jurídica, sem fins lucrativos e reconhecidos, na forma da lei, como de utilidade pública.

§ 1º. Os agentes de integração, públicos ou privados, caracterizam-se como organizações sociais, mantidas pelos múltiplos segmentos da comunidade, com ou sem vínculo com entidades classistas ou com instituições governamentais, e devem desenvolver as ações auxiliares para efetivação do estágio sem ônus para os estudantes e as instituições de ensino.

§ 2º. As atividades dos agentes de integração, de que trata o caput deste art. 6º, deverão ser fiscalizadas pelos órgãos locais ou estaduais do Ministério Público.

Art. 7º. Compete ao Ministério do Trabalho exercer a fiscalização, junto a pessoas jurídicas concedentes, das condições em que ocorrem os estágios de estudantes, inclusive da qualificação jurídico-institucional dos agentes de integração ou organizações sociais que desenvolvam ações auxiliares, quando estas não são diretamente executadas pelas instituições de ensino em articulação com as pessoas jurídicas concedentes das oportunidades de estágio.

Art. 8º. É vedado a quaisquer pessoas jurídicas que não se enquadrem nos requisitos indicados no caput do art. 6º e seu parágrafo 1º, o desenvolvimento direto ou indireto de ações, atividades, procedimentos ou funções que se relacionam com a sistemática operacional dos estágios de estudantes.”

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário. É o parecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — O parecer conclui favoravelmente ao projeto, na forma do substitutivo que apresenta.

A matéria ficará sobre a mesa durante cinco sessões ordinárias, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

**O Sr. Mário Covas** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador.

**O SR. MÁRIO COVAS** (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exª me informasse como esse projeto foi incluído na Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — A assessoria está informando que houve um requerimento, nos termos regimentais, porque não foi apreciado em tempo hábil.

**O SR. MÁRIO COVAS** — É o art. 172, I, do Regimento Interno, que dispõe sobre a inclusão em Ordem do Dia por deliberação do Plenário.

Eu poderia saber qual a origem do requerimento?

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — O autor do requerimento?

**O SR. MÁRIO COVAS** — Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Poderei informar a V. Exª O autor foi o nobre Senador Marco Maciel, aprovado na sessão de 9 de junho do corrente mês. Gostaria que eu lesse o requerimento para V. Exª?

**O SR. MÁRIO COVAS** — V. Exª não precisa ler. Só queria saber quando foi incluído na Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Teria sido agendado nas três sessões anteriores.

**O SR. MÁRIO COVAS** — Apenas para receber emendas?

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Só a instrução, abrindo prazo para emendas.

**O SR. MÁRIO COVAS** — Agradeço a V. Exª

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Repito, então: a matéria ficará sobre a mesa durante cinco sessões ordinárias, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno. Portanto, deixa de ser terminativo.

Acredito que, se o Presidente do Senado Federal estivesse aqui, certamente teria prestado a V. Exª esclarecimentos mais pormenorizados.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lavoisier Maia.

**O SR. LAVOISIER MAIA** (PDT-RN. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, a problemática da seca tem sido uma constante ao longo da nossa vida. Desde os verdes anos da nossa infância, como menino nascido no sertão, que o espectro das calamidades causadas pelas secas intermitentes nos persegue como uma companhia indesejada. Quando governamos o Rio Grande do Norte, de 1979 a 1983, o Nordeste foi vítima da mais longa seca deste século. Foram quatro anos de muito trabalho, de muitas realizações para socorrer as populações carentes do nosso Estado. Nessa época, a SUDENE estava altamente prestigiada, seus funcionários estimulados, e tínhamos à frente do então Ministério do Interior um gaúcho que vestiu a camisa do Nordeste e tudo fez para que, naquela calamidade, a nossa gente nordestina não sofresse tanto como está acontecendo agora. Referimo-nos ao Ministro Mário David Andreazza, de saudosa memória.

Por isso, por razões telúricas e de compromisso com a gente que representamos nesta Casa do Congresso Nacional, a nossa sensibilidade se aguça diante do drama existencial que hoje enfrenta a maior parte da população nordestina.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, depois de percorrer quase 4 mil quilômetros pelo interior do Rio Grande do Norte, regressamos a Brasília com a alma traspassada de amargura, de angústia, de preocupação, depois de ter visto, *in loco*, o drama de milhares de compatriotas vegetando sem água, sem comida, sem assistência adequada, o gado morrendo, a terra calcinada, as crianças em rápido processo de desnutrição aguda, enfim, o homem trabalhador transformando-se em cadáver ambulante, à beira do desespero, no limite máximo da sua resistência física e moral.

Pensávamos, antes, que a Somália, país símbolo da miséria mundial, ficasse bem longe de nós, lá na África. Mas, infelizmente, a seca fez surgir, no Nordeste brasileiro, numerosas Somálias.

Como dissemos há pouco, percorremos várias regiões do interior do nosso Estado, particularmente as do Alto e do Médio Oeste, do Trairi, e do Seridó. Estivemos demoradamente nas cidades de Macau, Santa Cruz e São Paulo do Potengi, onde participamos de várias reuniões com prefeitos, lideranças políticas, representantes da Igreja, dos sindicatos rurais, proprietários e trabalhadores para sentir de perto a angústia, os problemas e as sugestões de cada um. Os depoimentos colhidos são extremamente preocupantes.

Sabemos que o município é a menor célula da nossa organização político-administrativa. É lá onde encontramos a verdadeira face da nossa democracia, com as suas virtudes e os seus vícios. É lá onde a expectativa do cidadão diante da ação do poder público manifesta-se na nudez do seu realismo. Há Prefeitos há que não conseguem dormir com tanta gente, desde o clarear do dia até altas horas da noite pedindo água, remédio, passagem para ir embora para a capital, para São Paulo ou Goiás.

Vimos prefeitos comprando, por dia, quatrocentos litros de leite, para alimentar crianças mais carentes da sua cidade, investindo na compra do leite e de água quase todos os recursos do Fundo de Participação.

Mesmo assim, as prefeituras do interior nordestino, na sua grande maioria, não podem assistir a todos os necessitados. Por outro lado, as Frentes Produtivas de Trabalho, que pouco produzem, atendem a apenas 10% da população rural flagelada pela seca. O salário que é pago pelo Governo Federal — 800 mil cruzeiros — é suficiente apenas para uma família se alimentar por uma semana. Enquanto isso, no espaço de 60 dias, o custo de vida dobrou, mas o mísero salário do pobre trabalhador continua congelado.

O Sr. Magno Bacelar — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. LAVOISIER MAIA — Concedo o aparte a V. Exª

O Sr. Magno Bacelar — Nobre Senador Lavoisier Maia, V. Exª traz a esta Casa, com o maior realismo, o quadro dantesco que apresenta o Nordeste brasileiro no momento. Agrava muito mais ainda a preocupação de V. Exª o fato de que não choveu este ano e de que o nordestino terá de esperar mais um ano para ver minoradas as suas necessidades. Nobre Senador, tenho dito aqui, constantemente, que a cesta básica, o alimento distribuído ao nordestino nesses períodos de calamidade, não resolve os problemas; talvez mate a fome por um ou dois dias, já que a insignificância dos valores pagos nada representa na vida de uma família nordestina, que, geralmente, tem uma prole numerosa. Embora mate a fome por dois dias, perpetua a miséria que combatemos. Enquanto o Governo não tiver uma determinação política em resolver o problema nordestino, estaremos, a cada dia, vendo a cidadania brasileira vilipendiada, desrespeitada naquilo que há de mais sagrado, pela dependência política, pela condição de massa de manobra e pela fome que grassa no Nordeste e se alastra sobre nossas populações. Trago a V. Exª a minha solidariedade. É da palavra de homens com a autenticidade de V. Exª que o Governo precisa tomar conhecimento. Não podemos continuar a fazer de conta que o Governo Federal ajuda o Nordeste e que estamos sendo ajudados. Urgem medidas mais sérias e concretas para que, no próximo ano, tenhamos capacidade de armazenar água e de construir adutoras essa água. Que esses recursos, hoje tão reclamados pelo Sul, que diz que o Nordeste é pesado para a Nação brasileira, que esse dinheiro não se repita em forma de esmola, mas

de soluções por que têm se batido V. Exª e tantos outros Senadores nesta Casa. Roguemos para que as palavras de V. Exª sensibilizem o Governo Federal, alertando-o para a necessidade de medidas mais sérias. Muito obrigado.

O SR. LAVOISIER MAIA — Muito obrigado, Senador Magno Bacelar. Queira Deus que as nossas palavras sensibilizem o Governo Federal, porque o quadro que estou descrevendo hoje aqui não é exagerado.

Uma coisa é receber uma informação pela imprensa, ouvi-la pelo rádio ou vê-la pela televisão; outra é ver com os próprios olhos, *in loco*, o drama que estamos vivendo, e que pude presenciar durante mais de um mês, percorrendo todo o interior do Rio Grande do Norte.

As providências são morosas, lentas, e o estômago vazio não espera por nada. Esta é a razão da minha presença aqui, hoje, no Senado Federal: para, mais uma vez, lamentavelmente, tratar de um assunto que está levando ao sofrimento milhares de nordestinos.

Muito obrigado, Senador Magno Bacelar, o aparte de V. Exª veio dar mais consistência ao nosso pronunciamento.

Prossigo o meu discurso. Diante da escassez de alimentos, os vendedores de gêneros alimentícios exploram o povo cobrando preços exorbitantes por estes produtos. Numerosas cidades do interior potiguar estão bebendo água transportada a distâncias de 30, 40 e mais quilômetros e em quantidade reduzida. A cidade de Santa Cruz, que antes da seca tinha um consumo normal de 3,5 milhões de litros de água por dia, está consumindo apenas 700 mil litros por dia. Um dos casos mais dramáticos é o da cidade de Patu, que, se não chover bastante nos próximos 60 dias, será abastecida com água da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, a uma distância de 120 quilômetros.

A pecuária reduziu-se a 20% do que era anteriormente. Uma vaca que valia 10 ou 12 milhões é vendida por 10% do seu valor. E o pior é que os proprietários da região não querem comprar, porque não dispõem de pasto para alimentar esse gado. Por outro lado, grande parte do rebanho bovino perece de fome e de sede, porque o proprietário não possui dinheiro para comprar ração em quantidade suficiente para salvar o seu rebanho.

Por isso, a situação agrava-se mês a mês, semana a semana, dia a dia. Srs. Senadores, são gravíssimas as consequências sociais, econômicas e morais desta situação constatada por nós no sertão do Nordeste. Até porque, V. Exª sabem que, quando a fome e a miséria penetram pela janela, a moral sai pela porta.

A conjugação de todos esses fatores levou a economia rural nordestina a um colapso total. A cultura do algodão, que, na década passada, dava camisa a milhares de agricultores nordestinos, com o advento da praga do bicudo, tornou-se impossível ter lucro com a plantação do algodão.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. LAVOISIER MAIA — Pois não, nobre Senador Ney Maranhão.

O Sr. Ney Maranhão — Senador Lavoisier Maia, V. Exª, como ex-Governador do Estado do Rio Grande do Norte e Senador da República, é homem que conhece profundamente os problemas do Nordeste e de seu Estado. Quando o vejo na tribuna, lutando e denunciando à Nação o que está se passando no Nordeste, lembro-me de um grande nordestino, o maior, no meu entender, dentre os homens públicos

do Nordeste: José Américo de Almeida, Ministro de Viação e Obras Públicas de Getúlio Vargas. Ele dizia, nessa época: "O Nordeste não precisa de esmolas; o Nordeste precisa, apenas, de viabilizar o Rio São Francisco, seus açudes, seus barreiros, para molhar suas terras calcinadas pela seca, para o Nordeste tornar-se a Califórnia da América do Sul, abastecer o Brasil e exportar para o mundo". Senador Lavoisier Maia, se os governos, de Getúlio Vargas até agora, tivessem seguido as palavras proféticas de um estadista como José Américo, não teríamos trezentos e tantos mil hectares de terra irrigada no Nordeste, mas dez milhões, e a música de Luís Gonzaga "Asa Branca" não seria cantada. Isso é um descaso! Obras estão paradas. Milhões e milhões de dólares estão enterrados no Nordeste. Citei aqui, na semana passada, que só na Barragem de Orocó, em Pernambuco, estão enterrados 50 milhões de dólares, e bodes e cabras é que estão transitando dentro dos canos enferrujados. Senador Lavoisier Maia, temos de fazer um levantamento dessas obras inacabadas no Nordeste, da Bahia ao Maranhão. Se essas obras estivessem concluídas, V. Exª não estaria na tribuna, como também este Senador e os Senadores do Nordeste não estariam clamando pelo que está acontecendo. Até na minha terra, semana passada, no município de Bom Conselho, empresários, trabalhadores deram um tiro na cabeça. Suicidaram-se, Senador, porque viram a miséria e o que está acontecendo na terra deles. Portanto, solidarizo-me com V. Exª Vamos fazer aqui um trabalho, com as escassas verbas que temos, para que essas obras paradas tenham prosseguimento, apelando à Câmara no que diz respeito àquele projeto deste humilde Senador, aprovado por unanimidade na Comissão de Economia. Precisamos trazer parceiros com tecnologia e dinheiro para associarem-se a nós, brasileiros, para continuarmos as obras que começamos — a Transnordestina, o Porto de Suape; precisamos de parceiros, sim, porque temos a terra e matéria-prima, para solucionar definitivamente este problema crônico do Nordeste, que é a seca. Parabéns a V. Exª

**O SR. LAVOISIER MAIA** — Muito obrigado, Senador Ney Maranhão. Na verdade, José Américo já pensava sobre o problema do Nordeste. É preciso haver consciência nacional para que possamos dar ao Nordeste aquilo de que ele precisa — a água — de forma que ele possa produzir alimentos e ter uma vida melhor. O Nordeste está sendo sempre marginalizado pelas administrações federais. As obras que V. Exª citou precisam ser urgentemente concluídas. Para isso, necessitamos da união não só da classe política do Nordeste, mas também de todos os políticos brasileiros. Precisamos da sensibilidade dos homens do Sul também. O Nordeste é superavitário na balança de pagamentos, mas, se a sua situação não melhorar, o Sul vai sofrer muito, porque, com a migração de nordestinos famintos para São Paulo, agravam-se os problemas dessa grande metrópole do Brasil. Por isso, estamos aqui para alertar os políticos e as autoridades para a grave situação que estamos vivendo. Onde há fumaça há fogo! Na verdade, a fumaça já começou no Nordeste. Vamos fazer com que ela desapareça, para que a situação não piore.

Muito obrigado, Senador Ney Maranhão, seu aparte dá substância ao nosso pronunciamento.

**O Sr. Cid Sabóia de Carvalho** — Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. LAVOISIER MAIA** — Senador Cid Sabóia de Carvalho, é um grande prazer ouvi-lo.

**O Sr. Cid Sabóia de Carvalho** — Senador Lavoisier Maia, eu estava ouvindo a sua narrativa, e V. Exª saiu a nominar municípios do seu Estado onde a situação é das mais graves. Quero dizer que esse quadro se repete em outros Estados da mesma Região: todos têm a penúria, a falta de água, a impossibilidade produtiva, todos têm governadores por demais preocupados. No Ceará, a falta de água leva a um racionamento violento na própria Capital, porque não há outra solução. E o Governo se obriga a uma medida de grande expressão, a uma obra de engenharia, que visa a levar águas do rio Jaguaribe para o sistema de abastecimento da Capital cearense. Esse problema é muito sério. Pode ser a Paraíba de que estejamos falando, pode ser o Rio Grande do Norte, como pode ser o Ceará ou qualquer Estado da nossa região, incluindo o Piauí do nosso companheiro Chagas Rodrigues. Tudo é muito grave. O quadro que V. Exª pinta é real, é verdadeiro, e, muitas vezes, nos leva ao espanto de que as secas ainda possam produzir efeitos dessa natureza, depois de tantos e tantos anos de providências já adotadas, mas que nunca alcançaram a suficiência, nunca tiveram uma programação ideal, nunca foram providências sinceras da União para com o Nordeste. Se igual espírito desidiioso do Governo Federal houvesse sido aplicado em obras como a do metrô do Rio de Janeiro e a do metrô de São Paulo, a Ponte Rio-Niterói e outras tantas obras, o certo é que nesta hora nada estaria concluído, nada existiria nas condições do presente. Por isso, louvo o pronunciamento de V. Exª e me solidarizo com os conceitos que traz esta tarde, de modo tão magistral, ao Senado da República. Muito obrigado.

**O SR. LAVOISIER MAIA** — Senador Cid Sabóia de Carvalho, na verdade, o quadro nordestino pode espantar a muitos que não o conhecem, nunca o viram, mas quem o conhece, como eu e os nobres Senadores do Nordeste, não se espanta. Esta é a realidade: se os Governos tivessem dispensado uma atenção maior ao Nordeste, a situação hoje seria completamente diferente. Os recursos, nobre Senador, que V. Exª citou, foram empregados em obras no Sul do País, como os metrô caríssimos que ainda hoje estão sendo construídos, enquanto o povo nordestino está morrendo de fome. É preciso, nesta hora, que uma comissão do Senado se desloque para o Nordeste. A Comissão de Defesa dos Flagelados da Seca, por exemplo, não deve reunir-se em Brasília, mas deve ir para o Nordeste, para as regiões flageladas, a fim de tomar conhecimento da realidade do quadro. Nessa comissão devem estar incluídos também Senadores do Sul do País, para que possam ver a dura realidade em que está vivendo a nossa região.

V. Exª, Senador Cid Sabóia de Carvalho, esta vivendo também o drama dos norte-rio-grandenses. Muito obrigado pelo aparte, que contribuiu para melhorar meu pronunciamento.

Mas, Srs. Senadores, na hora em que o agricultor esperava colher o algodão, o bicudo chega primeiro acabando com a sua plantação. E até agora nenhum governo — nem o Federal e nem o Estadual — conseguiu colocar um ponto final na praga do bicudo. Nas atuais circunstâncias do Nordeste, quem está sustentando aquela gente sofrida são os Prefeitos e o Ministério da Previdência Social, que, ao pagar a aposentadoria dos trabalhadores rurais, injeta um pouco de dinheiro no sertão.

Se, antes da seca, o Nordeste possuía 17 milhões de indigentes, conforme o Mapa da Fome elaborado pelo IPEA e

divulgado pelo sociólogo Betinho, hoje, com o agravamento da seca, este número deve ter dobrado, até porque, dos 17 milhões de indigentes do Nordeste, 10 milhões, isto é, 58% estão na zona rural.

**O Sr. Eduardo Suplicy** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte? nobre Senador Lavoisier Maia?

**O SR. LAVOISIER MAIA** — Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. Eduardo Suplicy** — Concordo plenamente com a proposição de V. Ex<sup>a</sup> de que os Senadores deveriam fazer parte dessa comissão, inclusive, alguns Senadores do Sul, das demais regiões do País, do Sudeste, S. Ex<sup>as</sup> deveriam visitar o Nordeste para examinar a fundo os problemas da seca. Na verdade, o Senador Darcy Ribeiro, propôs a formação de uma comissão exatamente nesses moldes para estudar e apresentar soluções para a superação do problema da fome, da miséria, em especial, daqueles que sofrem as agruras da seca tão prolongada. Tive a oportunidade de estar em alguns dos Estados do Nordeste, no mês de abril, no sertão de Pernambuco, de Alagoas e da Bahia e pude ver um pouco do que V. Ex<sup>a</sup> está descrevendo. Percebo a gravidade dos problemas. Acredito que esse é mais premente do que outros sobre os quais as atenções do Ministro da Fazenda estão hoje voltadas. Não percebi, Senador Lavoisier Maia, nas palavras pronunciadas nas suas entrevistas, no seu pronunciamento principal à Nação brasileira, no início desta semana, na segunda-feira, preocupação, por parte do Ministro Fernando Henrique Cardoso, quanto ao ataque ao problema da fome e da miséria. Esse assunto tem sido ressaltado por Herbert de Souza, que, juntamente com Dom Mauro Morelli, estão compondo o Conselho de Segurança Alimentar. Será difícil ao Presidente Itamar Franco conseguir mobilizar a Nação brasileira para a investida a esses problemas, se a pessoa responsável pelas finanças está dando prioridade à abertura de crédito ou à asfília e a Linha Vermelha do Rio de Janeiro. Os projetos que poderiam contribuir, mais rapidamente, no sentido de superar problemas de tal gravidade, como os que V. Ex<sup>a</sup> está descrevendo, estão em segundo plano. Nos próximos dias, o Governo estará discutindo com o Congresso Nacional os recursos que deverão ser cortados do Orçamento. Ao escolher certos projetos e cortar outros, há que se explicar claramente por que os projetos escolhidos são mais importantes. Eles devem ter grande relevância do ponto de vista econômico-social. Se pudéssemos, escolheríamos os que mais contribuem para que alguns milhões de brasileiros passem a se alimentar e a sobreviver com dignidade. Deveríamos estar mais atentos ao decidir isso. É óbvio que obras como o Metrô de Brasília e a Linha Vermelha, do Rio de Janeiro, de alguma forma, geram empregos e, de alguma forma, também contribuem para o desenvolvimento da economia. Entretanto, para estabelecer a prioridade, precisamos saber se algumas pessoas poderiam ser beneficiadas com essas obras. Será que, relativamente, tais pessoas serão tão beneficiadas quanto aquelas que agora poderiam sair da condição de fome e miséria absoluta para sobreviver com dignidade, se tais recursos tivessem outra destinação? Essas são questões prementes, que devem ser analisadas. Apóio a proposição de V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. LAVOISIER MAIA** — Agradeço V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Eduardo Suplicy, pelo seu aparte prestando-nos solidariedade numa hora em que realmente a fome é aguda. O Governo está dando alguma assistência, mas não o suficiente. Mas tenho certeza de que o Senhor Presidente da

República, como homem de espírito público e justo que é, terá sensibilidade para olhar urgentemente pelas necessidades maiores do Nordeste. Governar é eleger prioridades, e a prioridade hoje está lá: acabar com a fome de compatriotas, evitar que crianças morram sem o leite que anunciaram e ainda não chegou. Não sou contra o envio de recursos para os outros Estados do Brasil, incluindo Brasília e Rio de Janeiro. Mas, agora, a prioridade é do Nordeste brasileiro.

Por isso, sugiro que uma comissão integrada por ilustres Senadores e Deputados do Sul e de outras regiões do País venham ver *in loco* a difícil situação que estamos vivendo. Assim, darão razão a este humilde Senador que está tendo a coragem de fazer aqui uma advertência aos governantes, para que, nesta hora, tenham mais sensibilidade. Muito obrigado, nobre Senador Eduardo Suplicy

**O Sr. Beni Veras** — Permite V. Ex<sup>a</sup> uma aparte?

**O SR. LAVOISIER MAIA** — Com prazer ouço V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Beni Veras** — Nobre Senador Lavoisier Maia, ouço com muita atenção o discurso de V. Ex<sup>a</sup> Lembraria o seguinte: o caso do Nordeste é quase que uma "crônica de uma morte anunciada". Sabe-se, constantemente, que, do jeito que a região está posta, sofrerá muitos anos de seca, porque não se prepara nos anos que não são secos para enfrentar essa calamidade. Realmente, não há na região um programa continuado de investimentos que permita colocá-la acima das vicissitudes da seca. Tenho em mão alguns dados interessantes e gostaria de citá-los para V. Ex<sup>a</sup> Da renúncia fiscal que o Governo Federal tem em relação às regiões, apenas 9,49% são do Nordeste; 38,43%, do Norte e 45,26%, do Sudeste. Ou seja, do que o Governo concede como incentivos — através de isenções fiscais e outros — apenas 9% são da Região Nordeste, o que significa que nós recebemos uma porcentagem, em relação aos outros Estados, muito menor do que a nossa população, que corresponde a 29,8% da população nacional. Também lembraria a V. Ex<sup>a</sup> o seguinte: das despesas do Governo Federal, apenas 8,5% são realizadas na região Nordeste. Compare-se isso, sempre, com o referencial de 29% da população do País. Ora, se o Governo investe pouco na região, é natural que ela sofra a carência desses recursos, principalmente sendo uma região que necessita do investimento público. Este é o único investimento capaz de dotar a região de água, que é o recurso mais escasso, e de irrigação, que é a forma de transformar essa água em um valor econômico ponderável para o desenvolvimento da população regional. Há, de fato, por parte do Governo Federal, uma insensibilidade muito grande, porque a nossa Nação, infelizmente, não programa a longo prazo, não tem uma visão do futuro. Por não ter uma visão do futuro, vive cada dia e só defronta-se com o problema do Nordeste no momento em que ele surge. Quer dizer, não há a antecipação do problema. A nossa luta deve acontecer não somente agora, em pleno rigor da seca, mas também — e mais ainda — quando os anos não forem secos. Realmente, é necessário que o País faça pelo Nordeste um esforço organizado e coordenado, capaz de fazer os recursos renderem bem. É preciso criar condições para que a região passe pela situação da seca, que é uma vicissitude conhecida, mas passe bem. E há formas de fazer com que isso ocorra: por meio da irrigação, da distribuição de recursos hídricos etc. Parabênzo V. Ex<sup>a</sup> e estou completamente solidário com a dor que V. Ex<sup>a</sup> sente em relação ao problema do Nordeste.

**O SR. LAVOISIER MAIA** — Muito obrigado, Senador Beni Veras, nobre Representante do Ceará. V. Ex<sup>a</sup>, que é um estudioso, expôs em números a injustiça que o Nordeste está sofrendo.

É preciso uma consciência nacional, uma mudança de atitude dos governantes em relação ao Nordeste. Como disse muito bem V. Ex<sup>a</sup>, as providências devem ser tomadas não somente na época da seca mas também em anos em que não há seca. Se houver solução de continuidade nessas medidas, não será possível diminuirmos a desigualdade inter-regional e a grande injustiça social em relação àqueles que habitam o Nordeste.

Muito obrigado, Senador Beni Veras, por seu aparte, que muito me agradou e valorizou o nosso pronunciamento.

**O Sr. Antonio Mariz** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. LAVOISIER MAIA** — Com prazer, Senador Antonio Mariz.

**O Sr. Antonio Mariz** — Senador Lavoisier Maia, quero igualmente trazer o meu apoio às palavras que V. Ex<sup>a</sup> profere neste momento e que traduzem uma grave denúncia sobre as omissões do Governo em relação ao Nordeste. V. Ex<sup>a</sup> já abordou, com propriedade, os pontos essenciais no que diz respeito não só à emergência, à situação clamorosa, urgente em que se encontra a região, mas também às grandes linhas de ação administrativa que deveriam constituir um ponto programático constante, permanente na ação governamental. Em relação à crise que hoje atravessa o Nordeste, gostaria de sublinhar três pontos que me parecem muito importantes e que já foram abordados por V. Ex<sup>a</sup>. O primeiro deles é relativo à duração das frentes de emergência. O Governo limitou-se, até agora, a um programa que terminará no mês de julho, o que revela um completo desconhecimento da realidade nordestina. Julho é um período absolutamente seco, mas insere-se aproximadamente na metade do período seco, no período normal de estiagem, nas entressafas nordestinas. Só a partir de dezembro, as chuvas recomeçam, quando são regulares os invernos. Portanto, suspender as frentes de emergência no mês de julho significa provocar um agravamento substancial ao quadro, que já é de grande indigência, de tragédia social e econômica. O segundo ponto refere-se aos salários nas frentes de emergência. Esses salários foram fixados em metade do salário mínimo no mês de abril deste ano. O salário está reduzido a um quarto do salário mínimo atualmente: oitocentos e cinquenta mil cruzeiros. E é com essa remuneração ínfima que o Governo pretende salvar as populações nordestinas prejudicadas pela perda das suas lavouras. Ainda há a questão da forma de admissão nas frentes de emergência. Os critérios adotados são altamente restritivos. Como sabe V. Ex<sup>a</sup>, somente um indivíduo por família de cinco pessoas pode ser admitido. Portanto, um quarto de salário mínimo mantém uma família de cinco pessoas. Excluem-se, ainda, todas as famílias que tenham, por algum dos seus integrantes, qualquer forma de remuneração permanente, como aposentadoria ou algum vínculo com a Prefeitura Municipal. Essa é a proposta que está sendo executada no Nordeste e que constitui, evidentemente, um absurdo, uma proposta inaceitável por qualquer padrão de justiça que se estabeleça. Na verdade, tem V. Ex<sup>a</sup> razão: a questão é de prioridade acima de tudo. O Governo tem que estabelecer sua meta prioritária. Seja ela o combate à fome, nacionalmente; seja ela a questão social, que integra os pronunciamentos do Presidente da República, é preciso que aja o Governo em função dessa defini-

ção. Não é, lamentavelmente, o que estamos vendo diante do quadro atual do Nordeste. V. Ex<sup>a</sup> tem inteira razão quando aqui eleva a sua voz para protestar contra a iniquidade que se pratica contra a população nordestina, especialmente na região do semi-árido e na zona rural do Nordeste. V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão em suas palavras, e com elas também me solidarizo.

**O SR. LAVOISIER MAIA** — Muito obrigado, Senador Antonio Mariz. V. Ex<sup>a</sup> conhece bem os problemas do Nordeste. O Estado da Paraíba, que V. Ex<sup>a</sup> representa nesta Casa, está sofrendo também — e muito — como o Rio Grande do Norte.

Hoje, conversando pelo telefone com o Superintendente da Sudene, Cássio Rodrigues da Cunha Lima, S. S<sup>a</sup> me disse que o Governo vai continuar com o programa de emergência. Isso me deu uma alegria interior, porque o programa estava previsto para terminar em julho. Disse-me também que o Governo, dentro de quinze dias, vai estabelecer um programa de obras permanentes de combate à seca. Isso também deixou-me menos triste, porque S.S<sup>a</sup> me disse, com a autoridade de Superintendente da Sudene, que o Governo Itamar Franco está preocupado com a situação em que vive o povo nordestino. Estas são palavras do Sr. Superintendente da Sudene, Dr. Cássio Cunha Lima, hoje, pela manhã, em ligação telefônica que fiz a S.S<sup>a</sup>.

Por isso, Senador Antonio Mariz, quero, como sempre faz V. Ex<sup>a</sup>, homem que sabe da pobreza da região e da miséria que essas populações estão vivendo, levantar a voz, nesta Casa, para sensibilizar os homens do Sul do País em prol da união de todos, porque o Nordeste não é um problema regional, mas nacional. Essa é a verdadeira história, da qual temos que, cada vez mais, tomar consciência.

Muito obrigado, nobre Senador Antonio Mariz, pelo aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Nobre Senador Lavoisier Maia, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. LAVOISIER MAIA** — Com muito prazer concedo aparte a V. Ex<sup>a</sup> nesta hora, nobre Senador Jutahy Magalhães.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Senador Lavoisier Maia, quero dizer, primeiramente, que concordo plenamente com a dramaticidade do quadro que V. Ex<sup>a</sup> está apresentando da tribuna, porque estamos atravessando no Nordeste uma situação que, acredito, nas últimas décadas, não havíamos vislumbrado. Essa é a pior seca desses últimos tempos. Acredito, porém, que, quando reclamamos providências da parte do Governo, mais precisamente essa providência emergencial, que foi levada ao conhecimento do Nordeste quando da visita do Presidente Itamar Franco a Teresina, esperamos um programa de ação permanente para o Nordeste. Essas providências emergenciais não vão salvar o Nordeste, mas prosseguirão dentro do prazo estabelecido de 90 dias, a fim de que os governadores diligenciem por apresentar um plano de acordo com a necessidade e a realidade de cada Estado. Infelizmente, isso ainda não aconteceu, mas espera-se que, no prazo devido, venha a ocorrer. Quanto ao que disse o Senador Ney Maranhão sobre os dólares enterrados, concordo plenamente. O desperdício de recursos nessas obras inacabadas do Nordeste é impressionante. Outro dia, o Senador Beni Veras trouxe um quadro que revelava a quantidade de obras inacabadas no Ceará e na região do Nordeste. Todavia, ao se analisar o Orçamento, verifica-se que alocamos recursos para o início de outras obras e não para o término das que precisam ser concluídas. Portanto, não estamos sabendo direcionar o

Orçamento para a execução de obras contínuas no Nordeste que propiciem soluções permanentes. Esta é uma das obrigações do Congresso: elaborar um orçamento de políticas regionais e nacionais, o que, infelizmente, não tem acontecido no País. Mas quero dizer que sou inteiramente solidário ao apelo de V. Exª, que, nesse discurso, está mostrando a realidade do que se passa no Nordeste. Certamente, através de suas palavras e dos companheiros que o estão apartando, o Governo irá cada vez mais se preocupar com as necessidades daquela Região, implantando um plano permanente de assistência à seca. Nesse sentido, podemos contribuir com a junção dos nossos programas aos dos governadores.

**O SR. LAVOISIER MAIA** — Muito obrigado, Senador Jutahy Magalhães, V. Exª que é um homem que tem sensibilidade política, muita sapiência e está atento aos problemas do Nordeste.

É verdadeira a assertiva de V. Exª de que existem inúmeras obras públicas inacabadas no Nordeste. Se o Governo Itamar Franco, no qual acredito, tiver sensibilidade para viabilizar a conclusão dessas obras, já estará fazendo muito pela região.

Espero também que, nos próximos 15 dias, os governadores apresentem esse plano definitivo de combate à seca, solicitado pelo Presidente da República.

**O Sr. Beni Veras** — Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. LAVOISIER MAIA** — Ouço V. Exª, nobre Senador.

**O Sr. Beni Veras** — Apenas para ratificar as palavras do ilustre Senador Jutahy Magalhães, tenho em mãos a relação de algumas obras do Estado do Ceará que estão inconclusas e uma relação de obras a serem iniciadas. Os Cr\$100 bilhões necessários para a conclusão dos Açudes Araras Norte, Atalho, Trussu, Serafim Dias, Castanhão e Fogareiro foram destinados a açudes no Cariri, Banabuiú-Morada Nova, Paula Pessoa, Salitre, Carnaúba, Carius, Caraúna, Oiticica e Jaguaribara, ainda não começados. Isso não faz nenhum sentido.

**O SR. LAVOISIER MAIA** — É verdade, Senador Beni Veras, no Rio Grande do Norte há muitas obras também que, mal começaram, foram interrompidas.

Vamos nos unir para solicitar ao Presidente Itamar Franco que não salve o Nordeste, mas o Brasil, porque, salvando o Nordeste, estará salvando o Brasil. Essa é a verdade, nesta hora dramática que nós, nordestinos, estamos vivendo.

Nas viagens que fizemos pelo interior potiguar, constatamos também o abandono ou o funcionamento precário da maioria dos hospitais regionais. Caso mais típico é o do Hospital Regional de Nova Cruz, situado na cidade do mesmo nome, em cujo município residem cerca de 45 mil habitantes. Há cerca de dois anos, aquele hospital contava com o trabalho eficiente de 17 médicos, que faziam, por mês, 200 partos e 40 cirurgias. Hoje trabalham ali apenas cinco médicos e, há dois anos, não se faz nenhum tipo de intervenção cirúrgica.

A população de Nova Cruz não está morrendo à míngua porque o Prefeito, que é médico, construiu e equipou um posto de saúde para atender à população doente.

Por causa desse abandono dos hospitais regionais, o Deputado Federal Iberê Ferreira de Souza declarou à Imprensa que ficou assombrado com a grande quantidade de ambulâncias municipais transferindo pacientes para os hospitais da capital.

Com o objetivo de utilizar as Forças Armadas no processo de desenvolvimento nacional, o ex-Presidente Café Filho, que governou o Brasil na década de 50, criou os Batalhões de Engenharia, espalhados por todo o Brasil. Na cidade de Caicó foi implantado o primeiro Batalhão de Engenharia do Exército Brasileiro, equipado para fazer estradas, construir pontes, canais e também para perfurar poços tubulares a preços bem abaixo do mercado. É lamentável que, nesta seca, esse Batalhão não esteja sendo acionado para construir obras permanentes no Rio Grande do Norte.

Até agora perfurou apenas 12 poços tubulares. É importante salientar que o Batalhão cobra somente a perfuração do poço que der água. Se isso não acontecer, ele perfura outro, a custo zero para o contratante. Estava construindo o canal de Pataxó, obra federal, mas, há dois anos, suspendeu suas atividades naquela área, por falta de recursos federais. É lamentável que na estrada Apodi — Mossoró, trecho de 19 quilômetros, onde o Batalhão estava trabalhando, o recameamento tenha avançado apenas um quilômetro e meio. A obra está paralisada por falta de recursos. Para fugir da ociosidade, o Batalhão de Engenharia de Caicó está indo trabalhar no Estado do Ceará, a convite do Governador Ciro Gomes, onde vai perfurar poços e construir barragens. Aproveitamos o ensejo para aplaudir o Governador do Ceará que, para garantir o abastecimento de água em Fortaleza, está construindo mais de 100 quilômetros de canal e algumas adutoras. É importante salientar que são doze empresas trabalhando na construção dessa obra, que deverá ficar pronta até o mês de setembro. O Governo do Ceará está investindo nessa obra 30 milhões de dólares.

**O Sr. Francisco Rollemberg** — Senador Lavoisier Maia, permite V. Exª um aparte?

**O SR. LAVOISIER MAIA** — Ouço V. Exª com prazer.

**O Sr. Francisco Rollemberg** — Eminente Senador Lavoisier Maia, venho, neste instante, juntar o meu lamento ao seu, contar, na sua história, um pouco da minha, mas com uma profunda descrença de que este Governo possa mudar algo no que diz respeito ao Nordeste e ao Brasil. Veja V. Exª: quando chegamos ao Congresso Nacional, em 1971, ao lado de dois eminentes cearenses — Juarez Távora era um deles — organizamos a Comissão Coordenadora de Estudos do Nordeste, que, *pari passu*, fez o que faz outro eminente Senador, neste instante, quando cria a Comissão para Estudos dos Desequilíbrios Regionais, o eminente Senador Beni Veras. Não foi maior a minha surpresa ao encontrar, nas pesquisas que fiz nas Bibliotecas da Câmara dos Deputados e do Senado — ao lado também de Waldemar Alcântara, outro eminente Senador do Ceará —, na ETENE do Banco do Nordeste, no Ministério do Interior, documentos para uma análise, perfunctória que fosse, para ver o que poderíamos, naquilo que lá encontrávamos e daquilo que pretendíamos criar, estabelecer um elo de trabalho para desenvolver a nossa região. Sr. Senador, tudo está escrito. "Maktub" — Tudo está escrito. Não somos capazes de apresentar idéias novas, capazes de balançar os alicerces da República nas preocupações com o Nordeste. Mudam os enfoques, mudam as questões sociais, mudam as necessidades, antigamente básicas, para as necessidades levadas para a nossa região. Nesses 23 anos que frequento o Congresso Nacional, não houve vontade política de se fazer algo de concreto pelo Nordeste. Lembro a V. Exª — talvez V. Exª fosse Governador à época — o famigerado Decreto nº 3.418. Lembro a V. Exª que, àquele

tempo, a **Willys Overland** decidiu instalar em Pernambuco um setor de montagem de jipes e camionetes. Lembro a V. Ex<sup>a</sup> que foram fundados inúmeros escritórios de elaboração de projetos que absorviam até 60% do valor. Esses escritórios, instalados no Nordeste e no Sul, retornavam sem que nada fosse empregado na nossa região. E muitos empresários — que não eram do Nordeste, no mais das vezes —, aceitavam o empréstimo, cedendo 60% aos escritórios de planejamento, para ficar apenas com 40%, porque sabiam que não nada iria ser desenvolvido, construiriam um barracão e depois iriam embora para o Sul do País sem pagar coisa alguma. O Nordeste está cansado de assistir a essas coisas, Sr. Senador! Na semana passada, também percorri o meu estado, que, diga-se de passagem, é um Estado até bem-cuidado, bem-protetido pela sorte, porque o nosso Governador conseguiu praticamente vertebrá-lo em adutoras; não temos mais nenhum município sem água na sua sede; estamos colocando água em todos os seus povoados; temos telefonia e eletrificação rural. Mesmo assim, andamos por uma região de aproximadamente 65 km, vendo pessoas esqueléticas, famintas, vagando pelas estradas, o gado apodrecendo, os urubus cobrindo o céu, esperando o momento da sua alimentação, as feiras esvaziadas, ninguém tem nada para vender e a arroba do gado por Cr\$1 milhão. Sr. Senador, nosso lamento tem sido em vão. Gostaria de ter a esperança de que, neste Governo, as coisas mudassem. Mas não vão mudar. O Presidente foi ao Nordeste para brincar o carnaval de Olinda; o Presidente foi ao Nordeste ser bem-alimentado e cuidado em Teresina, e lá transferiu para os Governadores dos estados a responsabilidade de lhe apresentarem um projeto, quando é Sua Excelência quem comanda o País e tem o poder decisório quanto ao Orçamento da União, dando as migalhas quando quer. Sr. Senador, perdoe-me o que vou dizer: gostaria muito de ver Itamar Franco, nosso Colega, consagrado como um grande Presidente; gostaria de vê-lo andando pelo Nordeste, como andamos V. Ex<sup>a</sup>, Beni Veras, eu e tantos outros, lá recebendo, como gratidão, aplausos, o beijo da mulher nordestina, o beijo de agradecimento, o beijo sentido; e não ver um Presidente que agora está a voar de ultraleve, que recebe beijos capitosos de artistas de , com isso, acredita estar melhorando a sua imagem, tornando-se o Presidente ideal. Ele acredita que esta imagem de homem afável e cordial possa lhe dar a respeitabilidade e consolidar, com a sua presença, as aspirações e os desejos de todos nós. É uma pena, Sr. Senador, que os nossos discursos sejam sempre eternos lamentos. É uma pena que não tenhamos vindo à tribuna fazer como fazia o então Senador Itamar Franco, que obstruía tudo — no mais das vezes, pelo mero prazer de obstruir. E nós nordestinos não temos feito isso. Precisávamos também começar a obstruir, precisávamos também começar a conversar com ele e negociar: é preciso cuidar do Nordeste, para que possamos aprovar, por exemplo, amanhã, a Advocacia-Geral da União e outras matérias de importância capital para o País. Mas são de importância capital para o País enquanto ele existe, enquanto é forte, enquanto tem suas regiões desenvolvidas. O que não podemos ver é um novo Ministro da Fazenda, homem da melhor qualidade, nosso Colega Fernando Henrique Cardoso, que não traz um projeto — como bem o diz Josaphat Marinho e disse eu ontem através de discurso que enviei à Mesa e gostaria de tê-lo proferido da tribuna desta Casa, mas, infelizmente, não me foi possível fazê-lo —, traz uma declaração de intenções, onde apresenta uma séria de deveres e, ao lado desses deveres, vem a ameaça velada de que, de 48 em 48 horas, virá uma

medida extraordinária. É uma pena que sejamos nordestinos, e é uma pena que nos queiram fazer brasileiros de segunda classe. Mas não aceito isso e V. Ex<sup>a</sup> também não. E haveremos de usar sempre a tribuna desta Casa, que é o fórum que o povo nos deu. E faremos dela a tribuna daquela gente que não teme; que pede, mas não implora; que tem dignidade e amor ao trabalho, para lembrar, através da nossa palavra, ao Senhor. Presidente Itamar Franco, que o Nordeste não é só o carnaval, que o Nordeste não é só a galinha ao molho pardo e o bode assado do Piauí, que o Nordeste é miséria, é falta d'água, é sujeira, é cólera, é verminose, é desnutrição, é a pecuária que se acaba, é a agricultura que não progride, é a cultura que não se sedimenta, porque aqueles que estão melhor, que são mais inteligentes, acabam sendo excedentes exportáveis para o Sul do País. Sr. Senador, eu o felicito e também me somo a V. Ex<sup>a</sup> no pronunciamento desta tarde.

**O SR. LAVOISIER MAIA** — Muito obrigado, Senador Francisco Rollemberg.

V. Ex<sup>a</sup> representa o Estado de Sergipe. E ainda bem, Senador, que, no Estado de V. Ex<sup>a</sup>, o Governador levou água para todas as cidades, para todas as regiões. Quero parabenizá-lo por isso.

O quadro ainda é muito diferente no Rio Grande do Norte, Senador. Ali está faltando água. Está-se morrendo de sede em muitas cidades, em muitas regiões do meu Estado. A situação é caótica. Vamos lutar. Não vamos perder a esperança. Se providências não forem tomadas no Senado — espero que sejam — para dar trabalho ao povo honrado do Nordeste, nossa resistência vai aumentar.

Muito obrigado pelo valioso aparte, que, com certeza, valorizará o nosso pronunciamento.

**O Sr. Meira Filho** — Senador Lavoisier Maia, concede-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. LAVOISIER MAIA** — Nobre Senador Meira Filho, com prazer concederei o aparte a V. Ex<sup>a</sup>. Porém, antes gostaria de apresentar algumas sugestões ao Governo, esperando que ele acolha todas elas.

Acreditando no conselho de Cristo — “Batei e abrir-se-vos-á; buscai e achareis” — é que mais uma vez apelamos à sensibilidade do Governo Federal para que amplie o socorro ao Nordeste tomando as seguintes medidas — essas são as sugestões que apresento para análise do Presidente da República e espero sejam acolhidas:

1 — Reajustar o salário pago aos trabalhadores alistados nas Frentes Produtivas de Trabalho, elevando-o, pelo menos, para a metade do atual salário mínimo, que é de Cr\$3.333.000,00;

2 — Ampliar o alistamento dessas frentes de trabalho, que atualmente só atendem a 10% da população necessitada e só alistam uma pessoa de cada família, o que é insuficiente para dar uma vida normal a cinco pessoas, que é a média da família nordestina;

3 — Pôr em prática o programa do leite, que, apesar de não ter a amplitude que desejávamos, não chegou ainda aos postos de saúde. Enquanto isso, a mortalidade infantil e a desnutrição alcançam índices de saúde.

Fui ao Palácio do Planalto assistir ao lançamento do Comitê de Combate à Fome. Lá estava o Presidente, tendo, de um lado o Betinho, Herbert de Souza, e, do outro, D. Hélder Câmara. E eu pensava que o leite para as crianças que estão morrendo de fome chegaria logo! Mas já faz algum

tempo que fui a essa cerimônia e o leite não chega aos postos de saúde do Brasil, principalmente aos do Nordeste brasileiro.

4 — Concessão de crédito subsidiado para que os produtores possam comprar ração para salvar os seus rebanhos. Pois, do contrário, não sobreviverão sequer os 20% restantes do rebanho de gado do Nordeste.

5 — Prorrogar os débitos financeiros dos agricultores para os anos de 1996 e 1992, sem juros e sem correção monetária.

6 — Construir obras permanentes, como está fazendo o já citado Governador do Ceará. A construção de grandes barragens, Sr. Presidente, é imprescindível ao habitat do homem sertanejo. O exemplo está espelhado na barragem de Sobradinho, na Bahia; no açude Orós, no Ceará; e na barragem Armando Ribeiro Gonçalves, no Rio Grande do Norte. Não é exagero afirmar que, na seca atual, metade da população sertaneja do Rio Grande do Norte está na iminência de sobreviver graças aos 2 bilhões e 400 milhões de metros cúbicos de água acumulados na barragem Armando Ribeiro Gonçalves. Ela foi construída de 1979 a 1983, quando estávamos no Governo do Estado — é obra federal.

7 — Seria de bom alvitre que o Senhor Presidente da República liberasse urgentemente os recursos alocados no Orçamento da União para construir as barragens de Santa Cruz, na chapada do Apodi; a barragem de Oiticica, entre Jardim de Piranhas e Jucurutu, assim como a construção dos canais que levarão a água da Lagoa do Bonfim para 14 municípios das regiões do Agreste e do Trairi e retomar a construção do canal de Pataxó.

Disse-me o Secretário Nacional de Irrigação, Dr. Carlos Wilson, do Ministério da Integração Regional, que, depois de São João, a meu convite, irá ver um canal que tem mais da metade concluída, e para ver das condições para concluí-lo, porque vai irrigar mais de duas mil hectares e matar a fome de numerosas famílias.

Outras barragens de porte médio, como a de Passagem Franca, no Município de Rodolfo Fernandes, e a de Passagem das Traíras, no Município de Caicó, poderiam ser iniciadas, proporcionando milhares de empregos à população sertaneja desempregada. Recursos semelhantes são do máximo interesse para outros Estados do Nordeste. Aproveitamos o ensejo para lembrar que a solução definitiva do problema hídrico do Nordeste está na interligação do Rio Tocantins com o Rio São Francisco. É uma obra colossal, sonho do ex-ministro Mário David Andreazza, que requer a determinação de um estadista.

Ao concluir este elenco de sugestões, quero deixar consignado nos Anais do Senado Federal o meu testemunho referente à firmeza, à sensibilidade e presteza com que se tem conduzido o Ministro da Integração Regional, Senador Alexandre Costa, diante da problemática da seca que o Nordeste está enfrentando. Se não tem feito mais pelo Nordeste é porque a crise econômica que estamos vivendo impede o pleno atendimento das nossas reivindicações.

**O SR. LAVOISIER MAIA** — Com prazer ouço agora V. Ex<sup>a</sup>, Senador Meira Filho.

**O Sr. Meira Filho** — Senador Lavoisier Maia, antes de mais nada, meus parabéns pela fala de V. Ex<sup>a</sup>. Continuo acreditando, com a graça de Deus, na inteligência dos homens brasileiros. Creio firmemente neste País. Mas esse problema da seca vem se arrastando há séculos. Não é de hoje. Tenho impressão de que enquanto não assentarmos o pé no chão

e não falarmos aqui, na rua, em casa, no Nordeste, no Sul, no Centro ou no Leste a verdade, não vamos construir nada. Há muita mentira, há muito engodo com relação à seca. Sou de lá, Senador. Em 1976, se não me falha a memória, houve uma seca terrível — V. Ex<sup>a</sup> deve lembrar-se. Aqui em Brasília, a sociedade brasiliense se arregimentou, e fomos levar a Cra-teús 22 caminhões de comida. Cada caminhão levava 12 toneladas de comida para aquela gente. Quando lá chegamos, o povo nos cercou e pediu: “Não entreguem essas coisas para políticos, senão a gente não vai ver nada!” O povo faminto do Nordeste disse isso, Senador. São essas as verdades que não se dizem, essa é realidade brasileira da qual não se fala; mas é preciso que se fale. A seca no Nordeste é, no meu entendimento, um fenômeno cíclico. O homem já dominou os mares; o homem já dominou os ares; o homem já voou além da estratosfera. Em vários países do mundo, o fenômeno da seca tem sido dominado. Por nós aqui não fazemos a mesma coisa? Será que nos faltam inteligência, vontade? Absolutamente, não! Penso que está faltando um pouquinho de caráter, de vergonha e de sentimento cívico. Senador, é doloroso ver aquele quadro de sofrimento. Se V. Ex<sup>a</sup> vai ao Nordeste, pode ver obras formidáveis: construção de balneários, hotéis espetaculares, e uma especulação imobiliária terrível que joga os pobres pescadores para mais longe do mar. E ninguém diz nada, só pedem verbas ao Governo Central para o Nordeste. O Nordeste, segundo o meu ponto de vista, é um pedaço do Brasil, faz parte da nossa vida, faz parte da nossa Nação; não pode ser tratado dessa forma. Agora, os nordestinos também precisam tratar bem o Nordeste; é preciso acabar com os desmandos governamentais, com a politicagem, mas a política é indispensável. Ainda há pouco, o Senador Francisco Rollemberg disse aqui uma verdade: é preciso vontade política para resolver a situação no Nordeste. Mas é preciso, também, atinar para uma questão muito séria: o “general fome” acaba com qualquer estratégia, e é o que está acontecendo naquela região. É preciso que as autoridades governamentais, aqueles que decidem os nossos destinos, prestem atenção para a fome do Nordeste, que pode uma séria crise social. Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Lavoisier Maia.

**O SR. LAVOISIER MAIA** — Muito obrigado, Senador Meira Filho. V. Ex<sup>a</sup> tem razão: é preciso que haja um movimento nacional. É necessário que a televisão brasileira, formadora de opinião pública, nessa hora grave que o Nordeste está vivendo, sensibilize a todos. É preciso que os Senadores do Sul do País e de outras regiões venham até aqui para ouvirem o drama que estamos vivendo. Eu já disse, desta tribuna, que o Nordeste não é problema regional; o Nordeste é um problema nacional.

**O Sr. Meira Filho** — Exatamente, Senador Lavoisier Maia. Criou-se para o Nordeste o Departamento Nacional de Obras contra as Secas, mas parece que este sempre trabalhou a favor da seca.

**O SR. LAVOISIER MAIA** — É verdade, Senador Meira Filho. Para resolver o problema do Nordeste é preciso haver, como V. Ex<sup>a</sup> disse, vontade política. Por isso conclamo, desta tribuna, toda a classe política brasileira para afirmar que agora o Nordeste vai ter vez. Senador, isso depende do desempenho de todos os parlamentares e não somente do Senador Lavoisier Maia ou de Senadores nordestinos. Está aqui no plenário um Senador do Rio de Janeiro, grande educador, Darcy Ribeiro que apresentou uma solução. Vamos ver como poderemos resolver esse problema.

Vamos em frente, não vamos desanimar, temos de levantar a cabeça, gritar e apelar, fazer toda sorte de resistência, aqui deste plenário, democraticamente, para sensibilizar as autoridades federais.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Brasil vive hoje sob o impacto do Programa Econômico do Ministro da Fazenda, Senador Fernando Henrique Cardoso. O País inteiro aplaudiu e continua aplaudindo as diretrizes traçadas pelo Sr. Ministro. Enquanto nos planos anteriores procurava-se debelar a inflação, atacando os seus efeitos, agora o Governo resolveu ir ao fundo da questão, atacando as causas da inflação, que se encontram no déficit público, na sonegação fiscal e em outras distorções estruturais. É um choque para dentro, tentando impor racionalidade à máquina do Estado, que, pelo seu gigantismo, tornou-se ineficiente e emperrada.

Mas, Srs. Senadores, a emoção nunca foi boa companheira da razão. No que diz respeito aos cortes no orçamento, temos que ponderar sobre quais os investimentos vamos cortar. O Senador Josaphat Marinho tem razão no pronunciamento que fez nesta Casa. Uma região como o Nordeste, sem um plano de desenvolvimento regional, sem assistência adequada aos flagelados da seca, sem uma Sudene revitalizada, região transformada numa floresta de miseráveis e num deserto de capitais, não pode ser alvo de cortes no Orçamento da União. A maioria das prefeituras municipais do Nordeste existe por causa dos recursos federais alocados no orçamento da União. E, mesmo assim, são poucos os recursos enviados diante do montante de problemas econômicos e sociais vividos por aquelas populações.

Se é verdade que, para cada cruzeiro arrecadado há um cruzeiro sonegado, como constatou a CPI da Evasão Fiscal, o Governo poderá realizar o ajuste fiscal projetado sem fazer grandes cortes no orçamento da União.

Por conseguinte, Srs. Senadores, vamos agir com bom senso, com discernimento, ponderando o que é melhor para o povo e para os destinos do Brasil. O que importa neste momento não é o sucesso personalístico dos idealizadores deste plano, mas nos interessa a execução de um plano que promete arrancar o País da pasmaceira em que se encontra, restaurar a credibilidade da classe política e recolocar o País nos trilhos do desenvolvimento.

Muito obrigado, meus caros Senadores. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

S. Ex<sup>a</sup> não se encontra em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão. (Pausa.)

S. Ex<sup>a</sup> não se encontra em plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Aureo Mello.

**O SR. AUREO MELLO** (PRN-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há cerca de sete anos, venho anualmente a esta tribuna situada no lado esquerdo do plenário, subo estas escadas, para rememorar a figura, a imagem, o talento daquele Senador que faleceu, vítima de uma bala trágica por ele mesmo disparada, meu conterrâneo e titular do posto que ocupo, Fábio Pereira de Lucena Bittencourt.

Aqueles que o conheceram — e foram muitos, tanto os que freqüentaram e ainda freqüentam esta Casa, quanto os que freqüentavam a Tribuna de Imprensa, a Tribuna de Honra e as galerias —, estavam acostumados a ouvir fulgir na sua

palavra siderações com adamantinas, ver mergulhos profundos na pesquisa e na análise de qualquer problema, perceber a cultura aflorando na sua rosa-dos-ventos decorrente de uma cabeça privilegiada, que estudou as mais diversas matérias e ciências e que era conhecedor profundo de assuntos de Direito, que fez curso de Economia e nele foi diplomado, que estudou a Engenharia; interrompeu o curso de Direito porque não queria que um professor, considerado por ele venal, pisasse as mesmas tábuas da faculdade onde ele cursasse, já no 4º ano, aquela preparação profissional.

Fábio era uma brasa viva, um incêndio, um homem-tocha, que, neste plenário, muitas vezes, investiu contra personalidades que julgava indignas de exercer a pública atividade, deixando arrepiados de susto os seus colegas, tal o destemor e tamanha temeridade que inflectia sobre aquelas figuras que julgava merecedoras das honras e das responsabilidades dos cargos que ocupavam.

Fábio derrubou Almirantes da ativa, investiu sem temor com a sua pequena lança quixotesca, talvez, contra Presidentes da República. Fábio enfrentou, galhardamente, ameaças de conterrâneos enfurecidos com ele. Fábio era um valente e era um pensador, era uma sensibilidade. De Lucena Bittencourt, parente do nosso Presidente, o digno e valoroso Humberto Lucena.

Lá em Manaus e no Amazonas, tornou-se uma lenda e, como lenda, é que se elegeu Senador e que, depois, em pleno meio do mandato, tornou a se eleger por oito anos, mais Senador ainda, levando-me, de arrastão, como seu suplente.

Sr. Presidente, digo estas palavras com a saudade que sente um amigo que, diariamente, convivia com ele em seu gabinete, trocava idéias, ria muitas vezes do susto e do pavor com que os seus adversários viam as suas ameaças e as suas palavras, estabelecendo com ele uma amizade surpreendente, porque jamais pensei que houvesse a pulsar a alma humana atrás daquela armadura de combatente, que caminhava sempre visando, principalmente, derrubar não somente os moinhos, mas também as torres dos castelos plantados dos homens da sombra e da traição.

Fábio Lucena foi um orgulho para o Amazonas. Impediu quantas vezes este Senado de funcionar. Exigiu que se cumprissem determinados preceitos constitucionais, que a Zona Franca fosse respeitada, que a Amazônia tivesse a consideração dos Parlamentares, que ele fosse, afinal, demonstrando, como o fez, um vexilar, um cavaleiro andante, um combatente forte, um pugilista gigante da grande terra.

Está lá aquele tabuleiro de pedras preciosas, fulgente e abandonado, esperando sempre que a mão do Brasil estenda-se até ali para colher as riquezas infinitas que poderão resolver todos os seus problemas e que, infelizmente, numa teima particular e absurda, não é considerada e nem levada a termo de realização essa oferta, que se chama a velha Amazônia.

Continuam lá os rios, pedindo navios. São estradas líquidas, pedindo para riquezas serem transportadas. Continuam lá se irradiando para todos os municípios, para todos os lugares aquelas terras e cidades, em cujo subsolo está a prata, está o ouro, está o diamante, está o titânio, estão os metais raros.

Fábio veio para cá, magrinho, fisicamente insignificante, mas trazendo o apoio, o aplauso das massas sofridas lá dos sertões amazônicos, de todas as partes, de Eirunepé a Barcelos, sua terra natal, às margens do rio Negro; de Manaus, dos homens dos botecos, dos bares, que confiavam naquela

coragem alucinada de um cidadão especial, como não existirá facilmente em séculos.

Esse homem vinha aqui, diariamente, portando uma quantidade de livros, verdadeiro calhamaço; subia aqui e começava a falar, sempre corajoso, com uma audácia indescritível; partia na frente de sumidades que aqui existem, de economistas, de especialistas. Mas Fábio entendia de qualquer assunto, inclusive de latim, porque foi ele também seminarista, e contava aquele episódio do *sursum corda*, cuja tradução é: corações ao alto, e que, segundo ele — e o Fábio às vezes gostava de romancear um pouco —, foi interpretado por um colega como “o fim da missa”. Porém, ele aí explicou que o fim da missa era: *et missa est* e não *sursum corda*.

E episódios e mais episódios — quantas vezes vi uma resposta que ele alinhava aqui para determinados Parlamentares que a elas foram insensíveis. Mas eu, que sabia o significado e o gume que aquelas respostas possuíam, percebia que aquilo feria fundo como uma navalha de bandido. E ao mesmo tempo ria, porque ali estava a palavra de um cultor e de um culto do Amazonas.

Mas o seu temperamento agitado, angustiado, sofredor, abandonado, às vezes clamando como um pesadelo, numa solidão branca de um imenso deserto, fez com que ele se destruísse. E então vim eu aqui para substituí-lo, não deixando um só dia, em todo esse tempo, com a lealdade que julgo ser um apanágio meu, pessoal, de pensar nesse rapaz, de pensar na sua família, de pensar na sua convivência. Nem um dia sequer, sempre há um fragmento de tempo em que consigo pensar em Fábio Lucena, na sua cabeleira frondosa, na sua voz tonitruante, no seu caráter especial e singular.

Lembro-me de que uma vez ele estava em meu gabinete, olhando para mim e rindo, quase que a bandeiras despregadas. Perguntei-lhe por que estava rindo. Respondeu-me: estou pensando — com aquela voz possante — em ti assumindo uma cadeira no Senado e fazendo caricaturas dos Senadores, lá no plenário. Faço essas coisas nas horas vagas e V. Ex<sup>a</sup> é um dos meus mais queridos vitimados nesse campo da arte em que me julgo um pouco hábil.

V. Ex<sup>a</sup>, Senador Chagas Rodrigues, agora mesmo deu-me aquela comunicação que me encheu o coração de alegria, que lavou a minha alma, ou seja, saber que um dos filhos de Fábio Lucena foi mantido em seu gabinete, pela sua bondade e imensa grandeza de coração. Conheço V. Ex<sup>a</sup> — e não é de hoje — e sei que analisa os problemas buscando ser justo e bom. V. Ex<sup>a</sup> é o Piauí, é a terra sofrida, é a região abandonada, é o longe que ouve o solfejar do vento e sente que as forças que têm força, os grupos que são possantes, as áreas que são capazes de criar, de produzir, de fazer florescer, elas nem sempre estão perto e capazes de injetar nas regiões sáfaras e abandonadas naquilo que se faz necessário para que elas sejam robustas, saudáveis, coradas, risnhas; essas regiões distantes, abandonadas, sem aquadutos, sem gotas d'água, sem árvores!

E tenho a dizer a V. Ex<sup>a</sup> que também cumpri a minha promessa, tenho também um filho de Fábio Lucena — outro filho, pois a família é de nove filhos — servindo no meu gabinete, ele está lá. O Fábio me pediu isso às horas da morte. Ele me telefonou, simulando que iria pedir uma licença, e me pediu que mantivesse o filho dele em meu gabinete, me surpreendendo — e eu, pensando que era uma grande brincadeira.

Sr. Presidente, são sete anos que venho todo ano, neste dia da morte dele, trazer a minha recordação. Pode parecer

até gratidão e não deixa de ser, porque não vou dizer que não me sinto felicíssimo em ser Senador.

**O Sr. Meira Filho** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. AUREO MELLO** — Pois não, Senador.

**O Sr. Meira Filho** — Senador, sempre entendi, pelo que aprendi na vida lá fora, que o sentimento da lealdade é um dos mais nobres no homem. E o seu sentimento de lealdade ao Senador Fábio Lucena nos conforta demais. Fábio Lucena, para mim que chegava naquela época ao Senado — e esta Casa tem sido para mim como uma universidade, a melhor que freqüentei, apesar de nunca ter freqüentado uma universidade. Mas foi aqui que aprendi imensamente porque tenho convivido com homens inteligentes, homens que me emocionam até —, foi o ex-Senador um desses homens brilhantes. Eu queria enaltecer o sentimento de lealdade de V. Ex<sup>a</sup> a Fábio Lucena, com quem tive, graças a Deus, uma excelente convivência, uma convivência quase que de amigo confidente. Quando S. Ex<sup>a</sup> falava neste plenário, apesar de ter aquela voz de trovão, o silêncio era de tal forma que ouviríamos uma agulha cair no tapete. Daí o conceito que S. Ex<sup>a</sup> sempre teve nesta Casa como Senador verdadeiramente Senador. Não quero dizer que os demais não o fossem, mas S. Ex<sup>a</sup> se destacava pela maneira como se conduzia, pela sua palavra fluente e ensinadora. Louvo V. Ex<sup>a</sup> por lembrar hoje a figura inesquecível de Fábio Lucena. Se é verdade que as almas estão entre nós, Fábio Lucena está, nesta hora, aqui sentado na cadeira de V. Ex<sup>a</sup> Parabéns!

**O SR. AUREO MELLO** — Muito obrigado, Sr. Senador Meira Filho. V. Ex<sup>a</sup> com ele tinha afinidade profissional, do radialista, do jornalista, do homem que analisa a sociedade, que informa e que percebe; tinha a afinidade de duas correntes, dois igarapés, dois furos de água em fora, caminhando na mesma direção, paralelos, porque há aquilo que Vicente Blasco Ibáñez chama de afinidade eletiva. V. Ex<sup>a</sup>, jornalista militante, combatente, nordestino rijo como um juazeiro, ou como um africano baobá, tinha mesmo que se acoplar com Fábio Lucena.

Aqui ficam estas palavras. São palavras ao vento, palavras leves de saudade, de gratidão, de lealdade, para que esse nome não seja esquecido. Não se esqueçam de Fábio Lucena, Sr. Presidente e Srs. Senadores! Não se esqueçam daquele orador que a morte ceifou, mas que, pela minha palavra, está sempre aqui. No momento em que ouvirem minha palavra em algum momento de felicidade ou de beleza lembrai-vos de Fábio Lucena, porque essa beleza poderá ter sido fruto — quem sabe — de uma inspiração de meu antecessor, que permitiu que seu companheiro e combativo suplente, representante do Amazonas, aqui viesse.

Fábio Lucena batalhou pela minha colocação, da primeira vez, de segundo suplente, antecipado pelo nosso querido Leopoldo Peres, grande político e grande jornalista, que depois ficou aqui substituindo um líder, cuja amplitude política alcançava, como se fosse uma imensa tenda, do que Ramayana de Chevalier chamava o circo sem teto da Amazônia; esse, o circo com teto, alcançava toda a área e trazia a voz dos cipós, dos caules, dos beira-nós, das correntezas, das garças, dos pássaros, dos bichos para depositá-las ante V. Ex<sup>s</sup>.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O Sr. Eduardo Suplicy** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, é muito importante o acesso que nós, Senadores, temos ao Sistema Integrado de Administração Financeira da União. Ele possibilita que cada um de nós possa, a qualquer momento, examinar como o Governo está liberando recursos para os mais diversos órgãos e unidades da Administração Federal.

Acabo de obter a informação relativamente a duas importantes liberações de recursos pelo Ministério da Fazenda. No dia 4 de junho de 1993 — já sendo Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso — foi liberada para o Governo do Distrito Federal a verba de 1 trilhão e 353 bilhões de cruzeiros, para finalidade categoria “c”, construção do metrô. No dia 14 de junho de 1993, segunda-feira passada, dia do pronunciamento do Ministro Fernando Henrique Cardoso, foram liberados para o Projeto Linha Vermelha, para a Secretaria do Estado da Fazenda do Rio de Janeiro, 660 bilhões de cruzeiros. Nesse mesmo dia, estava o Ministro Fernando Henrique Cardoso dizendo que iria cortar 6 bilhões de dólares do Orçamento da União relativamente a projetos que seriam discutidos com o Congresso Nacional em termos de suas prioridades.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ainda hoje o Senador La Voisier Maia aqui dizia do problema da fome no Rio Grande do Norte, da miséria que atinge alguns milhões de brasileiros em todo o Nordeste. Quando o Ministro Fernando Henrique Cardoso disse aos brasileiros, na segunda-feira, que era importante termos maior cuidado com o conteúdo dos gastos, claro que isso é sensato. Quando o Ministro disse que discutiria com o Congresso Nacional qual o corte de recursos que seria realizado, isso é de bom-senso. Quanto à liberação de verbas para a Linha Vermelha, no Rio de Janeiro, e para o metrô, no Distrito Federal, serão esses recursos efetivamente mais prioritários do que outros projetos que agora são prementes? Será, por exemplo, que o grito de Herbert de Souza clamando da necessidade de uma verdadeira guerra contra a fome e a miséria não será tão atendido quanto o foi e, rapidamente, a liberação dos recursos para tais projetos? Será que precisou o Ministro da Fazenda liberar esses recursos para que fossem mobilizadas as Bancadas do PDT e do PP, lideradas por figuras políticas tão importantes quanto os Governadores Leonel Brizola, do Rio de Janeiro, e Joaquim Roriz, do Distrito Federal?

Espero, Sr. Presidente, que o Presidente Itamar Franco, o Ministro do Planejamento, Fernando Henrique Cardoso e Alexis Stepanenko, do BNDES, adotem critérios claros na liberação e corte de recursos; que tenham uma clara definição e explicação das relações de benefício e custo social de cada um desses projetos para que responsabilmente possamos, Executivo e Legislativo, fazer com que o conteúdo de gastos — o que é feito do dinheiro do povo brasileiro — encontre justificativa transparente e que faça sentido para todos os brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Rollemberg.

**O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG** (PFL-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, no próximo dia 13 de julho, o Estatuto da Criança e do Adolescente, materializado na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, completará três anos.

O tempo é pouco para uma avaliação aprofundada sobre a experiência de sua implementação, mas já é suficiente para termos dele elogios e condenações.

A Organização das Nações Unidas — ONU, por meio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), seu organismo para a infância, distribuiu exemplares aos países do mundo, apresentando nossas leis como exemplo de legislação moderna em matéria de criança e juventude.

No Brasil, no entanto, não é incomum ouvirem-se depreciações no sentido de que o Estatuto exacerbou o problema da delinquência juvenil e agravou as já desastrosas condições em que se encontravam as políticas públicas responsáveis pela aplicação.

O art. 227 da Constituição Federal afirma que “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-las a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

De acordo com dados que a imprensa tem divulgado com frequência nos últimos tempos, há no Brasil dezessete milhões de crianças com desnutrição crônica; milhões de órfãos desassistidos; oito milhões de crianças em idade escolar fora da escola e quatro milhões de meninas e moças prostituídas em virtude da pobreza.

Segundo as informações disponíveis nos documentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, cinquenta e nove milhões de brasileiros têm menos de dezessete anos de idade, o que corresponde a 41% da população. Desses cinquenta e nove milhões de crianças e jovens, 50,5% vivem em famílias com renda *per capita* de até 0,5 do salário mínimo e 30,2% são de lares marcados pela pobreza absoluta, com renda *per capita* de até um quarto do salário mínimo.

Segundo ainda o IBGE, 60% das crianças e adolescentes brasileiros vivem em domicílios sem as mais elementares condições de saúde, ou seja, moram em casas sem rede de esgoto e sem água encanada. Na área rural, 90% das famílias vivem em casas sem estrutura adequada de saneamento. Nas cidades, apenas 10% do esgoto é tratado. O restante corre para fossas improvisadas, para as ruas e valas a céu aberto, para os córregos e rios, a tudo poluindo.

Não é de se estranhar, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que toda essa trágica realidade produza o fenômeno do “menino de rua”, do “menor abandonado”, que vem apavorando a sociedade civil, paralisada pela violência crescente, pela insegurança aparentemente incontrolável. Diante da sensação de impotência e da extrema lentidão dos poderes constituídos, investem as pessoas mais abastadas em aparatos de proteção pessoal e coletiva; criam fortalezas, condomínios de máxima segurança, eletrificam grades e portões, adestram cães e contratam guardas. Ao mesmo tempo, a rua, cada vez mais, torna-se um local de medo e nela a permanência deve ser abreviada o máximo possível, para evitar danos maiores.

Émile Durkheim, antropólogo francês, afirmou em certa ocasião que “cada sociedade tem, em cada instante de sua história, uma aptidão definida para o suicídio”. Estará este momento brasileiro se caracterizando por uma aptidão especial para o suicídio? Há poucos dias, em artigo publicado na imprensa de Brasília, o experiente Austregésilo Athayde demonstrava sua preocupação “diante da juventude precocemente desencaminhada, dos meninos entre os dez e os vinte

anos que escolheram a aventura do crime, em cujos rostos são vistos, antes do brilho da vida em flor, a tísica do vício, a corrupção e os estigmas da queda moral”.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, ninguém se iluda quanto à gravidade da situação. Também não podemos acreditar em capacidade mágica de uma lei para transformar a realidade. Porém, não resta a menor dúvida, que uma adequada legislação é sinal positivo de que o País já assumiu a consciência do problema. O Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o art. 227 da Constituição traduzem fielmente essa consciência, em sintonia com o que estabeleceu a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembléia-Geral da ONU de 20 de novembro de 1989.

As falhas, portanto a exacerbação da problemática do menor no sentido do aumento da delinquência juvenil, não são uma questão decorrente do Estatuto, mas, sim, de sua incorreta e insuficiente compreensão por parte de todos os segmentos da sociedade e de sua não rigorosa aplicação contra os infratores, menores ou não, pelos setores competentes.

A luta é presente e urgente. É preciso despertar contra a injustiça social, fonte do agravamento do drama infantil, é preciso despertar para a infância e a adolescência como se despertou para a ecologia. É preciso que nos preocupemos com as crianças, do contrário não teremos nem futuro.

Os instrumentos legais já os temos e são elogiados pela ONU. Os instrumentos legais de que dispomos são bons. Temamos a bastardia de sua aplicação.

Era o que tinha a dizer!

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) - Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA** (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, na última segunda-feira, dia 15, participei da solenidade de posse do novo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro José Paulo Sepúlveda Pertence, e do Vice, Ministro Carlos Mário Velloso, em cerimônia bastante concorrida, que teve a presença de um grande número de autoridades, ministros dos diversos Tribunais que atuam em Brasília, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Octávio Galotti, Ministro Paulo Brossard, vários Ministros do Supremo e Ministros de Estado.

A atual Presidência do TSE terá, neste período de gestão, uma incumbência muito importante, que é a responsabilidade de coordenar e realizar as próximas eleições de 1994, uma das mais complexas desde a década de 1950.

Preocupado com a garantia de seriedade e eficiência do sistema eleitoral, o novo Presidente do TSE, que substituiu no Cargo o Ministro Paulo Brossard, em seu discurso de posse, manifestou o seu empenho em aperfeiçoar o sistema de informatização nos trabalhos do Tribunal e de todo o processo relacionado com as eleições para evitar as fraudes eleitorais e a “influência avassaladora do poder econômico na disputa dos mandatos eletivos”, conforme palavras do próprio Ministro Pertence.

Sr. Presidente, desta Tribuna do Senado quero reiterar os meus cumprimentos ao Ministro José Paulo Sepúlveda Pertence, que assumiu a Presidência do TSE e do Vice-Presidente, Ministro Carlos Mário Velloso, desejando-lhes sucesso nessa missão de tão relevante importância para a consolidação e o aperfeiçoamento do processo de representação popular em nossa democracia, onde o Tribunal Superior Eleitoral exerce um papel de extraordinário significado.

Finalizando, Sr. Presidente, peço a transcrição com o meu pronunciamento da notícia publicada no **Correio Braziliense**, edição de 16-6-93, intitulada “Pertence assume TSE e defende modernização”.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:**

Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 16 de junho de 1993

**PERTENCE ASSUME TSE E DEFENDE MODERNIZAÇÃO**

O presidente do TSE, Sepúlveda Pertence, juntamente com o vice, Carlos Velloso, serão os responsáveis pela eleição casada do próximo ano, que não deixa de ser uma das mais complexas desde 1950. O ministro, no discurso de posse, não esqueceu de falar sobre o problema das fraudes eleitorais e a impotência dos instrumentos diante do poder econômico na disputa de mandatos eletivos. A solução, de acordo com Pertence, seria a informatização do processo eleitoral.

No entanto, para a modernização do processo de votação e a automação das apurações, que podem erradicar as práticas fraudulentas, é necessário alocar recursos. O ministro não promete a ampliação das verbas, mas tentará conseguir mais dinheiro para seu projeto de modernização.

Para Sepúlveda Pertence um dos problemas nas eleições será o excessivo número de partidos que cria dificuldades ao processo eleitoral enquanto efetivação da democracia. O novo presidente do TSE enfatizou que terá muitos problemas a resolver e enfrentar, porém acredita que conseguirá levar “a bom termo o complicado processo eleitoral”.

**Posse** — A solenidade de posse foi bastante concorrida, ontem à tarde no Tribunal Superior Eleitoral. O ministro Sepúlveda Pertence fez um discurso de sete páginas e foi aplaudido por autoridades presentes e funcionários do TSE. Prestigiaram a posse os ministros do STF Octávio Galotti, Francisco Rezek, Néri da Silveira, Sidney Sanches, Moreira Alves e Paulo Brossard. Participaram também parlamentares e os ministros Hugo Napoleão, Jamil Haddad e Antônio Houaiss.

Jornal de Brasília — Quarta-feira, 16-6-93

**SEPÚLVEDA PERTENCE ASSUME TSE**

O ministro José Paulo Sepúlveda Pertence foi empossado ontem no cargo de presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Na vice-presidência tomou posse o ministro Carlos Mário Velloso. Pertence, que substituiu no cargo o ministro Paulo Brossard, vai comandar as eleições presidenciais e gerais de 1994, “as mais complexas eleições nacionais desde 1950”, como ele próprio definiu.

Ao discursar, o novo presidente do TSE classificou a Justiça Eleitoral como “uma instituição brasileira que deu certo, em meio a tantas frustrações de nossa história”. Mesmo assim, o ministro reconheceu que há ainda bolsões de fraude eleitoral a vencer, além da importância das instituições responsáveis em conter “a influência avassaladora do poder econômico na disputa dos mandatos eletivos”.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Teixeira

**O SR. PEDRO TEIXEIRA** (PDT — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, escrevi este discurso, na manhã do dia de ontem, 16, antes

de ler os jornais referentes aos fatos do dia 15. Logo após a leitura dos jornais do dia 16, vi que não deveria pronunciá-lo sem antes fazer alguns acréscimos. Esta é a razão porque só hoje o pronuncio.

Era assim o meu discurso:

Ao correr meus olhos, pelos jornais de ontem, 15 de junho, chamaram-me a atenção as diversas reações dos setores interessados nos reflexos do plano do Presidente Itamar e seu Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

O ex-Presidente do Banco Central, Carlos Langoni, considera ser o plano, um "bom começo", mas tem algumas ressalvas. Para ele, a equipe econômica que trabalhou no projeto, poderia ter sido mais ousada, investindo na ampliação da reforma fiscal e na privatização, incluindo as telecomunicações, no programa.

O mercado financeiro, nos informa o **Jornal do Brasil**, aprovou com entusiasmo, as medidas econômicas anunciadas pelo governo. De acordo com o presidente do Banco Sindam, o grande mérito do plano, foi romper com o imobilismo fiscal. O Plano, traz uma dose de racionalidade, afirma ele. O Diretor do Banco da Bahia, José Júlio Senna, ex-diretor da dívida pública do BC, também gostou do plano.

A preocupação e a esperança de Luiz Crisóstomo são com as reformas constitucionais necessárias, que deverão vir aí, em outubro.

O otimismo, na área do Sistema Financeiro foi geral e a palavra "privatização", com vistas no Banco do Brasil e a independência do Banco Central foram saudadas, com risos de esperanças, com reflexos desse otimismo, sentidos nas operações do mercado financeiro.

Por outro lado, muitas são as preocupações de todos, no que se refere à "costura política" que será necessária ser feita, no Congresso, para conseguir dos deputados e senadores a aprovação do Plano.

E aqui se vê quanta razão me socorre quando aqui venho bater e rebater na mesma tecla, de que a primeira de todas as reformas, necessária e urgentíssima, é, sem dúvida alguma, a reforma do Sistema de Partidos.

Procurei dar toda minha colaboração, com discursos, com apelos, com artigos, em nossa imprensa, e algumas conferências, repisando que esta reforma é "transcendental", que só ela garantirá um apoio indubitável ao governo, não precisando mais de "costuras", de barganhas, de fisiologismos.

Mas, infelizmente, as reformas que estão vindo por aí, são só reformas, de pontos secundários, perdôe-me o nobre Senador José Fogaça, relator do projeto, já no final de sua tramitação, por esta Casa.

Alçado ao plano de "pessoa jurídica de direito privado", por falta de maior exame, em profundidade do sentido insito, dos dispositivos constitucionais que regem a matéria, passa o Partido político a figurar ao lado das sociedades comerciais, desportivas e literárias.

Não vejo um dispositivo para erradicar, de vez, a ditadura dos Partidos. A forma de escolha dos candidatos partidários continuará a ser a que está aí, nas mãos dos caciques, donos de Partidos ou oligarquias que chegaram ao poder partidário.

Enfim, de reforma de fundo, e de base, que possa interessar ao povo, à democracia, não vi nenhuma. Tudo, ou quase tudo, irá ficar como dantes.

Os donos da Economia e das Finanças estão exultantes com o Plano. Só que eles necessitarão das diretrizes dos Partidos e das votações dos congressistas, em suas Casas, quanto os projetos por elas passarem.

Eu, por mim, apoiarei o Plano, embora esteja vigilante, no que toca aos cortes, que serão feitos. Há, entretanto, algumas obras, que não podem parar. As obras do Tribunal de Justiça, por exemplo. Estas, não podem parar. Há oito desembargadores, que não podem tomar posse porque não há acomodações para eles. E outras assim.

Na hora dos cortes, é necessário muito estudo, em profundidade, daquilo que tem que ser cortado.

Comecei este discurso, analisando as notícias dos jornais, sobre a reunião dos ministros onde o Presidente Itamar, por via de seu Ministro da Fazenda, comunicou à Nação seu Plano de Salvação Nacional.

Para mim é apenas uma parte do que deve ser feito. Entretanto, vejo um perigo muito grande rondando a Nação.

Claro que as privatizações das empresas deficitárias, e daquelas cujo objetivo não se afinam com as finalidades do Estado, devem ser feitas, com a maior seriedade do mundo, sem que isto signifique dar de presente às empresas privatizadas, aos apadrinhados do poder, as empresas privatizadas.

Mas não concordo com que atrás dessas privatizações se cometa o crime de lesa-pátria de conceder que se privatize o Banco do Brasil, vendendo suas ações aos banqueiros, que quererão, como estão querendo, também a independência do Banco Central.

Muito pelo contrário. O Sistema Financeiro Nacional precisa ser posto em seu lugar de mera linha auxiliar do Banco do Brasil, que deve voltar a ser o grande financiador de toda a área da produção. O que eles já fizeram ao Brasil já é o suficiente para demonstrar a inconfiabilidade total do Sistema, para que a ele seja entregue o comando total de nossas finanças.

E assim continuava a comentar o que hoje já é parte da nossa história.

O de que necessitamos é de pensamentos como os sustentados pelo ex-Ministro da Agricultura, o senhor Nuri Andraus, que teve a suprema coragem de desafiar o "monstro", procurando destinar à produção uma parcela daquele lucro injusto e indevido com que vinham se locupletando os banqueiros, ou seja, com os depósitos à vista, que não rendem absolutamente nenhum juro aos depositantes, mas que são fonte de rendas imensas aos banqueiros. Só no ano passado, lucraram eles 4 bilhões e meio de dólares, emprestando esse dinheiro a terceiros.

Coisas assim é que não podem continuar existindo, se verdadeiramente se quer fazer uma administração honesta.

No dia seguinte à sua posse passou Nuri Andraus a sofrer pela imprensa a batalha que vem sofrendo e que é do conhecimento de todos. Quem estará atrás destas notícias que estão chegando aos jornais?

Napoleão disse certa vez, que ninguém vence os banqueiros. Eles estão crescendo demais. Eles criaram o FMI e as dívidas impagáveis que escravizaram o Mundo. O que farão de nós, se conseguirem privatizar o Banco do Brasil e tornar o Banco Central independente do governo, para ficar, naturalmente, nas mãos deles?

Estas notícias tomaram conta dos jornais de hoje.

Mas eu não as tinha lido ainda.

O **Monstro** fez questão de mostrar a sua força enorme, e quero transcrever para que fiquem também nos Anais do Senado essas notícias, da queda do Ministro Nuri Andraus. Não há tempo suficiente para transcrevê-las todas. Tomo apenas o **Correio Braziliense**:

O ex-Ministro da Agricultura Nuri Andraus Gasani entregou ontem à tarde, seu pedido de demissão ao Presidente Itamar Franco... Andraus saiu do Governo responsabilizando a Federação dos Bancos (Febraban) pela sua saída. Ele acusou os Bancos de estarem agindo para inviabilizar seu projeto de incrementar os investimentos na agricultura, aumentando o crédito rural com os recursos do depósito compulsório. Sem o apoio do seu Partido, o PMDB, Nuri Andraus não resistiu às denúncias de homicídio, sonegação e fraude que foram publicadas contra ele neste fim de semana, pela revista *Veja*.

**A Batalha** — Ontem, de manhã, o ex-Ministro ainda tentou conseguir apoio para permanecer no cargo. Ele se reuniu com o Presidente do PMDB, Senador José Fogaça, e com o Líder do Partido no Senado, Mauro Benevides, mas saiu do encontro sabendo que o Partido não defenderia seu nome publicamente. Sozinho, no meio do tiroteio de acusações, o ex-Ministro partiu para o ataque. Em entrevista coletiva no Palácio do Planalto, depois de entregar sua carta de demissão, Nuri Andraus acusou claramente os bancos: "No dia que assumi o cargo recebi um aviso de um empresário ligado aos banqueiros de que havia sido jurado pela Febraban. Eu não ficaria 12 dias no cargo. Não precisaram de 12 dias".

Na carta que entregou ao Presidente Itamar Franco, e na entrevista que deu para a imprensa, o ex-Ministro deixa clara sua denúncia. Ele procura não incluir o Presidente nas acusações afirmando que ele tem demonstrado interesse em acabar com a ganância dos Bancos quando criticou as altas taxas de juros e apoiou seu projeto de equivalência/produto e aumento do crédito rural.

Andraus acredita que seu projeto para a agricultura pode ser o início do fim da influência dos bancos.

E continua Andraus: A desenvoltura com que agem os prepostos do sistema financeiro deverá ter um fim, pois, os tributários dos lucros de que se nutrem os banqueiros, já tem a sua paciência exaurida, e, muito provavelmente, numa reação em cadeia será deflagrada" afirma o ex-Ministro na carta de demissão.

Quem são os tributários dos lucros?

São os outros. Todos os 180 milhões de brasileiros que não pertencem ao grupo de 150 banqueiros!!!

Ele acusa os bancos de terem feito um projeto há dez anos de destruir o Banco do Brasil. O efeito colateral disso foi a desgraça do setor rural", diz Andraus.

A proposta do ex-Ministro para reerguer o setor, continua o **Correio Braziliense** na 3ª página do dia 16 de junho do corrente, era implantar o sistema de equivalência/produto para os financiamentos para a agricultura e ampliar o crédito rural com os recursos do depósito compulsório dos bancos.

"Meu pecado foi ter feito esta proposta ao país", ainda afirmou Andraus.

E por fim ele disse que o Brasil está sitiado por 150 banqueiros que controlam o País de acordo com os seus interesses.

É grave. Tudo isto é gravíssimo. Todos sabem do poder dos banqueiros. Todos conhecem suas teses e sua filosofia econômica.

Agora veremos de que lado está o Presidente Itamar. Se ele aceitou o pedido de demissão de Nuri Andraus porque

não permite que hajam suspeitas sobre seus ministros, ou a aceitou para satisfazer a 150 banqueiros? De que lado ele está? Desses 150 banqueiros, ou dos 180.000.000 de brasileiros?

Agora veremos o real poderio dos banqueiros, junto do Presidente...

Eu estou com a tese de Nuri Andraus e faço questão de ser o primeiro a entrar nesta reação em cadeia, que a sua posição patriótica fez detonar.

E os meus pares, de que lado estão? O meu Partido e cada um dos Senadores que têm assento nesta Casa?

Quero terminar meu discurso afirmando que é preciso repensar com patriotismo todo o sistema financeiro nacional, para que aconteça isto que está próximo de acontecer, se não fizermos alguma coisa. A privatização do Banco do Brasil e a independência do Banco Central.

Isto interessa demais à cobiça deles mas é um crime de lesa-pátria e uma traição a 180 milhões de brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Teotônio Vilela Filho.

**O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO** (PSDB — AL. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, venho da Sudene com uma informação que não apenas inquieta e choca, mas traumatiza e revolta nordestinos, alagoanos, e todo cidadão com um mínimo de sensibilidade e informação sobre o drama dos sertanejos flagelados pela seca, sem dúvida a maior dos últimos 50 anos, pelo menos. Os alistados de Alagoas estão sem dinheiro há 15 dias — eles recebem menos da metade do salário mínimo, mas ainda assim estão sem dinheiro há 15 dias. Culpa do Governo que não libera recursos? Culpa da Sudene que não repassa ao Estado as dotações liberadas? Não e não. Culpa do Governo do Estado de Alagoas que, até agora, não prestou contas sequer da primeira parcela recebida.

Multiplicam-se as atrocidades cometidas pelo Governo de Alagoas contra os sertanejos de nossa terra. Todos os Estados nordestinos, desde o princípio do ano, se mobilizaram para apanhar, em Santa Catarina, o feijão doado pelo Governo Federal. Os Estados, todos os Estados nordestinos, arcaram com as despesas de transporte. A solitária exceção, infelizmente, ficou com Alagoas, que não tomou qualquer providência. Em nossa terra, era a Prefeitura de Maceió que estava trazendo o feijão e repassando para outras prefeituras do interior. Quando o Governador do Estado acordou, já não havia feijão.

Pior, todos os Estados alistaram seus sertanejos desempregados. Alagoas o fez por último, quando o clamor da zona rural já virava desespero na periferia das cidades do interior, com saques e ameaças, com ocupações e migrações. Mas todos os outros Estados, mesmo Estados pobre e mal saídos de um penoso ajuste fiscal, como a Paraíba, aportaram recursos às dotações liberadas pelo Governo Federal, via Sudene. A exceção, de novo, é Alagoas: não apenas nada aportou, como ainda subtraiu dos flagelados 20% dos poucos recursos a eles destinados. O dinheiro da fome da emergência foi desviado, segundo o Governador, da compra de insumos das frentes de trabalho para ninguém sabe o que noutras obras de interesse do Governador.

Até quando se conviverá com a omissão criminosamente de governantes incompetentes? Junto a quem os flagelados de Alagoas poderão ecoar o grito de sua revolta, a revolta de

sua indignação? Permitam-me insistir na inquietação que nos vem da consciência da impotência do cidadão contra o Estado insensível, incompetente, corrupto. A quem recorrer, quando nem as lágrimas de mães desesperadas conseguem comover? A quem recorrer quando nem o choro de crianças famintas consegue romper a surdez da indiferença? A quem recorrer? Desculpem o desabafo do cidadão: já é duro acreditar no futuro de um país, onde crianças e adultos morrem ao milhares, de fome, desnutrição e das doenças da miséria e do subdesenvolvimento. Que esperança, que confiança no Estado e nas instituições pode ter uma terra que vê seu povo sofrer a fome porque os governantes falham até em prosaicas providências burocráticas como uma mera prestação de contas?

O Governo de Alagoas, se tem visto, não consegue governar sequer sua própria polícia, submisso ao crime organizado, ajoelhado diante de quadrilhas. Mas a situação de desgoverno é muito mais preocupante: o Governo não consegue domar sequer sua crônica indolência, nem ao menos vencer a incompetência que vai se tornando proverbial. Pobres sertanejos! pobre Alagoas! Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** (PSDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr<sup>o</sup> e Srs. Senadores, estamos traçando o esboço de um novo retrato do Brasil. O Governo Itamar Franco, com a simplicidade natural de quem vislumbra o óbvio, está definindo novas direções, nas quais imperam a fé, a esperança, a verdade e, também, a dura realidade brasileira. Pouco a pouco, as mudanças que se operam na condução do País se refletem no exterior, e a credibilidade se amplia, diante da incontestável firmeza com que estão sendo tomadas medidas que visam à solução dos problemas sociais e à retomada do crescimento econômico.

O discurso do Presidente da República e o Plano de Ação Imediata do Ministro da Fazenda apresentam um diagnóstico realista e uma visão ética das relações entre o Estado e a sociedade. O processo que ora se inicia inaugura a determinação de trilhar o caminho do progresso com trabalho e seriedade, com participação e responsabilidade. Esse novo perfil revela coerência entre a vontade política de vencer desafios e a necessidade de transformar planos e metas em benefícios concretos para o povo.

O Plano de Ação Imediata — curiosamente abreviado na sigla PAI — foi batizado com o nome de “Plano Verdade”. Poderíamos também denominá-lo “Plano Esperança”. O PAI convoca o povo para a luta contra a inflação, a desordem administrativa e os gastos abusivos, através de um trabalho sério, sistemático e continuado. Abandona a postura simplesmente paternalista, em troca da reeducação de hábitos tradicionalmente nocivos, apelando para o espírito público e a consciência nacional, e adverte sobre a necessidade de se colocar o Brasil nos trilhos da decência.

O apelo é veemente, e a mensagem muito nítida. “Não se pode brincar inconseqüentemente com as necessidades, a esperança e com os sonhos de um povo. Todos sabemos que nossos dois principais problemas, hoje, são a inflação e a miséria, e as duas estão ligadas à maneira pela qual o Governo gastou seu dinheiro até agora. O povo precisa de pão e emprego, comida e trabalho. Esta é uma luta séria,

uma longa batalha, e ela não será vencida com mágicas, com artificios, com ilusões.”

O “Plano Verdade” nos apresenta um quadro real que toda a sociedade brasileira já conhece, mas que muitos ainda insistem em ignorar — já não é mais possível ao País conviver com as elevadíssimas taxas de inflação, que tumultuam a vida econômica, corroem os salários, acentuam o desemprego e podem vir a comprometer os sinais de crescimento observados em diversos setores. Para enfrentar tais dificuldades, o Plano alicerça em seis medidas básicas: o corte das despesas do Orçamento, a recuperação da receita tributária, o fim da inadimplência dos Estados e Municípios, o controle e a fiscalização dos bancos estaduais, o saneamento dos bancos federais, e a aceleração da privatização.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, acredito que este seja o mais rigoroso ajuste fiscal das últimas três décadas, com severas medidas contra os sonegadores, contra os bancos estaduais que realizam operações de empréstimos a seus próprios governos e contra os Estados e Municípios inadimplentes. A contenção atinge também o Governo Federal, pois a previsão inicial de cortes no Orçamento é de US\$ 6 bilhões, através de cotas trimestrais de despesas de cada Ministério, com base nos limites fixados pelo Ministério da Fazenda.

As principais medidas contra os Estados e Municípios inadimplentes prevêem a execução dos débitos, a suspensão do aval do Tesouro Nacional para a contratação de créditos externos, da assinatura de novos convênios, e as transferências de recursos federais, exceto as constitucionais. Além disso, serão suspensos os repasses do Fundo de Participação dos Estados e Municípios para os devedores do INSS e outras entidades federais.

Pelo que pude observar, as reações imediatas às medidas anunciadas foram de apoio da maioria dos segmentos da sociedade brasileira. Nos últimos anos, a popularidade só era alcançada mediante congelamento de preços e promessas de inflação zero, porém, desta vez, as medidas preconizadas foram bem pensadas e articuladas com os meios para levá-las à prática, com menos promessas ou ameaças, e mais decisões e compromissos. As poucas manifestações contrárias resultaram de interesses pessoais ou políticos contrariados, ou da falta de coragem de encarar a verdade e de assumir responsabilidades.

A quase totalidade dos políticos, governadores e prefeitos apoiou a política de austeridade contra a inflação. Há um consenso sobre a necessidade de cortes nos gastos desnecessários, o combate à sonegação de impostos, o controle do déficit público e o fim da especulação financeira. No Estado da Bahia, revelando total descompasso em relação à opinião nacional e desprovido de argumentos mais convincentes, o Governador reagiu negativamente, como era de se esperar, alegando que as medidas não terão eficácia porque o Governo não tem credibilidade.

Ora, Sr. Presidente, no momento atual, no Brasil de hoje não há mais lugar para especuladores, pessimistas, céticos nem oportunistas, que só cuidam dos próprios interesses, ensurdecidos diante dos clamores da fome e da miséria. Também não resta espaço para a sonegação, para a inadimplência, para a corrupção. A Nação inteira ouviu e compreendeu muito bem as palavras do Ministro Fernando Henrique Cardoso. Portanto, está atenta, e mais do que isso, está participando de todas as decisões políticas e econômicas que, num certo sentido, sempre dizem respeito à vida de cada um.

A partir de agora, ficou claro que a queda da inflação não depende apenas do Ministro da Fazenda nem do Presi-

dente da República. É uma responsabilidade nacional, que envolve o Congresso, a Justiça, os Ministérios, os governadores, prefeitos, empresários, banqueiros, enfim, toda a sociedade brasileira. Cada um terá que assumir uma parcela dessa responsabilidade e o compromisso de colaborar para que todos, juntos, encontrem a saída para o ajuste das contas públicas e a retomada do desenvolvimento.

Sr. Presidente, pela primeira vez, o mercado financeiro aprovou, com entusiasmo, as medidas econômicas anunciadas pelo Governo. O mercado de ações se manteve tranquilo, e o ouro subiu 1,88%, com um movimento inferior à média. Os juros também ficaram praticamente estáveis e, segundo os operadores poucos negócios foram feitos com títulos públicos. O câmbio desacelerou e o diferencial favorável ao juro primário frente à correção cambial projetada para o mês avançou de 0,8 para 1,5%.

A avaliação de dirigentes de instituições financeiras é de que o Governo deu um rumo à economia. Além da expectativa favorável com a direção das medidas anunciadas, que forcem o Estado a um ajuste interno, trouxe alívio ao mercado a constatação de que o Ministro cumpre com sua palavra, praticamente formalizando as declarações dadas nos últimos dias.

No mercado internacional, banqueiros e corretores do mercado secundário de títulos da dívida externa brasileira estavam ansiosos, em face do anúncio de um novo plano econômico. As notícias que chegaram do Brasil foram animadora, e isso começou a refletir na cotação dos papéis brasileiros. A informação de cortes no Orçamento e de ampliação do programa de privatização valorizou as promissórias brasileiras. A credibilidade do Ministro da Fazenda também está em alta, tanto pelos livros publicados, quanto por suas opiniões políticas, tidas como moderadas pelos observados e americanos, tanto no setor político quanto econômico.

Os títulos da dívida externa brasileira — o IDU (Interest Due Unpayment) voltaram a subir, com a expectativa favorável do mercado internacional em relação às medidas de austeridade fiscal. Os papéis foram negociados a 73,75 centavos de dólar, contra a cotação de 73,12 centavos de dólar da sexta-feira passada. Na verdade, os títulos da dívida brasileira já vinham experimentando boa valorização desde a posse do Ministro Fernando Henrique Cardoso. Esses papéis, que no início de maio estavam cotados a 63 centavos de dólar, reagiram imediatamente após a posse do atual Ministro da Fazenda, e não pararam mais de subir, num reflexo do otimismo com que o mercado internacional vem encarando as mudanças na condução da economia brasileira.

O salto maior nas cotações ocorreu na semana passada, assim que ficou explicitada a disposição da equipe econômica de não recorrer a medidas heterodoxas para conter a inflação e a insistência do Ministro da Fazenda na necessidade de se cortarem os gastos governamentais e de se fazer um programa econômico com mais austeridade.

Sem pacotes, sem arbitrariedades, apenas respeitando e fazendo respeitar as leis, o Ministro Fernando Henrique Cardoso apresentou para a população brasileira a realidade nacional de forma clara e precisa. Com lúcida visão política, transmitiu a todos medidas duras, porém necessárias, pediu a solidariedade política do Congresso, dos governadores e prefeitos. Com serenidade e firmeza, trouxe tranquilidade para a Nação, resgatando uma palavra já quase esquecida entre nós — a esperança. Demonstrou, igualmente, sua fé no futuro do Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a nossa era científica e tecnológica decretou morte à fé, que passou a ser sinônimo de alienação e misticismo. Em grande parte, a crise do mundo moderno relaciona-se com a decadência da fé e a veneração ao poder e à tecnologia. A fé é uma motivação básica para a vida e a evolução, é uma expressão da força vital que une todos os seres. Quando as pessoas perdem a fé, perdem também o desejo de se lançarem em busca de novos ideais. Tanto para a sociedade quanto para o indivíduo, a fé é a força que sustenta a vida e que impulsiona o movimento de uma ação.

Nas grandes crises e nos momentos de colapso, a fé tem sido o ingrediente indispensável para a superação das dificuldades. Nessas ocasiões, podemos verificar que apenas sobrevivem as pessoas que possuem firmes convicções e crenças, pois o homem, esse ser complexo e enigmático, pode suportar as mais incriveis provações, desde que esteja convencido de que elas tenham um sentido maior. Além disso, é inegável que nossas crenças e descrenças são poderosas influências que incidem em nós mesmos e nos demais.

Sr. Presidente, esta é a hora da verdade. Tenho fé no Brasil, e cultivo a esperança de que haveremos de superar a crise social e econômica que aflige a Nação brasileira, impedindo o País de ingressar no mundo desenvolvido. Corroboro a opinião do Ministro Fernando Henrique Cardoso, de que o Governo precisa pôr as contas em ordem. Estou convicto de que esse é o primeiro passo a ser dado na trilha do progresso para o Brasil. Se não acreditarmos em nós e no Brasil, em quem haveremos de acreditar?

O Ministro Fernando Henrique Cardoso introduziu o seu pronunciamento com palavras de fé e esperança. Ao comparar a situação do Brasil com a de outros países, nos quais a superinflação resultou de uma economia destruída, afirmou que “apesar de combatida pela longa recessão, a economia brasileira continua vigorosa, como demonstraram o crescimento das exportações, o aumento da produtividade da indústria, a expansão da fronteira agrícola e a retomada do crescimento do PIB nos últimos meses.”

Na verdade, o pessimismo acaba quando se começa a agir, a pensar, a trabalhar, a produzir e a cultivar a esperança. Se a esperança não estiver presente, a pessoa acaba cedendo aos rogos do ceticismo, incide em discursos inúteis e se refugia na apatia destrutiva. A esperança é uma disposição para vencer-se de que os desejos se realizarão, mesmo em condições adversas. Mas, para cultivarmos a fé e a esperança, é preciso coragem. As firmes convicções e os propósitos de Fernando Henrique Cardoso de estabilização do País a partir da arrumação da própria casa levaram-no a conquistar a confiança nacional.

A recuperação das finanças públicas, conforme salientou o Ministro, não é uma mera questão de gastar menos e arrecadar mais, pois envolve uma ampla reorganização do setor público e de suas relações com a economia privada. Da mesma forma, a reorganização financeira e administrativa do setor público tem implicações que vão muito além do econômico. É uma tarefa de salvação nacional e um desafio político.

Como diz o texto do Plano, é falso crer que governo, no Brasil, seja apenas o federal. Faz-se necessário construir um novo pacto federativo, onde as responsabilidades da União, dos Estados e dos Municípios fiquem bem definidas. Sem disciplina fiscal dos Estados e Municípios e sem um freio no processo de emissão de moeda pelos bancos estaduais,

não haverá saneamento possível para o conjunto das contas públicas.

As medidas preconizadas são inegavelmente corretas. A crise brasileira, que se arrasta há uma década, é uma crise do Estado. A solução é o saneamento financeiro do setor público, tanto da União e suas empresas estatais quanto dos Estados e Municípios e dos bancos estaduais. Neste momento, em que as cartas estão na mesa e o jogo é aberto, sem possibilidades de choques heterodoxos ou de ataques clandestinos às cadernetas de poupança, é hora de repensarmos o Brasil.

O Congresso Nacional jamais negou apoio ao Governo e aos seus planos econômicos. Sr. Presidente, Srs. Senadores, a oportunidade de reverter o quadro deplorável de fome e miséria da população brasileira é única e irreversível. O desafio está lançado, e a solidariedade nacional se faz imprescindível. Se quisermos e se tivermos fé, poderemos retratar um novo Brasil, com as cores da esperança e da prosperidade, um Brasil onde seja hasteada a nossa bandeira cujo, lema ainda é "Ordem e Progresso". Depende exclusivamente de nós, de todos nós, que somos brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo.

**O SR. VALMIR CAMPELO** (PTB — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, o anúncio do Plano de Ação Imediata, feito pelo Ministro da Fazenda, Senador Fernando Henrique Cardoso, gerou uma nova e positiva expectativa de solução para a grave crise econômico-financeira que castiga o organismo nacional há muitos anos. A esperança renovada, até com certa euforia, é plenamente justificada, uma vez que o povo brasileiro parecia mergulhado no desalento e no pessimismo em face dos notórios fracassos de outras tentativas ensaiadas para conter a crise. Não se pode alimentar falsas ilusões. Por mais preparado que seja, e o é, o Ministro da Fazenda não poderá fazer milagres, precisando do apoio das forças políticas e da Nação para ter alguma chance de enfrentar os complexos problemas nacionais.

De acordo com uma característica singular do caráter nacional, o brasileiro costuma oscilar do extremado pessimismo para o otimismo mais exagerado, em pouco tempo. Em nossa opinião, o Brasil continua sendo um país viável, com um potencial difícil de encontrar em qualquer outra Nação. Porém, a crise brasileira agravou-se na mesma proporção em que íamos contornando as dificuldades com o nosso legendário "jeitinho", numa maneira de evitar certos remédios mais amargos. Com isso, o custo social e político para vencer a problemática nacional tornou-se mais alto, como é notório.

O Ministro Fernando Henrique Cardoso apresentou um programa simples e consistente para enfrentar a situação crítica que o Brasil atravessa, mas necessitará do apoio das principais forças políticas representadas no Congresso e do respaldo da opinião pública. Não há vontade humana que supere a crise que nos castiga sem que aceitemos suportar, durante certo tempo, inevitáveis sacrifícios. Para isso, é preciso que as forças vivas da nacionalidade sejam convocadas a colaborar em um esforço decidido a vencer a crise. Assim ocorreu em outras nações do mundo — na Europa, na Ásia e até mesmo na América Latina.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, estamos certos de que o povo brasileiro, tão castigado pela longa recessão econômica, estará disposto a assumir o ônus de novos sacrifícios

se tiver confiança no sucesso do programa econômico anunciado pelo Ministro da Fazenda, no início desta semana. Nosso povo, que já deu sobejas demonstrações de patriotismo, em horas difíceis da nacionalidade, está impaciente diante do insucesso dos planos mirabolantes, concebidos para vencer a inflação, sanear a economia e promover a retomada do desenvolvimento. A simplicidade e a evidente ausência de mágica no plano de Fernando Henrique Cardoso, talvez sejam os ingredientes indispensáveis para angariar a simpatia e a confiança dos brasileiros.

O País já não suporta o mergulho sem esperança numa situação que mistura estagnação econômica, desemprego e queda do poder aquisitivo da maioria da população. Até recentemente, as taxas de juros negociadas nos mercados futuros das bolsas de mercadorias atingiram níveis recordes, numa onda maléfica de especulação.

A presença de Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda deteve a excitação no mercado financeiro, produzindo um sentimento positivo de colaboração entre os agentes econômicos, que precisa ser aproveitado pelo Governo, o Congresso e a Nação. Não há dúvida de que o Brasil necessita desse programa de saneamento e controle da inflação, reduzindo-a a índices toleráveis, de forma a permitir a retomada do desenvolvimento econômico. Nenhuma nação pode sobreviver quando relega a plano secundário o seu sistema produtivo, como tem ocorrido entre nós.

Nesse aspecto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, estamos convencidos, de que o Governo Itamar precisa conferir prioridade à verdadeira força social da economia, que repousa nas micro e pequenas empresas. Pois são elas, com certeza, que movimentam a economia e respondem pela maior parte da força de trabalho do País. É indispensável promover o seu fortalecimento, garantir-lhes o acesso ao crédito a custo baixo, dar-lhes tratamento prioritário em relação às questões fiscais e jurídicas, como determina o texto constitucional. Assim agindo, o Governo estará fazendo uma abertura social importantíssima na economia brasileira.

Estamos nos referindo a um universo de 3,5 milhões de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, que responde pela metade da produção nacional, 42% dos salários pagos, 70% da oferta de mão-de-obra e 25% do Produto Interno Bruto. Os micro e pequenos empresários representam uma força social que congrega 35 milhões de brasileiros, com os empregos diretos e indiretos que criam.

Países do Primeiro Mundo, há muito, elegeram como estratégia fundamental de seus planos nacionais o fortalecimento das pequenas empresas. Nas nações ricas, é nas pequenas empresas que se desenvolvem pesquisas e tecnologias que, posteriormente, serão comercializadas em escala global. Bastaria citarmos um exemplo em segmento de ponta, como o da informática, que permitiu o vertiginoso sucesso de pequenas empresas, hoje transformadas em companhias poderosas que disputam este mercado gigantesco, em nível planetário.

O fortalecimento das micro e pequenas empresas significa distribuir a renda, promover a Federação e o municipalismo, democratizar as oportunidades econômicas e combater a inflação, porque assim se estará estimulando o efetivo crescimento da demanda na economia. As anomalias que se registram na economia brasileira produzem uma autêntica crise de super acumulação de capital, sintoma que evidencia o perverso perfil de distribuição de renda nacional. Setenta por cento do total da riqueza nacional correspondem aos rendimentos de capital

(juros, lucros e aluguéis), enquanto os 30% restantes constituem os rendimentos dos salários.

Com o poder aquisitivo encolhendo, os trabalhadores assalariados perderam a capacidade de puxar a demanda efetiva da economia. Em tal contexto, o capital super acumulado optou pela especulação financeira para se reproduzir, estimulando a inflação e relegando o sistema produtivo a um grau de estagnação nunca visto em nosso País. Só os grandes grupos econômicos e financeiros se beneficiam da ciranda financeira, que provoca efeitos devastadores sobre a economia brasileira, agravando os nossos conhecidos problemas sociais. Atuando em regime de oligopólios e cartéis, esses grupos impõem e manipulam os preços para manter altas margens de lucros, ainda que o consumo registre quedas permanentes, como é comum em economias sob recessão.

Nessa crítica e cruel conjuntura, Sr. Presidente, Srs. Senadores, são as micro e pequenas empresas, junto com os trabalhadores, os segmentos que mais sofrem na economia, porque perdem a capacidade de competir, asfixiadas pela escassez de crédito, ao mesmo tempo em que ainda são obrigadas a conviver com a progressiva redução do mercado, sob permanente retração, o que potencializa sua crise. Não estamos pedindo um programa assistencialista, mas um projeto de desenvolvimento desse importante segmento econômico para o bem do próprio País.

Os países desenvolvidos reservam para as pequenas e médias empresas 30 a 35% do mercado das compras governamentais. Trata-se de uma margem mais do que suficiente para estimulá-las e fortalecê-las, criando-se, desta forma, as condições para a existência de uma verdadeira democracia econômica. No Brasil, o quadro a que estamos habituados é exatamente inverso ao que se verifica nos países altamente desenvolvidos. Os governos federal, estaduais e municipais geram 100 bilhões de dólares de demanda ao setor privado. Todavia, somente 5% desse total são conquistados pelas empresas de pequeno porte, sendo o restante dominado por grupos oligopolizados.

O Brasil precisa, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de formular um Programa de Desenvolvimento Auto-Sustentado no Fortalecimento das Empresas de Pequeno Porte. Esse Programa deve ficar assentado nas seguintes linhas mestras:

- a) na abertura das compras governamentais às pequenas empresas;
- b) na maior oferta de crédito ao custo dos recursos oriundos dos fundos constitucionais;
- c) na simplificação tributária;
- d) na eliminação dos entraves burocráticos à criação de empresas;
- e) no investimento maciço em recursos humanos e modernização de métodos gerenciais e tecnológicos;
- f) na ampla promoção do cooperativismo;
- g) no estímulo à terceirização, inclusive mediante estímulos fiscais; e
- h) na inserção das empresas de pequeno porte nos programas nacionais de desenvolvimento em condições equitativas em relação aos grandes grupos econômicos.

É fundamental que o Governo, no momento em que define sua estratégia de combate à inflação, paralelamente à retomada do crescimento econômico, contemple as pequenas empresas nos programas econômicos que pretende priorizar em nível macroeconômico. Os setores agrícola, habitacional, de exportações, turismo e energia estão incluídos nessa estratégia macroeconômica. Viabilizar a participação

das micro e pequenas empresas nos referidos segmentos estratégicos constitui questão de segurança nacional, a nosso ver.

Nesse sentido, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Governo precisa alinhar-se à estratégia desenvolvida pelo Conselho Deliberativo Nacional do Sebrae, presidido pelo operoso empresário brasileiro Antônio Fábio Ribeiro, a qual contempla a participação das empresas de pequeno porte nas prioridades macroeconômicas do Governo. Sendo uma entidade privada, o Sebrae dispõe de condições excepcionais para contribuir em favor do esforço do Governo com vistas à prática de uma autêntica política social. Mesmo porque uma política que tenha essa preocupação não pode se limitar ao assistencialismo da distribuição dos peixes, mas sim, ensinar a pescar, com o objetivo de formar cidadãos produtores da riqueza nacional.

O Governo Itamar Franco depara-se com a rara oportunidade de formular um programa auto-sustentado para o fortalecimento da verdadeira força social da nossa economia, que é o segmento das pequenas empresas. Com isso, o Presidente Itamar Franco obterá o reconhecimento desta Nação ao seu generoso propósito de promover melhor distribuição social da riqueza. Esta é a forma mais segura e viável de reverter o quadro de crise que o Brasil está vivenciando, abrindo uma nova perspectiva de crescimento econômico consistente e socialmente justo. Deixamos essas sugestões ao Ministro Fernando Henrique Cardoso, cujo Programa de Ação Imediata tem tudo para dar certo, principalmente se incorporar um projeto auto-sustentado de fortalecimento da micro e da pequena empresa em escala nacional.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues)** — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã, às 9h, a seguinte

## ORDEM DO DIA

— 1 —

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 48, DE 1993**  
(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Discussão em turno único, do Projeto de Resolução nº 48, de 1993, de iniciativa da Comissão Diretora, que dispõe sobre os Planos de Carreira dos Servidores do Cegraf e do Prodasen e dá outras providências. (Dependendo de parecer.)

— 2 —

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA**  
**Nº 13, DE 1991 — COMPLEMENTAR**

Votação em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1991 — Complementar (nº 223/90 — Complementar, na Casa de origem), que regulamenta o § 2º do art. 171 da Constituição Federal, dispondo sobre a edição e o processo legislativo das medidas provisórias previstas no art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências, tendo Pareceres, sob nº 49 e 88, de 1991, da Comissão — de Constituição, Justiça e Cidadania, 1º pronunciamento: favorável ao projeto, com as Emendas de nº 1 a 4-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: contrário às Emendas de nº 5 a 17, de Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues)** — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 30 minutos.)

**ATO DO PRESIDENTE Nº 354, DE 1993****Altera os arts. 3º e 9º do Ato do Presidente nº 252, de 1993**

O Presidente do Senado Federal, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, resolve:

Art. 1º Os arts. 3º e 9º do Ato do Presidente nº 252, de 2 de abril de 1993, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O desempenho do servidor será avaliado a cada três meses, durante oito trimestres consecutivos, contados a partir da entrada em exercício, sendo que a avaliação correspondente ao oitavo trimestre poderá ser feita tomando-se por base a média dos pontos obtidos nos trimestres anteriores.

Art. 9º Será considerado aprovado no estágio probatório o servidor que obtiver média final igual ou superior a cento e quatro pontos, computados, para efeito de cálculo, os vinte e quatro meses de duração do respectivo estágio.”

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 17 de junho de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

**ATO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO Nº 10, DE 1993**

O Primeiro Secretário do Senado Federal, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que dispõe o art. 199, da Lei nº 8.112/90, e considerando a necessidade de fixar o valor

da gratificação de que trata o art. 481, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, resolve:

Art. 1º A gratificação pelo encargo de membro de comissão de concurso e de inquérito, prevista no art. 481, VII, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, será devida a todos os servidores que integrarem comissões da espécie, inclusive o secretário.

§ 1º As comissões de sindicância e as especiais, para efeito deste Ato, equiparam-se às comissões de inquérito.

§ 2º Não será devida remuneração pela participação em órgão de deliberação coletiva, nos termos do art. 119 da Lei nº 8.112/90.

§ 3º Considera-se comissão especial, para fins deste Ato, aquela que, em razão da sua natureza e finalidade, submeter aos seus membros tarefas diversas do conjunto de atribuições dos cargos e funções que ocupam ou das competências dos órgãos em que estão lotados.

Art. 2º A gratificação pelo encargo de membro será devida somente no período de funcionamento das comissões, respeitados, nos casos de comissões de sindicância e de inquérito, os prazos estipulados no parágrafo único do art. 145 e no art. 152 da Lei nº 8.112/90.

Art. 3º A gratificação mensal integral, pelo encargo de membro de comissão, corresponderá ao valor atribuído à Função Comissionada, símbolo FC-1, e será devida ao servidor que participar, no mínimo de dez reuniões da comissão, no mês.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente os Atos do Primeiro Secretário nº 10/91 e 8/93.

Senado Federal, 17 de junho de 1993. — Senador **Júlio Campos**, Primeiro Secretário.

<p><b>MESA</b></p> <p><b>Presidente</b> Humberto Lucena – PMDB – PB</p> <p><b>1º Vice-Presidente</b> Chagas Rodrigues – PSDB PI</p> <p><b>2º Vice-Presidente</b> Levy Dias – PPR – MS</p> <p><b>1º Secretário</b> Júlio Campos – PFL – MT</p> <p><b>2º Secretário</b> Nabor Júnior – PMDB – AC</p> <p><b>3º Secretário</b> Júnia Marise – PRN – MG</p> <p><b>4º Secretário</b> Nelson Wedekin – PDT – SC</p> <p><b>Suplentes de Secretário</b> Iavoisier Maia – PDT – RN Lucídio Portella – PPR – PI Beni Veras – PSDB – CE Carlos Patrocínio – PFL – TO</p>	<p><b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b> <b>Líder</b> Pedro Simon</p> <p><b>VICE-LÍDERES DO GOVERNO</b> Jutahy Magalhães Elcio Alvares</p> <p><b>LIDERANÇA DO PMDB</b> <b>Líder</b> Mauro Benevides <b>Vice-Líderes</b> Cid Sabóia de Carvalho Garibaldi Alves Filho José Fogaça Ronaldo Aragão Mansueto de Lavor Antonio Mariz Aluizio Bezerra Gilberto Miranda</p> <p><b>LIDERANÇA DO PSDB</b> <b>Líder</b> Mário Covas <b>Vice-Líderes</b> Almir Gabriel Jutahy Magalhães</p> <p><b>LIDERANÇA DO PFL</b> <b>Líder</b> Marco Maciel <b>Vice-Líderes</b> Elcio Alvares Odacir Soares</p> <p><b>LIDERANÇA DO PSB</b> <b>Líder</b> José Paulo Bisol</p>	<p><b>LIDERANÇA DO PTB</b> <b>Líder</b> Jonas Pinheiro <b>Vice-Líder</b> Vamir Campelo</p> <p><b>LIDERANÇA DO PDT</b> <b>Líder</b> Magno Bacelar</p> <p><b>LIDERANÇA DO PRN</b> <b>Líder</b> Ney Maranhão <b>Vice-Líder</b> Áureo Mello</p> <p><b>LIDERANÇA DO PP</b> <b>Líder</b> Irapuan Costa Júnior</p> <p><b>LIDERANÇA DO PPR</b> <b>Líder</b> Epitácio Cafeteira <b>Vice-Líderes</b> Carlos DèCarli Moisés Abrão Affonso Camargo</p> <p><b>LIDERANÇA DO PT</b> <b>Líder</b> Eduardo Suplicy</p>
--	--	---

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA  
E CIDADANIA - CCJ**

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Iram Saraiva

Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares		Suplentes	
	PMDB		
Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaça	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Iram Saraiva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Marcio Lacerda	MT-3029/30
Antônio Mariz	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Suruagy	AI-3185/86
Wilson Martins	MS-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38
	PFL		
Josaphat Marinho	BA-3173/74	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Francisco Rollemberg	SF-3032/33	Marcio Maciel	PE-3197/98
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Henrique Almeida	AP-3191/92
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SF-3027/28
Elcio Alvares	ES-3131/32	João Rocha	TO-4071/72
	PSDB		
Eva Blay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio Vilela Filho	AL-4093/94
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	
	PTB		
Luiz Alberto	PR-4059/60	Afonso Camargo	PR-3062/63
Carlos De'Carli	AM-3079/80	Louremberg N. Rocha	MT-3035/36
	PDT		
Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40
	PRN		
Aureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02
	PDC		
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04
	PDS		
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
	PP		
Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes - Ramais 3972 e 3987

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa  
- Anexo das Comissões - Ramal 4315

**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Beni Veras

Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares		Suplentes	
	PMDB		
Amir Lando	RO-3111/12	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Antônio Mariz	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinan	GO-3148/49
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/60	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Suruagy	AI-3180/85	José Fogaça	RS-3077/78
Juvêncio Dias	MA-3050/4393	Ronan Tito	MG-3038/39

Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/34
Márcio Lacerda	MT-3029	Vago	
Vago		Vago	

PFL

Lourival Baptista	SF-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/99
João Rocha	TO-4071/72	Ávaro Pacheco	PI-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Bello Parga	MA-3069/70
Marcio Maciel	PE-3197/99	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Elcio Alvares	ES-3131/32
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Guilherme Palmeira	AL-3245/46

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117/18
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94

PTB

Marluce Pinto	RO-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/89
Afonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto Oliveira	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos De'Carli	AM-3079/81

PDT

Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53
----------------	------------	----------------	------------

PRN

Saldanha Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/02
Áureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56

PDC

Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37
--------------------	------------	--------------	------------

PDS

Lucídio Portella	PI-3055/57	Jarbas Passarinho	PA-3022/23
------------------	------------	-------------------	------------

PSB / PT

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

PP

Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/22
----------------	------------	-------------	------------

Secretário: Luiz Cláudio/Vera Lúcia

Telefones: Secretaria: 3515/16/4354/3341

Sala de reuniões: 3652

Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.

Sala nº 09 - Ala Alexandre Costa

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE**

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha

Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares		Suplentes	
	PMDB		
Ronan Tito	MG-3038/39/40	Mauro Benevides	CE-3194/95
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaça	RS-3077/78
Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3493/94
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
César Dias	RO-3064/65/66	Juvêncio Dias	PA-3050/4393
Mansueto de Lavor	PE-3182/83/84	Pedro Simon	RS-3230/32
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/56
Onofre Quinan	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/15
	PFL		
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Odacir Soares	RO-3218/19
Raimundo Lira	PB-3201/02	Bello Parga	MA-3069/70
Henrique Almeida	AP-3191/92/93	Ávaro Pacheco	PI-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elcio Alvares	ES-3131/32
João Rocha	MA-4071/72	Josaphat Marinho	BA-3173/75

**PSDB**

Beni Veras CE-3242/43/44 Almir Gabriel PA-3145/47  
 José Richa PR-3163/64 Dirceu Carneiro SC-3179/80  
 Mário Covas SP-3177/78 Vago

**PTB**

Afonso Camargo PR-3062/63 Louremberg N. Rocha MT-3035/36  
 Valmir Campelo DF-3188/89/4061 Luiz Alberto Oliveira PR-4059/60  
 Jonas Pinheiro AP-3206/07 Marluce Pinto RO-4062/63

**PDT**

Magno Bacelar MA-3074/75 Lavoisier Maia RN-3239/40

**PRN**

Albano Franco SE-4055/56 Saldanha Derzi MS-4215/18  
 Ney Maranhão PE-3101/02 Aureo Mello AM-3091/92

**PDC**

Moisés Abrão GO-3235/35/22 Gerson Camata ES-3203/04

**PDS**

Esperidião Amin SC-4206/07 Jarbas Passarinho PA-3022/24

**PP**

Meira Filho DF-3222/05 Irapuan C. Júnior GO-3089/90

**PT/PSB**

Eduardo Suplicy 3213/15/16 José Paulo Bisol 3224/25

**Secretário:** Dirceu Vieira M. Filho

**Ramais:** 311-3515/3516/4354/3341

**Reuniões:** Terças-feiras, às 10 horas

**Local:** Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 4344

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES  
 E DEFESA NACIONAL \_ CRE**

(19 Titulares e 19 Suplentes)

Presidente: Alfredo Campos

Vice-Presidente: Hydekel Freitas

**Titulares**

**Suplentes**

**PMDB**

Ronan Tito MG-3039/40 Mauro Benevides CE-3052/53  
 Alfredo Campos MG-3237/38 Flaviano Melo AC-3493/94  
 Nelson Carneiro RJ-3209/10 Garibaldi A. Filho RN-4382/92  
 Divaldo Suruagy AL-3185/86 Mansueto de Lavor PE-3182/83  
 João Calmon ES-3154/55 Gilberto Miranda AM-3104/05  
 Ruy Bacelar BA-3160/61 Cesar Dias RR-3064/65

**PFL**

Guilherme Palmeira AI-3245/46 Francisco Rollemberg SE-3032/34  
 Hydekel Freitas RS-3064/65 Josaphat Marinho BA-3173/74  
 Lourival Baptista SE-3027/28 Raimundo Lira PB-3200/3201  
 Álvaro Pacheco PI-3085/86 Marco Maciel PE-3197/98

**PSDB**

Dirceu Carneiro SC-3179/80 Jutahy Magalhães BA-3171/72  
 José Richa PR-3163/64 Eva Blay SP-3119/20

**PTB**

Luiz A. Oliveira PR-4058/59 Valmir Campelo DF-3188/89  
 Marluce Pinto RR-4062/63 Jonas Pinheiro AP-3206/07

**PDT**

Darcy Ribeiro RJ-4230/31 Magno Bacelar MA-3074/75

**PRN**

Albano Franco SE-4055/56 Saldanha Derzi MS-3255/4215

**PDC**

Gerson Camata ES-3203/04 Eptácio Cafeteira MA-4073/74

**PP**

Irapuan Costa Júnior 3088/3089 Pedro Teixeira 3127/3128

**PDS**

Jarbas Passarinho PA-3022/23 Lucídio Portella PI-3055/56

**Secretário:** Paulo Roberto Almeida Campos

**Ramais:** 3496 e 3497

**Reuniões:** Quintas-feiras, às 10 horas

**Local:** Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3546

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE  
 INFRA-ESTRUTURA \_ CI**

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Dario Pereira

Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

**Titulares**

**Suplentes**

**PMDB**

Flaviano Melo AC-3493/94 Amir Lando RO-3110/11  
 Mauro Benevides CE-3194/95 Ruy Bacelar BA-3161/62  
 Aluizio Bezerra AC-3158/59 Ronaldo Aragão RR-4052/53  
 Onofre Quinan GO-3148/49 Ronan Tito MG-3039/40  
 Gilberto Miranda AM-3104/05 Juvêncio Dias PA-3050/53  
 Alfredo Campos MG-3237/38 Antonio Mariz PB-4345/46  
 Marcio Lacerda MT-3029/30 Wilson Martins MS-4345/46  
 Vago Vago

**PFL**

Dario Pereira RN/3098/99 Raimundo Lira PB-3201/02  
 Henrique Almeida AP-3191/92 João Rocha TO-4071/72  
 Elcio Alvares ES-3131/32 Carlos Patrocínio TO-4068/69  
 Bello Parga MA-3069/72 Guilherme Palmeira AL-3245/46  
 Hydekel Freitas RJ-3082/83 Vago

**PSDB**

Dirceu Carneiro SC-3179/80 Beni Veras CE-3242/43  
 Teotônio V. Filho AL-4093/94 Jutahy Magalhães BA-3171/72  
 Vago José Richa PR-3163/64

**PTB**

Louremberg N. Rocha MT-3035/36 Afonso Camargo PR-3062/63  
 Marluce Pinto RR-4062/63 Vago

**PDT**

Lavoisier Maia RN-3239/40 Magno Bacelar BA-3074/75

**PRN**

Saldanha Derzi MT-4215/18 Albano Franco SE-4055/56

**PDC**

Gerson Camata ES-3203/04 Moisés Abrão TO-3136/37

**PDS**

Lucídio Portella PI-3055/56 Esperidião Amin SC-4206/07

**PP**

João França RR-3067/68 Meira Filho DF-3221/22

**Secretário:** Celson Parente - Ramais 3515 e 3516

**Reuniões:** Terças-feiras, às 14 horas

**Local:** Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3286

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE***(27 Titulares e 27 Suplentes)*

Presidente: Valmir Campelo

Vice-Presidente: Juvêncio Dias

**Titulares****Suplentes****PMDB**

João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59
Flaviano Melo	AC-3493/94	Antônio Mariz	PB-4345/46
Mauro Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinan	GO-3148/49
Wilson Martins	MS-3114/15	Marcio Lacerda	RI-3029/30
Juvêncio Dias	PA-3050/4393	Ronaldo Aragão	RO-4052/53
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11
José Fogaça	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38
Iram Saraiva	GO-3134/35	Nelson Carneiro	RJ-3209/10

**PFL**

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99
Marco Maciel	PE-3197/98	Odacir Soares	RO-3218/19
Álvaro Pacheco	PI-3085/86	Francisco Rollemberg	SE-3032/33
Raimundo Lira	PB-3201/02	Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Bello Parga	MA-3069/72	Henrique Almeida	AP-3191/92

**PSDB**

Almir Gabriel	PA-3145/46	Beni Veras	CE-3242/43
Eva Blay	SP-3119/20	Mário Covas	SP-3177/78
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64

**PTB**

Valmir Campelo	DF-3188/89	Luiz A. Oliveira	PR-4058/59
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Marluce Pinto	RR-4062/63
Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36	Carlos De' Carli	AM-3079/80

**PDT**

Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

**PRN**

Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56
Ney Maranhão	PE-3101/02	Saldanha Derzi	MS-4215/18

**PDC**

Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
--------------	------------	--------------------	------------

**PDS**

Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-4206/07
-------------------	------------	-----------------	------------

**PP**

Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
-------------	------------	-------------	------------

**PT/PSB**

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

**Secretária:** Mônica Aguiar Inocente

Ramais 3496/3497

**Reuniões:** Quintas-feiras, às 14 horas**Local:** Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 3121